

Matheus Estevan Barancelli

# Inovação Social e Microcrédito: Um estudo de caso sobre a Associação Nacional de Direito ao Crédito

Dissertação de Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo,  
apresentada à Faculdade de Economia e à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação  
da Universidade de Coimbra

Orientadoras: Prof. Doutora Virgínia Ferreira  
Doutora Carla Valadas

Setembro de 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



· U · C ·

FEUC FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

MATHEUS ESTEVAN BARANCELLI

# Inovação Social e Microcrédito:

Um estudo de caso sobre a Associação Nacional de Direito  
ao Crédito

Dissertação de Mestrado em Intervenção social, Inovação e  
Empreendedorismo, apresentada à Faculdade de Economia e à Faculdade  
de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra  
para obtenção do grau de Mestre.

Orientadoras: Prof. Doutora Virgínia Ferreira  
Doutora Carla Valadas

Coimbra, 2017

À minha mãe Vera e ao meu pai Raul

## **Agradecimentos**

Sou grato  
à minha família Vera Barancelli, Raul Barancelli e Aline Barancelli,  
por todo amor, apoio e encorajamento em todas as  
etapas dessa caminhada.

Sou grato  
à Luiza Antunes Ferreira, por todo o apoio e compreensão, por todos os  
conselhos, conversas e ideias para que o desenvolvimento  
dessa dissertação fosse possível.

Sou grato  
às Professoras Doutoras Virgínia Ferreira e Carla Valadas, por toda paciência,  
ideias, críticas construtivas que contribuíram para construção  
desse estudo.

Sou grato  
aos amigos Willian Brognoli, Jeferson Carpa, Gabriel Zorzi, Jarbas Cardoso e  
Valéria Barancelli, sempre presentes nessa caminhada.

Sou grato  
à Iara Zorzi, pela enorme ajuda prestada na fase final dessa dissertação.

Sou grato  
aos Colaboradores da Associação Nacional de Direito ao Crédito e aos  
microempresários entrevistados, pela disponibilidade e ajuda que possibilitaram a  
realização desse estudo.

Sou grato  
ao Sylff Program e a Tokyo Foundation  
por acreditarem no meu trabalho.

Este estudo foi financiado pelo Programa Sylff da Tokyo Foundation no âmbito do protocolo estabelecido com a Universidade de Coimbra.

*“...All that is, was and will be  
Universe much too big to see  
Time and space never ending  
Disturbing thoughts, questions pending  
Limitations of human understanding  
Too quick to criticize  
Obligation to survive  
We hunger to be alive  
All that is, ever  
Ever was  
Will be ever  
Twisting  
Turning  
Through the never...”*

*Metallica*

## Resumo

Dentre as diversas inovações sociais que têm surgido, o microcrédito possui um papel de destaque na área das finanças e tem sido considerado como um novo instrumento nas políticas de combate à exclusão social. O aumento dos problemas sociais, das disparidades de renda e dos níveis de desemprego reforça a percepção de que as políticas macroeconômicas não são suficientemente eficazes para atingir a franja da população mais vulnerável. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo avaliar a eficácia da atuação de um empreendimento social que utiliza o seu programa de microcrédito como um instrumento inovador gerador de mudança social.

Nesse trabalho, optamos por fazer um estudo de caso qualitativo que visa estudar em profundidade o papel de atuação da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) em Portugal. A partir da análise de dados, e da ligação entre os conceitos trabalhados, foi possível compreender o histórico da organização (e de que modo o microcrédito se desenvolveu em Portugal), quais são seus valores e seus objetivos, além dos tipos de mudança social que promove.

Verificou-se, também, o grande esforço para gerar algum tipo de inclusão e mudança social por parte da ANDC, o que se converte no fornecimento de recursos para que pessoas possam iniciar pequenos negócios e criar seu próprio emprego. Isso nos faz frisar a importância das organizações do terceiro setor no combate aos problemas sociais complexos nos mais diversos setores da sociedade.

No final do estudo, constata-se que a ANDC é um empreendimento socialmente inovador no âmbito em que se dispõe a atuar, porém, verifica-se, também, que o programa de microcrédito da associação expõe uma grande dependência de terceiros, o que pode vir a comprometer suas ações. Este fator faz ainda com que os princípios da filosofia do microcrédito não sejam totalmente respeitados.

Palavras chave: Empreendedorismo Social, Microcrédito, Inovação Social, Mudança Social.

## **Abstract**

Among the various social innovations that have emerged, microcredit plays a prominent role in the area of finance and has been considered as a new instrument in policies to fight economic and social exclusion. The increase in social problems, income disparities and unemployment levels reinforces the perception that macroeconomic policies are not sufficient to reach the most deprived population. In this sense, the present study aims to evaluate the duty of a social entrepreneurship that uses its microcredit program as an innovative tool that generates social change.

In this master thesis, we aim to study in depth the role of the Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) in Portugal, a Portuguese Microcredit organization, using a qualitative case study method. Based on data analysis and anchored on the key concepts (e.g. social innovation, social change, social entrepreneurship), it is possible to understand the trajectory of the Portuguese Microcredit organization, ANDC, its values, objectives, and the kind of social change it promotes.

We show how there is, in particular, a great effort to generate forms of inclusion and to generate social change on the part of the ANDC, by guaranteeing the provision of resources so that people can start small businesses and create their own employment. This makes us emphasize the importance of third sector organizations in addressing complex social problems within the most diverse sectors of society.

One of our conclusions is that ANDC is a socially innovative enterprise within its scope of action. However, we also concluded that the ANDC's microcredit program is greatly/significantly dependent on third parties, eventually compromising its intervention and some of the distinguishable principles of the microcredit philosophy itself.

**Keywords:** Social Entrepreneurship, Microcredit, Social Innovation, Social Change.

## Lista de siglas e abreviações

ACIBA – Associação Comercial e Industrial da Bairrada e Aguieira

AIRV – Associação Empresarial da Região de Viseu

ANDC – Associação Nacional de Direito ao Crédito

APOTEC – Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade

BCP – Banco Comercial Português

BEI – Banco Europeu de Investimento

BEPA – *Bureau of European Policy Advisers*

BIS – Banco de Inovação Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

EaSI – *EU Programme for Employment and Social Innovation*

GEM – *Global Entrepreneurship Monitor*

IEFP – *Instituto de Emprego e Formação Profissional*

JASMINE – *Joint Action to Support Micro-Finance Institutions in Europe*

NESTA – *National Endowment for Science, Technology and the Arts*

OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PADES – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social

PAECPE – Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego

PNM – Programa Nacional de Microcrédito

SINGOCOM – *Social Innovation, Governance and Community Building*

SEMA – Associação Empresarial de Sever do Vouga, Estarreja, Mutoza e Albergaria-a-Velha

Sylff – *The Ryoichi Sasakawa Young Leaders Fellowship Fund*

VdA – Vieira de Almeida & Associados Sociedade de Advogados

## **Lista de tabelas**

Tabela 1 – Relação dos entrevistados.....	36
Tabela 2 – Condições de financiamento.....	50

## **Lista de figuras**

Figura 1 – Projetos creditados por Bancos em 2014 e 2015.....	51
Figura 2 – Contas ANDC 2015.....	87

## Sumário

Introdução .....	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	5
1.1 Microcrédito: Uma alternativa para a inclusão social. Conceitos e Definições.....	5
1.1.2 Breve História do microcrédito .....	8
1.1.3 Incentivo ao microcrédito no contexto europeu.....	10
1.1.4 O Microcrédito em Portugal .....	12
1.2 O Empreendedorismo: da forma “tradicional” à sua vertente social. ....	14
1.2.1 Empreender por oportunidade ou necessidade? .....	16
1.2.2 O Empreendedorismo como instrumento de transformação social.....	18
1.3 Da Inovação Tecnológica à Inovação Social: Valor econômico x Valor Social .....	20
1.3.1 Inovação Social como resposta às necessidades sociais.....	24
1.3.2 A mudança social como objetivo da inovação social .....	27
CAPÍTULO II – MODELO DE ANÁLISE.....	31
2.1 Conceitos adotados.....	31
2.2 Objetivos.....	34
2.2.1 Objetivos específicos .....	34
2.3 Hipóteses.....	34
2.4 Opções Metodológicas .....	35
2.4.1 Método de pesquisa e seu objetivo.....	35
2.4.2 Campo de Investigação, Sujeitos e Amostragem .....	36
2.4.3 Técnicas de recolha e análise de dados .....	36
2.4.3.1 Procedimento de recolha de dados.....	39
CAPÍTULO III – EMPREENDEDORISMO SOCIAL E MICROCRÉDITO: O CASO ANDC.....	41
3.1 O papel da Associação Nacional de Direito ao Crédito na promoção do microcrédito em Portugal.....	41
3.1.1 A forma de atuação da ANDC.....	43
3.1.2 Como se processa o programa de microcrédito ANDC .....	46
3.1.3 Compreendendo a ANDC como um empreendimento social.....	52
CAPÍTULO IV – A INOVAÇÃO SOCIAL E SUAS DIMENSÕES NO CONTEXTO DA ANDC.....	57
4.1 A Natureza da Inovação social no contexto da ANDC .....	57
4.2 Barreiras que se impõem à inovação social .....	60
4.3 Âmbitos da inovação – a análise da ANDC segundo política, produto e	

processo.....	62
4.4 As adversidades, os riscos, as oportunidades e os desafios associados a promoção da inovação social pela ANDC.....	65
4.5 Recursos e dinâmicas: Os conhecimentos e saberes, o capital relacional da Inovação social e a absorção da ideia por outras instituições.....	67
4.5.1 A absorção do microcrédito por outras instituições.....	71
CAPÍTULO V – AS MUDANÇAS GERADAS PELA ANDC.....	75
5.1 A mudança e as novas configurações sociais observadas no contexto de atuação da ANDC.....	75
5.2 Os problemas e as preocupações verificados no contexto de atuação da ANDC.....	83
5.2.1 Implicações da extrema dependência de financiamento do Estado para o funcionamento da ANDC.....	86
Conclusão.....	89
Bibliografia.....	94
Apêndice I – Guião de entrevistas.....	i

## Introdução

No presente contexto mundial, as frequentes transformações na sociedade têm indicado a necessidade de novas formas de relações sociais de maneira mais justa e igualitária. A exclusão dos indivíduos de processos básicos para obtenção da dignidade humana, como o acesso a bens de consumo elementares que asseguram as condições mínimas para uma vida saudável, representa um desafio para os governos e também para todas as esferas da sociedade (Reeler, 2007).

É evidente nas sociedades desenvolvidas que o crescimento econômico e tecnológico causa disparidades no, não menos necessário, desenvolvimento humano. A promessa de que a globalização tornaria o mundo mais próspero e cooperativo não é uma realidade, o que é evidenciado pelas maiores distâncias econômicas e sociais com que nos deparamos. É a partir dessa situação de desequilíbrio e injustiça social e econômica que se faz necessária a reflexão sobre novas maneiras de combater os problemas de exclusão individuais e coletivos (Portela et al., 2008).

Ao mesmo tempo em que o mundo está globalizado e homogeneizado de diversas formas, em outras é restrito e não permite voz e oportunidade de reação igual para todos. As pessoas marginalizadas de forma extrema são as que pagam o alto preço do “progresso”. Emergem nesse cenário um leque de atores, iniciativas e organizações sociais na tentativa de estabelecer novas relações que busquem um plano para mudança, desenvolvimento e inclusão das pessoas que vivem à margem da sociedade (Reeler, 2007).

Pode-se apontar como uma dessas necessidades básicas o acesso aos recursos financeiros, que utilizados de uma maneira correta e direcionada possibilitam uma oportunidade a alguns indivíduos de desenvolver atividades que lhes proporcionem uma nova condição social (Yunus, 2002).

Nesse contexto, surge a necessidade por políticas públicas alternativas às existentes. Como uma possibilidade, o microcrédito viabiliza serviços financeiros às pessoas de baixa renda, possibilitando a essas a criação de pequenos

empreendimentos. Essa modalidade creditícia possibilita a inclusão social a partir da ressignificação desses tomadores de crédito, fortalecendo, assim, a dignidade humana, podendo resultar na melhoria de sua condição social (Yunus, 2002).

A proposta desse estudo, então, é analisar as dimensões da inovação social dentro do contexto de atuação da Associação Nacional de Direito ao Crédito – ANDC, verificando como e quais são as mudanças sociais promovidas pela associação através do seu programa de microcrédito. Entendemos que seja oportuno verificar como ocorrem as práticas de microcrédito no programa criado pela ANDC, expondo suas virtudes e vulnerabilidades, contribuindo, assim, para o debate do seu impacto na resolução de problemas como a exclusão social.

Desse modo, essa dissertação foi desenvolvida de forma a pesquisar o microcrédito como instrumento de inovação social e fomento ao empreendedorismo, focado na atuação da ANDC, que tem como objetivo apoiar a valorização pessoal, profissional e a inclusão social dos desempregados - em situação desfavorecida ou em vias de poder vir a estar - que não têm acesso ao crédito normal concedido pelas instituições de crédito e que não estão em condições de poder oferecer garantias reais em contrapartida dos empréstimos concedidos (ANDC, 2016).

No âmbito pessoal, a ideia norteadora dessa dissertação de mestrado surgiu após um considerável período de tempo de trabalho em uma instituição financeira “tradicional” de crédito. Minhas discordâncias eram com suas práticas de lucro a qualquer custo e com o conseqüente problema, ao qual me deparava diariamente, das negativas de crédito a pessoas que não possuíam garantias de bens reais.

Os termos inovação e empreendedorismo social são comumente utilizados nos campos do terceiro setor e são associados à criação de propostas que visem à melhoria social em áreas onde o Estado tem estado ausente. Para os objetivos desse trabalho, utilizamos a visão do desencadeamento da mudança social a partir da inovação proposta por André & Abreu (2006), para quem a inovação social ocorre através da satisfação das necessidades humanas não satisfeitas pelo mercado; da promoção da inclusão social; da capacitação de agentes ou atores sujeitos, potencial ou efetivamente, a processos de exclusão/marginalização.

A estruturação dessa dissertação foi feita em cinco partes e obedece à seguinte ordem:

No primeiro capítulo, encontra-se o enquadramento teórico, dividido entre o conceito de microcrédito, a respeito do qual abordamos suas principais definições e características, e a descrição das políticas de microcrédito na União Europeia e em Portugal. Nesse capítulo, voltamos ainda nossa atenção à atuação da ANDC em Portugal, dando ênfase ao potencial dessa ferramenta (microcrédito) como uma alternativa de inclusão social para pessoas que não possuem acesso ao crédito pela via tradicional.

O conceito de empreendedorismo vem logo no tópico a seguir, no qual fazemos uma discussão sobre seus aspectos e as formas como se apresenta. O foco desse tópico é mostrar o lado social que o empreendedorismo social possui, levando em conta o bem-estar coletivo (criação de valor social) e não apenas o mercado e o valor financeiro dos negócios.

Em um terceiro tópico, abordamos os conceitos de inovação tradicional e inovação social, em que procuramos destacar as diferenças entre os termos. Objetivamos estabelecer, a partir de uma abordagem aos conceitos, uma discussão sobre a mudança social que pode ser gerada por uma inovação social feita por produtos ou serviços inovadores, que nascem como uma forma alternativa para possibilitar a resolução de problemas sociais complexos como a exclusão financeira, a pobreza e o desemprego.

No segundo capítulo, apresentamos o Modelo de Análise, no qual se encontram o problema de pesquisa, os objetivos, as hipóteses, além de uma breve explicação de como os conceitos utilizados para as nossas análises foram operacionalizados. É também nesse capítulo que explicamos nossa abordagem metodológica e a opção por um estudo de caso qualitativo, além de explicarmos como procedemos à recolha de dados e à realização das entrevistas.

No terceiro capítulo, fizemos a caracterização da ANDC. Primeiramente as análises passaram pela forma de criação da Associação, suas parcerias e a

caracterização do seu programa de concessão de crédito. Em seguida, fizemos uma análise enquadrando a associação como um empreendimento social conforme os conceitos apontados e trabalhados no enquadramento teórico.

No quarto capítulo, procuramos analisar a inovação social no contexto de atuação, interno e externo, da ANDC. Para isso, tomamos como base as dimensões e os indicadores que foram definidos pelos autores André & Abreu (2006), conforme já referido anteriormente.

No quinto e último capítulo das análises, abordamos as mudanças sociais trazidas com a criação da ANDC. Em concreto, o que analisamos foram as novas configurações sociais que a associação trouxe, seja por meio de novas relações institucionais, seja pela inclusão dos beneficiários do microcrédito através da criação do próprio emprego. Além disso, discutimos os problemas e as limitações verificados nas ações da ANDC.

## **CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

Nesse capítulo, buscamos fazer uma revisão bibliográfica sobre os temas centrais dessa dissertação, como os conceitos de microcrédito, empreendedorismo e inovação social, seus antecedentes e suas variantes.

Em um primeiro momento, destacaremos o papel desempenhado pelo microcrédito como uma resposta à criação de pequenos empreendimentos para pessoas que possuem ideias de negócios, mas que por vias tradicionais não têm a possibilidade de acesso ao crédito.

Em um segundo momento, trataremos da conceitualização de empreendedorismo e inovação social. Nesse sentido, procuraremos definir o entendimento de como esses dois conceitos articulados, juntamente com o microcrédito, ao serem aplicados em contexto real, podem ser promotores da mudança social.

### **1.1 Microcrédito: Uma alternativa para a inclusão social. Conceitos e Definições**

Representando uma alternativa ao modelo tradicional de crédito, o microcrédito baseia-se na concessão de pequenos empréstimos a empreendedores informais e microempresas que não possuem acesso ao crédito, por, principalmente, não poderem oferecer garantias de bens reais (Yunus, 2002).

Essa ferramenta creditícia é considerada um dispositivo das microfinanças<sup>1</sup> e permite aos excluídos o acesso ao crédito, estimulando o trabalho através da criação do autoemprego. É necessário deixar claro que o público-alvo dessa modalidade de crédito se restringe às camadas de mais baixa renda da população, que busca através do microcrédito a abertura ou melhoria de pequenos negócios voltados unicamente para a subsistência (Servet, 2009).

Para além de ser visto somente como uma oferta de crédito, o microcrédito deve ser configurado como um instrumento para emancipação de pessoas em

---

<sup>1</sup> Como refere Servet “sob o termo microcrédito oculta-se, de fato, uma diversidade de modelos. As organizações tendem a associar-lhe cada vez mais serviços além do crédito, particularmente a poupança, os seguros e as transferências, o que resulta falar-se de microfinanças (Servet, 2009, p. 244)”.

situação de exclusão social, especialmente as mulheres. Ainda segundo Yunus (2002), o microcrédito tem como função diminuir a pobreza, melhorar a qualidade de vida e desenvolver capacidades em pessoas excluídas, proporcionando a estas uma integração econômica e social.

As organizações de microcrédito tiveram início a partir das falhas de mercado, e são vistas como um instrumento capaz de reduzir problemas voltados às restrições do crédito bancário tradicional (Sertvert, 2009).

O conceito de microcrédito é amplo, podendo assumir uma infinidade de formas que variam desde o valor do empréstimo, o público-alvo e as regulamentações que variam de país para país. Para Barone & Sader (2008), o microcrédito consiste em “pequenos empréstimos à população muito pobre, para trabalhar por conta própria, permitindo gerar renda para seu sustento e de suas famílias” (Barone & Sader, 2008, p.125).

De forma geral, o microcrédito pode ser destinado tanto para o consumo quanto para o investimento. Mas é com a finalidade de investimento que o microcrédito possui maior notoriedade e, conseqüentemente, assume um maior potencial enquanto uma ferramenta para a superação de situação como a pobreza e a inclusão social (Wemans, 2002).

Autores como Nichter, Goldmark & Fiori (2002) apontam a característica principal do microcrédito como “crédito oferecido à parcela de baixa renda da população com destinação definida” (Nichter, Goldmark & Fiori, 2002, p.69), ou seja, tem como finalidade a sua utilização para atividades produtivas. Este é um ponto de grande discussão e suma importância na definição do microcrédito. Barone et al. (2002) enfatizam que o microcrédito não é um crédito destinado ao consumo:

O Microcrédito é um crédito especializado para determinado segmento da economia: o pequeno empreendimento informal e a microempresa. Portanto, está voltado para apoiar o negócio de pequeno porte, gerenciado por pessoas de baixa renda, e não se destina a financiar o consumo (Barone et al., 2002, p.20).

Segundo Alves & Soares (2003), o microcrédito é “a atividade de conceder crédito de pequeno montante e diferencia-se dos demais empréstimos essencialmente pela metodologia utilizada” (Alves & Soares, 2003, p.46).

Destaca-se, também, como outro diferencial para o funcionamento do microcrédito o papel do agente de microcrédito. Cabe a ele a responsabilidade de aproximação entre o tomador de crédito e a instituição fomentadora, buscando viabilizar possíveis novas ideias de empreendimentos, além de acompanhar os empreendimentos já existentes, canalizando os recursos às atividades produtivas e buscando alternativas de melhorias dos negócios (Yunus, 2002).

O microcrédito adota uma metodologia específica baseada na chamada concessão assistida. Uma das determinantes para o sucesso da implementação do microcrédito está nas relações de proximidade com seu público-alvo. Essa relação facilita a adaptação do instrumento às diversidades de situação de pobreza e exclusão sociais que podem ser encontradas em um contexto de nível local (Mendes, 2007).

Ao contrário do que acontece no sistema financeiro convencional, onde existe uma postura reativa, aonde o cliente vai ao banco, no microcrédito são os agentes de crédito (técnicos de microcrédito) que vão ao encontro do microempreendedor para avaliar a saúde financeira dos financiados. (Yunus, 2002, p. 151 e 154).

Neri (2008) enfatiza a lealdade dos clientes – e a relação de confiança com o técnico de microcrédito - como um dos segredos para o sucesso do microcrédito, ao afirmar que:

Isso é possível através da confiança nos clientes por parte das instituições e bons serviços fornecidos por elas. É necessário conhecer bem os clientes e buscar produtos que satisfaçam suas necessidades (Neri, 2008, p.19).

O microcrédito diferencia-se do crédito tradicional nos aspectos de seu público-alvo, sua finalidade, seus montantes distribuídos, pelo valor dos juros cobrados e sobretudo pela não exigência de garantia ao mutuário. A finalidade de aplicação do microcrédito pode ser destinada ao consumo ou ao investimento em pequenos empreendimentos, adequando-se às condições e necessidades dos tomadores de crédito (André & Abreu, 2006).

Porém, é enquanto fomentado como investimento que o microcrédito tem mais relevância, pois permite viabilizar atividades geradoras de fluxos sustentados de rendimento, ganhando uma importância maior na exploração de uma oportunidade de negócio (André & Abreu, 2006).

Essa modalidade de crédito nos últimos anos tem adquirido um papel social

ainda mais relevante, e é vista como uma importante estratégia no combate à exclusão social e à pobreza, ganhando destaque nas diretrizes do Banco Mundial, Organização Internacional do Trabalho (OIT) e em ações políticas governamentais nos mais diversos países (Miguel, 2011).

### **1.1.2 Breve História do microcrédito**

Ao longo da história, houve alguns exemplos isolados pioneiros de iniciativa de microcrédito. Estas experiências tiveram início há mais de 200 anos na Irlanda através do Irish Loan Funds. Existem registros também no sul da Alemanha, onde em 1846, através de cooperativas de crédito, buscou-se ajudar populações de baixa renda a poupar e conseguir crédito (Barone et al., 2002).

Espelhando-se no exemplo alemão, o governo de Madras, no sul da Índia, criou diversas cooperativas de crédito em seu território. A rápida expansão dessas cooperativas era visível, tanto que em 1946, elas já atingiam 9 milhões de pessoas (Morduch, 1999).

Segundo Barone et al. (2002), o grande modelo que desenvolveu, difundiu e serviu de exemplo para popularizar o microcrédito foi a experiência iniciada em 1976 em Bangladesh por Muhammad Yunus. O então professor de Economia da Universidade de Chittagong notou a dificuldade de resposta das teorias econômicas estudadas em aula perante diversos problemas enfrentados em ambiente real, em específico, problemas relacionados com a pobreza extrema.

Yunus decide, então, realizar um trabalho de pesquisa a fim de encontrar possíveis soluções para tal situação, e nota que os pequenos empreendedores das aldeias próximas, localizadas no entorno da Universidade onde lecionava, eram reféns de agiotas (Yunus, 2002).

A fim de reverter essa situação, tendo em vista que estas pessoas não possuíam a mínima possibilidade de serem atendidas por um banco comercial, o professor Yunus começou a emprestar uma pequena quantia (equivalente a 27 dólares) do seu próprio dinheiro a um grupo de 42 pessoas, a princípio sem a cobrança de qualquer encargo financeiro, exigindo apenas o compromisso do reembolso quando o grupo estivesse em condições de fazê-lo. Os 42 devedores

saldaram o compromisso, antecipando a melhor previsão do professor (Yunus, 2002).

A ação prosperou tanto que deu origem, em 1978, ao Grameen Bank, que segundo dados fornecidos pelo site oficial da Instituição, desde a sua fundação até 2014, emprestou o equivalente a 5,72 bilhões de dólares para 6,61 milhões de empreendedores de pequeno porte, que assim foram ampliando as oportunidades de realização de negócios.<sup>2</sup>

Para Yunus (2002):

O microcrédito é uma arma muito efetiva na luta contra a pobreza. Pois é através do acesso ao crédito produtivo que as pessoas excluídas do circuito financeiro tradicional podem desenvolver melhores condições socioeconômicas, com dinamização de seus pequenos empreendimentos (Yunus, 2002, p. 89).

O alcance do sucesso dessa Instituição está diretamente ligado a uma filosofia contratual presente nas suas operações. Buscando reduzir os custos de seleção e monitorização do empréstimo e incentivar o pagamento em dia, reduzindo a chance de inadimplência, criou-se um sistema de pagamento solidário – grupo solidário - onde o empréstimo é concedido coletivamente a grupos de cinco pessoas.

Sengupta & Aubuchon (2008) explicam:

No Grameen Bank, um candidato a obter um empréstimo tem de se juntar a quatro outros pretendentes, constituindo um grupo que se propõe a um dos centros existentes na aldeia. Os cinco membros têm, num primeiro momento, uma semana de formação, durante a qual cada um dos membros tem de efetuar uma poupança diária de 1 Taka. Após este período, dois dos membros do grupo propõem seus pedidos de empréstimo, que reembolsam no período estabelecido em pagamentos semanais. A atribuição dos empréstimos aos restantes elementos depende do bom pagamento dos primeiros empréstimos (Sengupta & Aubuchon, 2008, p. 9-30).

A experiência do Grameen Bank inspirou o surgimento de instituições e programas similares na Ásia, América Latina e África. Como princípios de base para a implementação destas experiências podem ser destacados: a cobrança de juros reais, a busca de manutenção de uma relação personalizada com o cliente; garantias baseadas na formação de “grupos solidários”; captação de poupança dos

---

<sup>2</sup> Dados disponíveis no site oficial da instituição: <http://www.grameen.com/>, - Acessado em 15/02/2017.

usuários e oferta de créditos renovados e escalonáveis, com prazos curtos de amortização (Sengupta & Aubuchon, 2008).

### **1.1.3 Incentivo ao microcrédito no contexto europeu**

O microcrédito, por suas características específicas, vem se demonstrando um instrumento promotor dos princípios delineados pela estratégia Europa2020, como a inclusão e mudança social, a empregabilidade e crescimento econômico, e vem alcançando seu espaço na agenda da União Europeia.<sup>3</sup>

Em busca de impulsionar o crescimento do mercado de microcrédito na Europa, no ano de 2007, a Comissão Europeia apresentou um conjunto de propostas visando promover o empreendedorismo e a inovação social, além de propor a melhoria do enquadramento jurídico e institucional das iniciativas de microcrédito existentes em seus Estados-Membros promovendo, assim, um clima favorável para as práticas de microcrédito; criando serviços de formação empresarial e soluções para o problema do desemprego; facultando a entrada de capital financeiro suplementar para os organismos de microcrédito; criando um instrumento específico que preste assistência a estas instituições.<sup>4</sup>

A criação do programa piloto *Joint Action to Support Microfinance Institutions in Europe* (JASMINE) entre 2007 e 2013 foi resultado de uma ação conjunta entre a Comissão Europeia e o Banco Europeu de Investimento e possui o intuito de fomentar o microcrédito para as instituições internas ao setor bancário tradicional, intensificando as suas operações e maximizando o impacto dos produtos do microfinanciamento no desenvolvimento de microempresas e na redução do desemprego.

---

<sup>3</sup> Europa 2020 é a estratégia da UE para o crescimento e o emprego e tem como objetivo criar condições para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. A UE definiu cinco objetivos principais a atingir até ao final de 2020 nos seguintes domínios: emprego, investigação desenvolvimento, alterações climáticas/energia, educação e inclusão social e redução da pobreza. Disponível em: [http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/index_pt.htm) – Acessado em: 28/04/2017.

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009\\_2014/documents/com/com\\_com\(2011\)0682\\_/com\\_com\(2011\)0682\\_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/com/com_com(2011)0682_/com_com(2011)0682_pt.pdf). - Acessado em: 28/04/2017.

Levando em consideração o impacto positivo do *JASMINE* no setor e sua complementaridade com os futuros programas de microfinanciamento da União Europeia, como os instrumentos financeiros no âmbito dos programas *European Progress Microfinance Facility* e *Programme for Employment and Social Innovation* (EaSI), o *JASMINE* foi ampliado para o período que compreende os anos de 2014 a 2020. Essa iniciativa, que é executada pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) e financiada pela Comissão Europeia<sup>5</sup>, está integrada à plataforma consultiva de instrumentos financeiros do Fundo Europeu de Investimentos Estruturais e de Investimento (FSE) e de microfinanciamento no âmbito do EaSI.

Seguindo as diretrizes dos programas propostos pela União Europeia, Portugal implementou e desenvolveu uma série de políticas e medidas voltadas ao desenvolvimento do empreendedorismo e inclusão social. Através do programa do Governo Constitucional XVIII<sup>6</sup>, faz-se reconhecido a importância do papel das instituições de microfinanças para a promoção das políticas sociais que visam reduzir a desigualdades existentes no país.

Reforçando a importância e o papel desempenhados por essas instituições de microfinanças na economia, cria-se um conjunto de programas de apoio às instituições, como o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social (PADES) e o Programa Nacional de Microcrédito (PNM) que visam, através da facilitação de acesso ao crédito e apoio técnico a pequenos negócios, estimular o empreendedorismo e a inclusão social.<sup>7</sup>

A criação do PNM deu-se através da Resolução de Conselho de Ministros

---

<sup>5</sup> Tradução livre do autor. Disponível em: [http://www.eif.org/what\\_we\\_do/microfinance/JASMINE/](http://www.eif.org/what_we_do/microfinance/JASMINE/) - Acessado em: 28/04/2017.

<sup>6</sup> “O Programa do XVIII Governo Constitucional assume um rumo, uma estratégia, um conjunto de prioridades decisivas. Constitui, assim, uma referência para as iniciativas destinadas a superar a crise internacional, define as orientações políticas para prosseguir a modernização do País de modo a preparar o futuro e preconiza o reforço das políticas sociais e do Estado Social. O Programa do XVIII Governo Constitucional, para a legislatura 2009-2013, assume três prioridades fundamentais muito claras: Relançar a economia e promover o emprego; Reforçar a competitividade, reduzir a dependência energética e o endividamento externo, valorizar as exportações, modernizar Portugal; Desenvolver as políticas sociais, qualificar os serviços públicos e reduzir as desigualdades” (p. 4). Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/468569/gc18.pdf> Acessado em: 13/06/2017.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.parlamento.pt/documents/programadoxviiiigoverno.pdf>. Acessado em: 28/04/2017.

nº 16/2010 de 4 de março e consolida o microcrédito como um crédito de investimento de baixo valor, fornecido por instituições de crédito ou microcrédito no montante de até 25.000 euros, devendo ser destinado ao público desfavorecido de crédito tradicional.

Através do decreto de lei nº 12/2010, de 19 de fevereiro, foram criadas as sociedades financeiras de microcrédito, que preveem a institucionalização de entidades voltadas de maneira exclusiva para as microfinanças e microcrédito, abrindo, assim, precedentes para que entidades que não exercem atividades financeiras possam operar no âmbito das microfinanças e, conseqüentemente, com o microcrédito, para fins econômicos e sociais.

Em dezembro de 2010, foi criada a portaria nº 1315<sup>8</sup>, que determina qual tipo de atividade econômica é objeto de operações de microcrédito, e atribui para entidades financeiras de microcrédito uma dupla função, assegurando que essas, além de fomentar o microcrédito, devem prestar acompanhamento e assessoria a esses negócios nas etapas de criação, preparação e gestão dos mesmos. A promulgação da Portaria nº 58/2011, de 28 de janeiro, coloca a linha de Microinvest<sup>9</sup> ao serviço da PNM.

#### **1.1.4 O Microcrédito em Portugal**

O conceito de microcrédito esteve inicialmente associado à implementação de alternativas nos países subdesenvolvidos, no entanto trata-se de uma prática cada vez mais comum nos serviços financeiros Europeus. Em Portugal, o surgimento do microcrédito está diretamente ligado à criação da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) em dezembro de 1998. A sua principal função atualmente é apoiar pessoas com capacidades empreendedoras que se encontram em situação desfavorecida ou em vias de poder vir a estar - sem acesso ao crédito bancário tradicional por falta de garantias reais - a desenvolver um

---

<sup>8</sup> Disponível em: [https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/legislacoes/port1315ano2010\\_1.PDF](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/legislacoes/port1315ano2010_1.PDF). Acessado em: 28/04/2017.

<sup>9</sup> O Microinvest é uma política pública de inserção na vida ativa, consagrada no Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE). O MicroInvest visa, sobretudo, promover a criação do próprio emprego, concedendo acesso a crédito bancário em condições mais favoráveis a pessoas que se encontrem desempregadas ou jovens à procura do primeiro emprego.

pequeno negócio. (ANDC, 2016).

O desenvolvimento do programa de microcrédito da ANDC teve por base uma parceria com o Banco Comercial Português (BCP) e com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), por meio de dois protocolos assinados durante o ano de 1999, sendo os primeiros créditos concedidos em julho desse ano (Centeio 2008).

Afonso (2011) identifica dois períodos distintos na implementação do instrumento no país: um primeiro, até 2005, em que a implementação do microcrédito se fez quase em exclusivo pela parceria ANDC/IEFP/BCP; outro, a partir do final de 2005, em que se alarga o leque de atores envolvidos, bem como de programas de microcrédito no terreno.

Segundo Araújo (2010), a ANDC, seguindo o modelo do Grameen Bank criado por Muhammad Yunus, auxilia gratuitamente pessoas com capacidade empreendedora excluídas do mercado de crédito tradicional por serem incapazes de apresentar garantias reais ao criarem seu próprio negócio. Alves (2006) chama a atenção, no entanto, para o fato de que em Portugal o microcrédito foi adaptado à realidade do mercado nacional, apresentando, assim, algumas características que o diferenciam do modelo desenvolvido por Yunus.

No contexto Português, o microcrédito é apenas atribuído a pessoas que queiram criar o seu negócio, mas que não tenham acesso ao crédito normal (Pires, 2009). O papel da ANDC passa, então, por avaliar o negócio que a pessoa quer criar, apoiar a preparação das candidaturas ao microcrédito e acompanhar os microempresários no desenvolvimento do seu negócio (Araújo, 2010). Ou seja, nesse contexto, a ANDC parece exercer um papel de intermediária entre quem busca essa ferramenta e quem a fornece.

A ideia de que pessoas em situação de vulnerabilidade possam tirar proveito de um sistema de mercado na busca pela melhoria de sua condição social – como, por exemplo, através de uma instituição que permita acesso ao crédito para a criação de pequenos empreendimentos a aqueles que não possam apresentar garantias reais - possibilita a esses uma mudança em suas vidas (Yunus, 2002) e é decisivo para que as camadas menos favorecidas da população consigam honrar

o pagamento de dívidas contraídas para montar seus pequenos negócios (Portela et al., 2008).

O microcrédito, segundo o entendimento de Yunus (2002), é uma revolução na maneira de financiar pequenos empreendimentos para os pobres, baseado na relação de confiança. Nesse sentido, o microcrédito é um instrumento inovador que possibilita a muitas pessoas dar o pontapé de saída de uma condição de vulnerabilidade social, através da criação do seu negócio e próprio emprego e, dessa forma, abandonar uma situação de pobreza e exclusão (Yunus, 2002).

## **1.2 O Empreendedorismo: da forma “tradicional” à sua vertente social.**

Nos últimos anos, as mudanças estruturais e tecnológicas produtivas e organizacionais vêm se refletindo no mundo do trabalho. Em um momento de crise e em um sistema capitalista excludente e cada vez mais desigual e massificador, o empreendedorismo surge como um grande leque de opções e programas que visam designadamente sua promoção surgem como uma forma alternativa para a inclusão econômica e social (Portela et al., 2008).

Como uma consequência do dinamismo dessas mudanças, o empreendedorismo faz com que os empresários, em virtude da competitividade econômica, passem a adotar novos paradigmas. Através dessa visão, estão sendo ultrapassadas barreiras tanto comerciais como culturais, buscando o estreitamento das distâncias econômicas, criando, dessa forma, novos meios nas relações de trabalho e emprego, favorecendo novas formas de sustentação na sociedade (Dess et al., 2002).

Quando pesquisamos a palavra empreendedorismo na sua origem, reencontramos o termo francês *entrepreneur*, que na forma literária significa aquele que assume riscos, que começa algo novo. Originalmente, estava relacionada com a atividade de um intermediário, aquele que fica “entre” o fornecedor e o mercado e que facilita o processo de troca (Blais et al., 1997). O termo “empreendedor” foi utilizado pela primeira vez no final do século XIX pelo economista francês Jean-Baptiste Say, com o objetivo de distinguir o indivíduo que consegue mover recursos econômicos de uma área de baixa produtividade para uma área de produtividade

que proporcione um melhor retorno (Benevides, 2002).

Em sua forma tradicional, o empreendedorismo pode ser caracterizado como a criação ou recriação de um negócio que venha a acrescentar valor para os empreendedores (as) ou para a sociedade, de maneira que venha inovar a partir de oportunidades existentes, mobilizando recursos a fim de atingir ganhos econômicos (Brouard & Larivet, 2009).

Hisrich & Peters (2004), entendem empreendedorismo como:

O processo de criar algo novo com valor dedicando o tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as conseqüentes recompensas da satisfação e independência econômica e pessoal (Hisrich e Peters, 2004, p.29).

Para autores como Hisrich & Peter (2004), o empreendedorismo tem um papel central no desenvolvimento econômico e abrange mais do que apenas o aumento da produção e renda *per capita*; envolve contribuir e iniciar mudanças na estrutura de negócios e da sociedade.

Drucker (1986) define empreendedorismo como uma prática, visão de mercado e evolução. O autor enfatiza que:

O trabalho específico do empreendedorismo numa empresa de negócios é fazer os negócios de hoje serem capazes de fazer o futuro, transformando-se em um negócio diferente. Empreendedorismo não é nem ciência, nem arte. É uma prática (Drucker, 1986, p.25).

Schumpeter (1982) contribuiu para a elevação do empreendedorismo e do seu papel e função social e econômica, através da popularização do conceito de “destruição criativa”. O autor conceitua a destruição criativa como: “O empreendedor (a) promove a inovação, sendo essa radical, pois destrói e substitui esquemas de produção vigentes. Baseado nessa premissa, nasce o conceito de destruição criativa” (Schumpeter, 1982, p. 48).

O caráter inovador do empreendedorismo, segundo Schumpeter (1982), traduz-se em novas formas de combinação de fatores que incluem a introdução de novos bens e serviços, novos métodos de produção, abertura de novos mercados, conquista de novas fontes de matérias-primas, e criação de novas estruturas de mercado.

Nesse contexto, o empreendedorismo deve impulsionar os indivíduos e

transformar cenários. Deve destruir velhos hábitos, que por estarem ultrapassados já não possuem mais a capacidade de resolver determinadas situações ou de surpreender em outras. A natureza do empreendedorismo está na mudança em atitudes construtivas para a criação de novas possibilidades (Schumpeter, 1982).

Na visão de Schumpeter (1982), o processo de desenvolvimento econômico é auxiliado por três fatores fundamentais: as inovações tecnológicas, o crédito bancário e o empresário inovador. O autor afirma que o empresário (a) inovador é o agente capaz de realizar de forma eficaz a combinação do crédito bancário e o empreendimento de um novo negócio, sendo assim figura central no processo do empreendedorismo, introduzindo inovações que venham a criar prosperidade e riqueza no contexto econômico.

### ***1.2.1 Empreender por oportunidade ou necessidade?***

Definir empreendedorismo, apesar dos vários estudos acerca do tema, não é tarefa simples. O termo pode ser traduzido como um conjunto de práticas que garantam a geração de riqueza e um melhor desempenho às sociedades que o apoiam e o praticam, mas isso não pode ser considerado como uma verdade absoluta.

A partir da leitura de vários autores, foi possível notar a tendência de, ao longo do tempo, o empreendedorismo ter deixado de ser um termo ligado de forma exclusiva aos negócios e às empresas, passando a ser visto como uma forma também de comportamento.

Pode-se compreender o empreendedorismo como o despertar do indivíduo (a) para o desenvolvimento integral de suas potencialidades racionais e intuitivas, na busca por um processo de aprendizado contínuo e por novas experiências e paradigmas. O empreendedorismo consiste em assumir um comportamento proativo, de desafio, perante as oportunidades e os riscos, e deve, ainda, responder e explorar a mudança como uma oportunidade (Baggio & Baggio, 2014).

O empreendedorismo também é um “fenômeno social que pode levar o indivíduo ou uma comunidade a desenvolver capacidades de solucionar problemas e de buscar a construção do próprio futuro, isto é, de gerar Capital Social e Capital

Humano” (Zarpellon 2010, p. 48).

O *Global Entrepreneurship Monitor (GEM)* busca, entre outras variáveis, medir e avaliar os motivos que levam pessoas a tornarem-se empreendedoras. Para os pesquisadores do projeto GEM, as pessoas são levadas a empreender por dois motivos: oportunidade ou necessidade.

Os empreendedores (as) por oportunidade são indivíduos “envolvidos com o empreendedorismo por ter identificado uma oportunidade de negócio que pretende perseguir” (GEM, 2011, p. 13). Entre os principais motivos que levam um indivíduo a agir por oportunidade, estão as necessidades de conquistas e a autorrealização. Ou seja, o empreendedor (a) por oportunidade é movido por “um desejo de realizar as coisas da melhor maneira, não exatamente pelo reconhecimento social ou prestígio, mas, sim, pelo sentimento íntimo de necessidade de realização pessoal” (McClelland, 1972, p. 110).

Por outro lado, os que empreendem por necessidade são “parte da população envolvida com o empreendedorismo de forma forçada, e criam seus próprios negócios porque inexistem quaisquer outras opções de trabalho ou porque as existentes são insatisfatórias” (GEM, 2011, p. 13). Esses indivíduos não conseguem se inserir no mercado formal de trabalho e buscam nas atividades empreendedoras uma via de trabalho e geração de renda (Sivapalan & Balasundaram, 2012).

Hespanha (2009) complementa que o empreendedorismo por necessidade é um caminho encontrado por indivíduos que, por falta de oportunidade ou ausência de vagas de emprego, buscam no autoemprego um meio de sobrevivência. O autor define que “o indivíduo é empurrado na direção do autoemprego, vendo este como um refúgio das condições desfavoráveis do mercado de trabalho” (Hespanha, 2009, p. 251).

Apesar de o empreendedorismo ter nascido nas pesquisas desenvolvidas no campo da economia, seu conceito foi apropriado por disciplinas como a sociologia e a psicologia, gerando assim diferentes definições sobre o termo, além de criar novos modelos de pesquisa, sendo vinculado a temas que compreendem desde projetos até mesmo realizações pessoais (Alves, 2011).

### **1.2.2 O Empreendedorismo como instrumento de transformação social**

A diferenciação entre empreendedorismo social e tradicional pode ser entendida a partir da visão de Dess et al. (2002), para quem:

O empreendedorismo social não se refere a iniciar um negócio ou tornar-se mais comercial; trata-se de encontrar novas e melhores formas de criar valor social [...] empreendedorismo social é a criação de valor social - entendido como o acesso ao emprego, água potável, serviços, vida urbana inclusiva e sustentável, entre outros exemplos - por meio de uma inovação ou através da criação de uma empresa ou empreendimento. (Dees et al., 2002, p.35).

Na visão dos autores, empreendedores (as) sociais devem adotar a missão de criar valor social, e não apenas valor privado, reconhecendo oportunidades e desenvolvendo práticas contínuas de inovação, adaptação e aprendizado, equilibrando os recursos que têm em mãos, tendo em vista a resolução de problemas que se apresentam em nossa sociedade, buscando novos métodos para alcançar suas missões sociais, e que essa deve ser a premissa explícita e central no seu trabalho (Dess et al., 2002).

O empreendedorismo social (ES) é visto como um importante mecanismo de mobilização e transformação social, surgindo como um híbrido entre as intervenções governamentais e o empreendedorismo tradicional (Parente & Quintão, 2009). É um processo alternativo, dinâmico e estratégico, atribuído de novas possibilidades, sendo capaz de articular a gestão, as organizações, serviços e produtos, buscando o exercício da cidadania e criação de valor social (Dees, 2002).

A essência do empreendedorismo social está na inovação e criatividade aplicadas ao desenvolvimento e gerenciamento de ações que têm como finalidade a solução dos problemas sociais, possibilitando variadas formas e campos de atuação, que são definidos conforme a característica dos empreendimentos e das situações que se compromete a solucionar (Yunus, 2002).

Para Dees (2011), o empreendedorismo social é uma missão social:

Que não pode ser diminuta comparando com a criação de benefícios privados (vantagens de consumo ou retorno financeiro) para as pessoas. Criar riqueza, ter lucro ou condizer aos anseios dos clientes pode fazer parte do sistema, porém como caminhos para um fim social, não como um fim em si próprio (Dees, 2011, p. 4).

Hulgard e Ferrarini (2010) argumentam que não é necessário delimitar o tipo de organização ou ferramenta que os empresários utilizam para criar o valor social, desde que o empreendedorismo social possa ser materializado em uma variedade de configurações institucionais.

Isso é justificado na afirmação de Yunus (2007):

Como é geralmente definido, qualquer iniciativa inovadora para ajudar as pessoas pode ser descrita como empreendedorismo social [...]. “Todos aqueles que dirigem empresas sociais são empreendedores sociais, mas nem todos os empresários sociais estão engajados no empreendedorismo social” (Yunus, 2007, p. 32).

Cabe aqui deixar claro que o empreendedorismo social está ligado ao desenvolvimento de projeto. Seja por uma pessoa – através da criação de um empreendimento que lhe proporcione o autoemprego - ou por um coletivo de pessoas – como a criação de uma associação de acompanhamento de microcrédito - que gerem uma solução para necessidades sociais de interesse geral (Ferreira, 2005).

Austin et al. (2006) definem empreendedorismo social como “uma atividade que cria valor social e que pode ocorrer dentro ou por meio de organizações sem fins lucrativos, empresas ou setores do governo” (Austin et al. 2006, p. 2). A definição dos autores deixa claro que a criação de valor social não se restringe a um setor, mas abrange as muitas iniciativas que são desenvolvidas por organizações públicas, privadas e da sociedade civil.

Parente et al. (2011) destacam que, muitas vezes, o empreendedorismo social atua em situações cuja competência de agir deveria ser das instituições públicas. Como, pelas mais diversas razões, essas instituições públicas não exercem o seu papel, abre-se a oportunidade de desenvolvimento do empreendedorismo social. Assim, preencher essa falha do governo também é visto como um dos objetivos do empreendedorismo social.

Martin & Osberg (2007) apontam três componentes fundamentais do empreendedorismo social: (1) identificação de um ambiente social estável, porém injusto. Nesse ambiente, a estabilidade geraria a exclusão, a marginalização e o sofrimento de uma parte da população a qual, carecida de meios financeiros e influência política, não consegue, por si, alcançar uma melhoria/mudança de vida;

(2) identificação de oportunidades neste equilíbrio injusto, desenvolvendo uma proposta que agregue valor social, possibilitando o surgimento de aspectos que inspirem processos criativos, ações diretas, coragem e força, desafiando a hegemonia da injustiça social; (3) forçar um novo equilíbrio, abrindo espaço para potenciais competências que se encontram intrínsecas ou aliviar o sofrimento de um determinado grupo de pessoas, replicando ou criando uma nova realidade social que gere um novo equilíbrio e garanta um futuro melhor para esse grupo e para a sociedade.<sup>10</sup>

Um dos conceitos em estreita ligação com o de empreendedorismo e, nomeadamente, empreendedorismo social é o de inovação. Drucker (1986) defende que a inovação para a área do empreendedorismo é uma ferramenta específica para a exploração da mudança, a qual os empreendedores devem utilizar para promover negócios ou serviços diferenciados.

### **1.3 Da Inovação Tecnológica à Inovação Social: Valor econômico x Valor Social**

Inovação é um termo de difícil definição precisa, um termo polissêmico, e vem sendo definido por grupos sociais dos mais diversos, sendo visto como o “ás” para a solução de problemas que envolvem desde novas tecnologias, crescimento econômico e inclusão social.

Por ser um dos temas de base dessa pesquisa, esse tópico visa apresentar a inovação segundo os pressupostos da teoria evolucionária ou neo Schumpeteriana – de que a inovação se vincula à geração de valor econômico (Bignetti, 2008).

A teoria evolucionista, segundo Schumpeter (1985), analisa um processo evolucionário, dinâmico e complexo. O autor define que na teoria evolucionária as inovações são o emprego diferente da oferta de meios produtivos existentes no sistema econômico.

---

<sup>10</sup> Tradução livre do autor. No original: “Social Entrepreneurship: the case for a definition. Stanford Social Innovation Review”, Spring, (Martin, R. J.; Osberg, S., 2007, p.29–39.) Disponível em: [https://ssir.org/articles/entry/social\\_entrepreneurship\\_the\\_case\\_for\\_definition](https://ssir.org/articles/entry/social_entrepreneurship_the_case_for_definition).

Schumpeter (1982) afirma que as inovações surgem em consequência das crises, onde nascem necessidades de se introduzir novas combinações de fatores produtivos, buscando alavancar o crescimento econômico. A responsabilidade por estas inovações cabe aos empresários empreendedores, que por sua vez devem buscar formas viáveis de transformações do meio produtivo.

Baseado na teoria econômica evolucionária, Schumpeter (1985) afirma que inovação é:

Um processo caracterizado pela descontinuidade com o que está estabelecido, por meio de novas combinações que são concebidas pela introdução de um novo bem; introdução de um novo método de produção; a abertura de um novo mercado; a conquista de uma nova fonte de matéria-prima; do estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (Schumpeter, 1985, p. 55).

O autor ainda classifica as inovações em cinco tipos: novos produtos, novos métodos de produção, novas fontes de oferta de matéria-prima, novos mercados e novas formas de organização (Schumpeter, 1985). Vale salientar que as duas primeiras, inovação de produtos e processos/métodos, são classificadas como inovação tecnológica.

Para Schumpeter (1985), as inovações tecnológicas podem ocorrer de maneira radical, gerando grandes mudanças no cenário mundial, criando uma ruptura no sistema econômico, tirando-o do estado de equilíbrio, alterando, desta forma, padrões de produção e criando diferenciação para as empresas. Ou de forma incremental, onde apesar de as alterações serem significativas, elas não são suficientes para romper com o passado, mas preenchem continuamente o processo de mudança.

A inovação tecnológica pode ser entendida como a introdução de um produto/serviço ou processos produtivos tecnologicamente novos e melhorias significativas em produtos e processos já existentes. Pode-se considerar como uma inovação tecnológica de produto ou processo a implementação de algo que tenha sido introduzido no mercado (inovação de produto) ou utilizado no processo de produção (inovação de processo). Essas inovações tecnológicas envolvem uma série de atividades científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e

comerciais (OCDE, Manual de Oslo, 1996, p.35).<sup>11</sup>

Na visão do economista Freeman (1982), a inovação tecnológica é o processo que inclui as atividades técnicas, concepção, desenvolvimento, gestão e que resulta na comercialização de novos (ou melhorados) produtos ou na primeira utilização de novos (ou melhorados) processos.

Freeman (1982) alerta para a similaridade de alguns termos e as especificidades da inovação:

Um dos problemas em gerir a inovação é a variedade de entendimentos que as pessoas têm desse termo, frequentemente confundindo-o com invenção. [...] Inovação é o processo de tornar oportunidades em novas ideias e colocar estas em prática de uso extensivo (Freeman, 1982, p. 69).

Na definição de Dosi (1988), as inovações implicam novas soluções técnicas em produtos, processos e organizações, as quais são decorrentes do processo contínuo de mutações.

Inovação diz respeito à busca, descoberta, experimentação, desenvolvimento, imitação e adoção de novos produtos, novos processos de produção ou novas formas organizacionais (Dosi, 1988, p. 222).

Para Nelson & Winger (1982), a inovação é um processo “dependente de trajetória, por meio do qual o conhecimento e a tecnologia são desenvolvidos a partir da interação entre os vários atores e fatores envolvidos”. (Nelson & Winger 1982, p. 40)

Um dos mais notórios pensadores do campo da Administração, Peter Drucker (1986), entende a inovação como uma ferramenta de exploração dos empreendedores na busca de criar novas oportunidades ou buscar novos produtos. Os empreendedores inovadores devem buscar novas fontes e também aprender como aplicar princípios e práticas para uma inovação bem-sucedida.

Drucker (1986) afirma que:

A inovação não precisa ser técnica, não precisa sequer ser uma ‘coisa’. Poucas inovações técnicas podem competir, em termos de impacto, com as inovações sociais. Há, evidentemente, um espaço relevante para a inovação derivada de conquistas científicas e do progresso técnico. Ao recomendar o monitoramento de sete fontes para uma oportunidade inovadora, o autor destaca uma fonte, que é o conhecimento novo: A inovação baseada no conhecimento é a ‘superestrela’, ela é o que as

---

<sup>11</sup> Tradução livre do autor. No original “The mensurament of scientific and technological activities: Porposed guidelines for collecting and interpreting technological innovation data (Oslo Manual, p. 35)”. Disponível em: <https://www.oecd.org/sti/inno/2367580.pdf> - Acessado em: 15/04/2017.

peças normalmente querem dizer quando falam sobre inovação. As inovações baseadas no conhecimento diferem das demais inovações em suas características básicas e nos desafios que apresentam para o empreendedor. E, como a maioria das 'superestrelas', a inovação baseada no conhecimento é temperamental, caprichosa e difícil de controlar (Drucker, 1986, p. 135).

Para André & Abreu (2006), no campo da inovação tecnológica é o mercado ou a busca pelo lucro que conduzem a inovação. Para os autores, as empresas buscam na inovação um meio de evitar ameaças e riscos ligados à concorrência, ou ainda, enxergam oportunidades que lhes permita um posicionamento favorável frente aos concorrentes.

Apesar de existir essa expansão no conceito da inovação, a maior parte dos estudos acadêmicos concentra-se na tradicional inovação tecnológica (Bignetti, 2008). Os temas da inovação mantêm-se estreitamente ligados a preocupações que compreendem a ordem econômica, como a competitividade, e pressões por demanda ao investimento.

Porém, percebe-se nos últimos anos a tendência de que os estudos sobre inovação vêm sendo ampliados, saindo dos campos da inovação tecnológica de processo e produto e sendo apropriados por novas áreas (Bignetti, 2008).

Autores como Flichy (1995) e Maciel (1997) chamam a atenção para o desafio contínuo de incluir variáveis socioculturais nas avaliações e nos estudos sobre a implementação da inovação em contextos locais e nacionais. Os conceitos de contexto tecnológico e de ambientes de inovação representam novas possibilidades de incorporar teórica e empiricamente práticas de inovação em uma dimensão sociológica (Flichy, 1995; Maciel, 1997).

Partindo dessas diferentes perspectivas, a inovação criou espaços em outros campos de análise e incorporou significados que a tornam mais abrangente e sistêmica (Bignetti, 2008). Os avanços das diversas conceituações de inovação possibilitam a disseminação de novos modelos.

Em razão disso, tem surgido na literatura sobre inovação uma corrente de estudo conhecida como inovação social, a qual descreve a inovação como um processo que, em vez de procurar a maximização do lucro monetário, está voltada para a geração de valor social. Essa perspectiva é apresentada no item a seguir.

### **1.3.1 Inovação Social como resposta às necessidades sociais**

Associada às falhas de políticas governamentais e de mercado que ao longo do tempo vêm se mostrando inadequadas e criadoras de grande desigualdade, a “inovação social” remete para a ideia de mudanças sociais, visando à melhoria de condição de vida, à geração de novas oportunidades, além da busca por uma sociedade mais igualitária (Mulgan et al., 2007).

Uma das primeiras aparições do termo deu-se na década de 70. Taylor (1970) delinea o conceito de inovação social como novas ferramentas de se realizar algo visando à solução das necessidades sociais, por exemplo, novas formas de lidar com a pobreza. Já Gabor (1970) considera que as inovações sociais são um instrumento na luta por novos arranjos sociais, como a criação de novas leis e o desenvolvimento de novas tecnologias.

O termo inovação social é utilizado nas áreas de ciências sociais e ciências sociais aplicadas, e faz referência a mudanças sociais que busquem a satisfação das necessidades humanas, contemplando necessidades até então não supridas pelos atuais sistemas públicos ou organizacionais privados (Moulaert et al., 2007).

Para Bignetti (2011), a definição do termo inovação social está relacionada também ao envolvimento e colaboração dos atores por meio do ato de compartilhar conhecimento, que pode ser empregado junto a necessidades sociais.

O autor afirma que:

A inovação social é definida como o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral (Bignetti, 2011, p. 4).

Autores como Phills, Deiglmeier e Miller (2008) entendem que a inovação social é a melhor via para a compreensão e produção duradoura da mudança social, uma vez que, através de um olhar sistêmico, responderia de forma mais eficiente e sustentável a resoluções dos problemas sociais. Isso é explicado pelo fato de que a inovação social não tem como foco principal ganhos monetários,

como é o caso de inovações mais tradicionais, por exemplo.<sup>12</sup>

Para Cloutier (2003), a inovação social está voltada para o atendimento de interesses dos grupos sociais e da comunidade. Assim, para a autora, a inovação social oferece uma resposta nova a uma situação social tida como não satisfatória, promovendo o bem-estar de indivíduos e coletividades por meio do atendimento a necessidades nos domínios da saúde, educação, trabalho, lazer, transporte e turismo.<sup>13</sup>

De uma maneira mais ampla, podemos definir a inovação social como a criação de novos e efetivos métodos na tentativa de buscar respostas aos problemas sociais com que nos deparamos no mundo atual. A inovação social está presente nos mais diversos setores públicos, privados e sem fins lucrativos. Isso é justificado por seu caráter sistêmico e pela complexidade de seus desafios. Assim, através da necessidade de fazer diferente, a inovação social busca de maneira simultânea articular diversos atores através da melhoria de processos e ideias, criando novas e duradouras relações sociais, elevando a capacidade de agir da sociedade (Murray et al., 2010).

Para Mulgan et al. (2007), inovação social é:

A inovação social geralmente é o resultado de novas combinações ou da hibridização de elementos existentes, e não da composição de elementos integralmente novos. Além disso, a sua colocação em prática se dá ultrapassando fronteiras organizacionais, setoriais ou disciplinares. Por fim, a inovação social deixa como resultante novas relações sociais entre indivíduos e grupos anteriormente separados, contribuindo para a difusão e a perpetuação da inovação e alimentando novas soluções sociais. Este enfoque enfatiza o papel crítico desenvolvido pelos conectores – empreendedores, brokers e instituições – que unem pessoas, ideias, recursos e poder e cuja integração contribui para mudanças duradouras. (Mulgan et al., 2007, p. 5).<sup>14</sup>

Em tempos recentes, a inovação social vem ganhando espaço por essas e outras razões. De acordo com Pol e Ville (2009), a definição das inovações sociais

---

<sup>12</sup> Tradução livre do autor. No original “Rediscovering social innovation Stanford Social Innovation Review, fall”. Disponível em: [http://www.ssireview.org/articles/entry/rediscovering\\_social\\_innovation](http://www.ssireview.org/articles/entry/rediscovering_social_innovation). (Phills, J. A., JR.; Deiglemeier, K.; Miller, D. T. 2008).

<sup>13</sup> Tradução livre do autor. No original “Qu’est-ce que l’innovation sociale?”. (Crises, ET0314). Disponível em: <https://depot.erudit.org/retrieve/1857/ET0314.pdf> Cloutier, J., 2003).

<sup>14</sup> Tradução Livre do autor. No Original “Social Innovation: What It Is, Why It Matters and How It Can Be Accelerated”. London, The Young Foundation. Disponível em: [www.youngfoundation.org](http://www.youngfoundation.org). ( Mulgan, G.; Tucker, S.; Sander, B. 2007, p.5)

não é clara de maneira suficiente, e gera divergências nas correntes de pensamento sociológicas, econômicas e psicológicas, dificultando os avanços teóricos sobre o tema. Para esses autores, as inovações sociais resultam de novas ideias, que têm o potencial em um nível “macro” de aumentar a expectativa de quantidade e qualidade de vida de um grupo de indivíduos, com vista à geração do bem-estar humano.

Os estudos sobre a inovação social ainda não representam parcela significativa nas pesquisas acadêmicas (Bignetti, 2011). A amplitude do conceito e a falta de consonância refletem em um pequeno número de pesquisas, uma vez que o tema continua a ser pouco explorado nas ciências sociais e nas políticas governamentais de inovação (Howaldt; Schwarz, 2010).

O conceito de Inovação Social na Europa é estudado por diversas correntes de pensamento, destacado-se as visões do *Bureau Of European Policy Advisers* (BEPA) e do *Open Book of Social Innovation*; e do projeto *Social Innovation, Governance and Community Building* (SINGOCOM), coordenado por Frank Moulaert (Ferreira, 2016).

Segundo BEPA (2011),<sup>15</sup> as inovações sociais correspondem a novas ideias de produtos e serviços, que de maneira simultânea venham a atender as necessidades sociais de um modo mais eficaz que os modelos existentes, criando novas relações ou colaborações sociais, promovendo, assim, a capacidade social de agir. O relatório aponta três abordagens de inovação distintas: necessidade social (resposta das necessidades não respondidas pelo mercado ou estado); mudança societal (destinada à sociedade como um todo, ultrapassando a barreira entre o social e o econômico); e mudança sistêmica (reestruturação da sociedade focando no bem-estar social através da capacitação e aprendizagem).

O *Open Book of Social Innovation* é fruto de uma parceria entre o National Endowment for Science, Technology and the Arts (NESTA) e a Young Foundation. O livro correlaciona ferramentas, métodos e estratégias aos estágios do processo

---

<sup>15</sup> Tradução Livre do autor. No Original “Empowering people, driving change: Social innovation in the European Union, Bureau of European Policy Advisers (BEPA). Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2011, p.33.

de inovação social a partir de um ciclo. Murray et al. (2010, apud Ferreira, 2016) explicam que no ciclo, a partir de um problema, criam-se propostas de soluções e ideias, e em seguida testam-se protótipos e pilotos, para depois observar-se a sustentabilidade do projeto. Uma vez constatado isso, investe-se na escala e difusão, para então chegar a uma mudança sistêmica.

Na visão dos autores do projeto *SINGOCOM*, a Inovação Social não se restringe apenas a ações específicas, mas também a processos de mobilização, participação e resultados de ações que venham conduzir melhorias nas relações sociais, estruturas de governo e empoderamento coletivo, transformando as relações sociais. Moulaert et al. (2007, apud Ferreira, 2016) argumentam que para praticar Inovação Social é necessário considerar três características inter-relacionadas: a satisfação das necessidades humanas (que não são atualmente satisfeitas); relações sociais reconfiguradas (especialmente as relacionadas à governança); e empoderamento ou mobilização política.

André & Abreu (2006) compartilham de pensamento similar ao dos autores do SINGCOM descritos no parágrafo acima. Os autores entendem:

A inovação social como uma resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera mudança social, ligando simultaneamente três atributos: (I) satisfação de necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado; (II) promoção da inclusão social; e (III) capacitação de agentes ou atores sujeitos, potencial ou efetivamente, a processos de exclusão/marginalização social, desencadeando, por essa via, uma mudança mais ou menos intensa das relações de poder (André e Abreu, 2006 p. 124).

Para Alter (2000), a inovação social é vista como uma manifestação dos sujeitos e pressupõe uma atitude crítica, movida pelo desejo de mudar, seja de forma deliberada, intencional ou voluntária.

### **1.3.2 A mudança social como objetivo da inovação social**

A grande abrangência e exposição do tema de inovação social levantam questionamentos acerca de sua complexidade. Por ser um conceito ainda em construção, é fácil confundir-se referente a seus objetivos. Para os fins dessa dissertação, nessa sessão procuramos fazer uma delimitação acerca do tema.

A nossa sociedade apresenta um enfraquecimento visível em níveis

alarmantes que passa pelos recursos naturais e chega até as formas de relações e laços sociais que construímos. Surge a necessidade de superação desse modelo social e, a partir de uma reestruturação de suas condições de existência, buscam-se novos paradigmas que se tornem meios dessa mudança e promovam a inclusão de todos os indivíduos (Reeler, 2007).

Uma condição social insatisfatória, onde indivíduos se deparam com uma situação de risco e dificuldade que venha a conduzi-los à pobreza econômica, ao enfraquecimento de laços familiares e sociais, ao descrédito e até mesmo à perda de vínculos identitários, representa um problema que necessita de resposta (Townsend, 1979). As pessoas que não conseguem desenvolver uma maneira de conduzir sua própria vida ecoam a necessidade de apoio da sociedade e dos governos, que por sua vez precisam criar soluções para essa situação de exclusão.

A demonstração de incapacidade por parte das estruturas existentes em eliminar por completo os problemas que envolvem a desigualdade social, questões de sustentabilidade, mudanças climáticas e a epidemia mundial de doenças crônicas, cria espaço para o nascimento de iniciativas paralelas direcionadas a uma economia social (Murray, et al. 2010). De forma conjunta com essas iniciativas, surge a inovação social como uma resposta alternativa na busca por novos meios viáveis para ultrapassar as dificuldades que a sociedade enfrenta (Bignetti, 2011).

A inovação social desafia as desigualdades sociais, busca construir soluções inovadoras, uma nova resposta para situações que levam a problemas como a exclusão social e o afastamento dos indivíduos dos seus direitos básicos. A Inovação social tem como objetivo resolver problemas identificados em nossa sociedade e que representem o interesse social. A remodelação do papel de instituições, a criação de novas leis e programas sociais tendo em vista o bem-estar dos indivíduos são exemplos de inovação social (Cloutier, 2003).

Para André & Abreu (2006), a inovação social está ligada à mudança social através das transformações das relações de poder. O objetivo principal da inovação social é desenvolver uma alternativa que possibilite condições para que os indivíduos marginalizados consigam conduzir sua vida de uma maneira efetiva.

Moulaert et al. (2007) observam que no contexto das relações entre território

e inovação social, é necessário conectar uma visão de desenvolvimento socialmente inovadora, através de uma rede de agentes com recursos de diversas escalas espaciais e diferentes configurações institucionais. Para os autores, o foco dessa articulação está na melhoria da qualidade de vida das comunidades baseadas em determinado local.

Constata-se que a mudança objetivada pela inovação social pode ser entendida como o processo de alteração das estruturas de poder existentes no desenho institucional de uma determinada sociedade. Para Westley (2008), a continuidade dessa alteração, entretanto, não é algo simples e necessita de mobilização de recursos sociais e políticos. Apesar disso, a mudança é possível por meio da substituição de práticas ultrapassadas por novas formas de atuar, a partir de métodos consistentes que possuem um ritmo lento e levam algum tempo para se concretizar.

O delineamento das novas relações de instituição em uma sociedade que permita uma oportunidade de retorno aos indivíduos que foram colocados em situação de exclusão pelas estruturas econômicas e sociais existentes resume o ponto principal das análises feitas por Westley (2008). Para esse autor, a importância da inovação social provém da crescente complexidade nos processos de exclusão e desigualdade social que são responsáveis pela deterioração dos recursos naturais do mercado.

Para Mulgan (2007), a mudança ocorre por pessoas corajosas que são persuadidas a abandonar velhas práticas e estejam dispostas a assumir riscos, porém, para ele, a mudança nem sempre acontece de maneira fácil, ainda que haja boa vontade e criatividade. O autor alerta para o fato de que, em determinadas sociedades, as inovações são comprimidas na sua criação, e isso se deve ao fato de que, em sociedades onde o poder é monopolizado, a comunicação livre é inibida ou não há fontes independentes de capital. De maneira geral, é mais provável que a inovação social ocorra quando o direito a condições de financiamento está presente.

Decorrente do caráter sistêmico e da complexidade dos problemas enfrentados, a inovação não possui limites fixos, podendo ocorrer em diversos

campos e de diversas maneiras. É importante frisar que a literatura sobre inovação produz subdivisões e modelos na tentativa de caracterizar as diferentes formas de mudança social.

Pode-se definir as inovações como radicais as que propõem uma ruptura com práticas econômicas e sociais estruturadas, através de meios perturbadores, alterando os padrões já conhecidos na produção, consumo e distribuição (OECD, 2010), ou como inovações incrementais as que são representadas por uma série de mudanças em menor escala ou a introdução de modificações em um produto/solução já existente, respeitando as estruturas já utilizadas no sistema (Fagerberg, 2003).

Mulgan (2007) propõe a inovação sistêmica e defende que para essa ocorrer é necessária a interação de diversos elementos como os movimentos sociais, modelo de negócio, leis, regulamentos, dados e infraestrutura ou arquiteturas compostas por várias inovações menores. Essa mudança sistêmica diz respeito à continuidade dos processos a partir da criação de uma inovação social. Os empreendedores superam processos e barreiras estabelecidos anteriormente, criando novos caminhos para resolução de problemas, no entanto, essas inovações devem ser sustentadas e viabilizadas economicamente.

A inovação social visa à mudança em estruturas sociais estabelecidas, gerando desenvolvimento em uma determinada sociedade, sendo promovida por várias esferas do poder público e ou por processos sociais naturais (Ceveira, 2013).

A eficácia do produto ou do processo no combate à exclusão social é institucionalmente reconhecida, a inovação social é “absorvida” pelas instituições, o que, mais cedo ou mais tarde, retira-lhe a feição inovadora, passando a fazer parte das rotinas, trazendo a necessidade da geração de novas inovações. (André & Abreu, 2006, p.129).

André & Abreu (2006) constatam que a inovação social se manifesta nas políticas dirigidas à inclusão social de pessoas ou de coletivos de base territorial. Para esses, é comum associar a inovação social a um produto, já que a mesma deriva das inovações tecnológicas. As ações de inclusão – criação de pequenos empreendimentos - promovidas pela ANDC através do seu programa de microcrédito podem ser um exemplo de um produto ou serviço de cunho inovador gerador de mudança social.

## **CAPÍTULO II – MODELO DE ANÁLISE**

Neste capítulo, procuramos definir os objetivos e a finalidade do estudo com base no enquadramento teórico acima especificado, assim como algumas questões associadas ao problema de investigação. Serão expostos, ainda, o modelo de análise escolhido, o modo de operacionalização dos conceitos, além dos procedimentos metodológicos que se pretende adotar.

O desenvolvimento dessa pesquisa avança no sentido de compreender as relações entre o microcrédito e a inovação social em Portugal, buscando colaborar com o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das práticas de microcrédito no país. Para isso, optamos por selecionar o programa de microcrédito da ANDC, pioneiro na implementação dessa ferramenta de crédito no país, buscando estudar as relações, os processos e as decisões entre os atores da sociedade civil, o estado e o mercado, e entender como a associação encontra soluções inovadoras como uma forma de gerar a inclusão de pessoas que estão fora do sistema de crédito convencional.

### **2.1 Conceitos adotados**

Este estudo tem a intenção de analisar o modo como o microcrédito é utilizado para gerar inovação e mudança social. Em concreto, pretende-se observar o papel da ANDC como um empreendimento social que promove a inovação e mudança social por meio dos microempreendimentos que fomenta em Portugal. A pergunta que norteia esse estudo é a seguinte:

De que maneira a ANDC desenvolve novas soluções (inovação social) para pessoas em situação de vulnerabilidade social e que benefícios ela origina?

Partindo do pressuposto de que, para que a inovação social seja socialmente reconhecida, é necessária a satisfação simultânea de três atributos: (I) necessidades humanas não satisfeitas por via do mercado; (II) promoção da inclusão social; e (III) capacitação de agentes ou atores sujeitos, potencial ou efetivamente, a processos de exclusão/marginalização social, desencadeando, por essa via, uma mudança mais ou menos intensa das relações de poder (Andre & Abreu, 2006), uma das dimensões da nossa análise será perceber em que medida

a ANDC, neste caso, cumpre os três requisitos para que a inovação social ocorra.

Verificou-se, com base nas leituras bibliográficas, a existência de estudos que aproximam o conceito da inovação social ao do microcrédito, e que qualificam essa ferramenta como uma alternativa às formas tradicionais de crédito e, também, como um possível mecanismo de criação de inovação social, de inclusão social e redução da pobreza.

Os conceitos abordados serão o microcrédito, o empreendedorismo social e a inovação social, buscando, assim, compreender esses como um instrumento para a mudança social, por meio da inclusão social e capacitação dos indivíduos. De uma forma mais específica, os conceitos serão enquadrados no contexto do empreendimento social estudado, a ANDC, e seu programa de apoio ao empreendedorismo e ao microcrédito.

O microcrédito é destinado a uma variedade de público e é visto como uma estratégia importante no combate às desigualdades sociais. Uma camada mais vulnerável da sociedade – que, no contexto de atuação da ANDC podem ser jovens sem experiência profissional à procura do primeiro emprego, desempregados de longa duração, empregados precários, desempregados dos setores em crise, etc - não consegue ou tem mais dificuldades em oferecer um bem real em garantia e assim, obter acesso ao crédito bancário através de vias tradicionais. Por esse motivo, o microcrédito passou a ser considerado um importante meio de combate à exclusão social em diversos países.

Adquirindo um papel social num cenário que busca alternativas para a inclusão social a partir do acesso ao crédito, o microcrédito ganha um papel de destaque nas diretrizes do Banco Mundial, Organização Internacional do Trabalho e nas ações dos governos de diversos países (Miguel, 2011). O microcrédito deve ser um importante meio de incentivo ao empreendedorismo, proporcionando a criação de autoemprego e microempreendimentos, e um importante instrumento de inclusão social diante de grupos com peculiares desfavorecimentos.

Nesse estudo, o programa de microcrédito da ANDC foi analisado como uma ferramenta de inclusão e inovação social através do apoio que presta a pessoas que buscam a criação do seu próprio emprego e suas iniciativas

(microempreendimentos).

Em alguns estudos, o empreendedorismo social e inovação social vêm sendo considerados na perspectiva de que são conceitos diferentes ou de que suas semelhanças predominam sobre as diferenças, pois ambos os termos, em suas operações, combinam a criação de valor social e a mudança social (Hulgard e Ferrarini, 2010).

Nos dias atuais, o empreendedorismo social é definido através da caracterização de indivíduos com novas soluções para problemas sociais relevantes (Ashoka, 2010), e é comumente associado à criação de valor social por meio de uma inovação (Dees, 2002). Mesmo que essas definições não sejam o único entendimento possível para o empreendedorismo social, demonstram questões comuns e centrais em todas as conceituações do tema: os problemas sociais, a inovação e a criação de valor social. (Bignetti, 2011).

Já o conceito de inovação social, segundo André & Abreu (2006), implica uma resposta nova, de caráter coletivo, visando uma mudança social que escapa à ordem estabelecida, podendo ser, também, uma ruptura ousada e arriscada das formas já estabelecidas de pensar ou fazer algo. Para os autores, a inovação se manifesta nas políticas que se dirigem à inclusão social de pessoas ou coletivos de base territorial.

A operacionalização desses conceitos foi feita de forma articulada, com base nas dimensões analíticas da inovação social, proposta por André & Abreu (2006):

- (1) Natureza: *Essência (foco na mudança); Barreira (o que mudará com a inovação social); Âmbitos (política, processo ou produtos através dos quais a inovação social se manifesta); Domínios (econômico, tecnológico, político, social... onde emerge e se desenvolve a inovação social);*
- (2) Estímulos: *Adversidades (que a inovação visa ultrapassar); Riscos (que a inovação visa diminuir); Desafios (o que a inovação social pretende responder); Oportunidades (que a inovação social procura aproveitar);*
- (3) Recursos e dinâmicas: *Conhecimentos e saberes (qualificação, informação, comunicação); Capital relacional (comunidade local, regional/nacional).*

*(4) Relação de agência: Instituições (públicas, privadas, terceiro setor); Papel e Relação de poder.*

## **2.2 Objetivos**

O objetivo da dissertação é analisar a ANDC, seu processo de geração de inovação social e quais os resultados gerados para pessoas com maior dificuldade em integrar-se no mercado de trabalho e que recorrem ao programa de microcrédito da associação como alternativa para criar o próprio emprego.

### **2.2.1 Objetivos específicos**

- 1) Descrever o histórico da ANDC como um empreendimento social;
- 2) Descrever o processo gerador de inovações sociais para os beneficiários do microcrédito;
- 3) Caracterizar e observar o processo e as dimensões analíticas da inovação social na ANDC;
- 4) Entender de que maneira esse empreendimento social (ANDC) capacita pessoas que recorrem ao seu programa de microcrédito, e se estas pessoas recebem estímulos para a aquisição de novas competências e conhecimentos, visando à redução de sua vulnerabilidade social.

## **2.3 Hipóteses**

As hipóteses científicas, em geral, são as premissas dentro de uma determinada teoria, que podem ser validadas com base em um método científico, contribuindo para a formulação de novas hipóteses. Para Luna (1997), “a formulação de hipóteses é quase inevitável para quem é estudioso da área de pesquisa (Luna, 1997, p. 67)”. Segundo o mesmo, “geralmente com base em análises de conhecimento disponível, o pesquisador acaba apostando naquilo que pode surgir como resultado de sua pesquisa (Luna, 1997, p. 67)”. Partindo dessa ideia, as hipóteses levantadas referentes a esse estudo são as seguintes:

H1 – Através do seu papel de intermediação de acesso ao microcrédito, a ANDC veio desencadear inovação social, contribuindo para a redução da vulnerabilidade social dos tomadores de microcrédito.

H2 - Através do seu programa de microcrédito, a ANDC auxilia a criação de micronegócios, gerando mudança social.

## **2.4 Opções Metodológicas**

Nessa etapa do trabalho, o objetivo é expor os aspectos metodológicos utilizados para desenvolver o estudo, bem como o tipo de estudo, o universo da pesquisa e seus objetivos.

### **2.4.1 Método de pesquisa e seu objetivo**

Buscar a veracidade dos fatos é o que move a ciência, porém, ela só se distingue das demais formas de conhecimento através da sua verificabilidade (Gil, 2008). Para que os objetivos de uma pesquisa possam ser provados, é necessária a combinação entre procedimentos intelectuais e técnicos, encontrando um método para que o conhecimento se torne científico (Gil, 2008).

O método procura evidenciar a postura do investigador, prever os passos necessários a fim de garantir tanto a exequibilidade de todo o processo como sua qualidade. Uma postura ingênua em relação à função e natureza do método e da própria natureza do conhecimento científico está na expectativa de que a aplicação de um determinado método, ou do método científico, poderia garantir uma observação e um estudo da realidade isentos por parte do investigador, que levaria a resultados igualmente neutros e isentos (Bocchi, 2004, p. 19).

Através da metodologia de investigação, procura-se selecionar as estratégias adequadas aos objetivos traçados no plano de investigação. Nesse sentido, optou-se por uma metodologia de investigação qualitativa, de caráter interpretativo, não participativa, através do método de Estudo de Caso.

A pesquisa qualitativa compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre teoria e dados, em contexto a ação (Maanen, 1979, p. 520).

Segundo Yin (2001), o estudo de caso é um método de pesquisa empírica, que investiga um fenômeno geralmente contemporâneo dentro de um contexto real, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto em que ele se insere não são claramente definidas.

Tendo em conta o objeto de estudo do trabalho, esta nos parece a via mais acertada, porque permite seu amplo e detalhado conhecimento, e também um

delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real.

#### **2.4.2 Campo de Investigação, Sujeitos e Amostragem**

A investigação foi conduzida em Portugal. Parte da recolha de dados realizada no âmbito do trabalho empírico decorreu, de forma intencional, de uma entidade de destaque no cenário nacional e uma das partes responsáveis pela implementação do microcrédito no país, a ANDC. Também coletamos dados com os microempresários que recorreram ao programa de microcrédito da associação.

Em um estudo qualitativo como o que desenvolvemos, a definição da amostra segue o critério de amostra não probabilística, criterial ou intencional, na qual o investigador seleciona segmentos da população para o seu estudo, segundo um critério pré-definido (Coutinho, 2014).

Para facilitar o entendimento das amostras e, conseqüentemente, a distinção de cada participante no capítulo das análises, elaboramos um quadro onde consta a caracterização dos sujeitos entrevistados na pesquisa.

Tabela 1 – Relação dos entrevistados

<b>Entrevistado</b>	<b>Cargo/Posição</b>	<b>Localização</b>
J.C.	Secretário Geral ANDC	Lisboa
E.C.	Gestor operacional de microcrédito ANDC	Lisboa
S.C.	Beneficiário (a) do microcrédito	Coimbra
M.D.	Beneficiário (a) do microcrédito	Porto
A.M.	Beneficiário (a) do microcrédito	Porto
P.C.	Beneficiário (a) do microcrédito	Porto
C.L.	Beneficiário (a) do microcrédito	Porto

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

#### **2.4.3 Técnicas de recolha e análise de dados**

De acordo com Yin (2001), a coleta de dados de uma pesquisa deve seguir alguns princípios, como: 1) várias fontes de evidências; 2) um banco de dados para

o estudo de caso, no qual exista uma reunião formal das evidências distintas; 3) um encadeamento de evidências, que permita criar uma ligação entre as questões elaboradas, os dados coletados e as conclusões do estudo.

O autor destaca seis fontes principais de evidências para a coleta de dados em estudos de casos, que são: a) a documentação; b) os registros em arquivos; c) as entrevistas; d) a observação direta; e) a observação participante; e f) os artefatos físicos (Yin, 2001). Para essa dissertação, optou-se por uma coleta de dados baseada em análise documental e realização de entrevistas. Para facilitar a recolha e organização da informação, dividimos o trabalho empírico em várias etapas:

- 1) Análise documental sobre o desenvolvimento e implementação das políticas públicas de microcrédito em Portugal;
- 2) Análise documental em artigos e trabalhos relevantes aos temas proposto no estudo como artigos científicos e estudos de investigação;
- 3) Entrevistas em profundidade com atores privilegiados da ANDC;
- 4) Entrevistas em profundidade com microempreendedores que recorreram ao programa de microcrédito ANDC.

A análise documental, intrínseca em toda a investigação, teve início na revisão bibliográfica, para que fosse possível o enquadramento do problema de pesquisa, a definição dos objetivos, e a construção das hipóteses. Prosseguiu através da verificação de fontes, recolha e análise de informações referentes às práticas de microcrédito nacional, bem como europeias e mundiais.

Durante a análise documental, desenvolvemos pesquisas no âmbito do enquadramento teórico do trabalho, buscando uma sustentação nas teorias para definir conceitos e discussões sobre o microcrédito, inovação social e empreendedorismo social e suas variantes. Isso foi fundamental e serviu como base para os trabalhos realizados durante todo o estudo.

Gil (2008) delinea que a pesquisa documental de arquivos não encontrados em bibliotecas e a pesquisa na internet são fontes relevantes de dados secundários. Assim, esses dados secundários coletados referem-se a documentos fornecidos pela ANDC como estatutos de constituição, material publicitário, artigos

científicos de relevância e websites das organizações parceiras.

As entrevistas em profundidade foram realizadas com informantes privilegiados, utilizando guiões preestabelecidos <sup>16</sup>, baseados nos conceitos estudados e seus indicadores, sem impedir a possibilidade de que fossem abordadas outras questões que se revelassem úteis para o estudo. Esses questionários possuíam questões abertas que foram elaboradas de forma a possibilitar a formulação de categorias de perguntas e a separá-las em grupos, assegurando que as questões propostas por esse estudo viessem a ser respondidas na análise de dados. As entrevistas foram coletadas através de anotações no diário de campo e gravações eletrônicas.

Dentre os entrevistados da ANDC, estavam o Secretário Geral e o Gestor Operacional de Microcrédito. O guião preestabelecido aplicado foi composto por dezenove questionamentos iniciais, definidos conforme conceitos trabalhados no modelo de análise e seus indicadores. Além dos colaboradores da ANDC, entrevistamos cinco beneficiários do programa de microcrédito que foram apoiados pela Associação. Para esses, o guião preestabelecido aplicado possuía dez perguntas iniciais, em que buscamos compreender quais as motivações da busca pelo microcrédito, os tipos de negócios criados e quais foram as respostas recebidas do programa.

De acordo com Gil (2008), a entrevista em profundidade é:

Um recurso metodológico que busca, com bases em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer (Gil, 2008, p. 62).

Com intuito de facilitar o entendimento das técnicas de forma dinâmica e continuada durante o desenvolvimento da pesquisa foi feita uma triangulação de dados com as entrevistas feitas com os informantes da ANDC, os beneficiários participantes do programa de microcrédito da Associação, a teoria apresentada no enquadramento teórico e os dados recolhidos sobre a Associação, buscando pontos comuns e divergentes em relação aos questionamentos para averiguar a

---

<sup>16</sup> Verificar apêndice I – Guião das entrevistas.

veracidade dos fatos.

Em uma última fase, foi feita a análise dos dados obtidos e a correlação com o enquadramento teórico abordada no trabalho de pesquisa, apontando as novas relações/comparações e conclusões surgidas com a aplicação dos questionários.

#### *2.4.3.1 Procedimento de recolha de dados*

O primeiro contato com a organização foi feito por e-mail, no dia 5 de abril de 2017. Sem sucesso na resposta, partimos para um contato telefônico, feito no dia 11 de abril de 2017, quando a secretária da ANDC solicitou o encaminhamento de um novo e-mail, o qual foi efetuado nessa mesma data.

Alguns dias depois, mais especificamente no dia 18 de abril de 2017, recebemos uma resposta do Secretário Geral da ANDC, disponibilizando-se, juntamente com o Gerente Operacional do Microcrédito ANDC, a marcar uma reunião pessoal na sede da organização.

A reunião foi marcada para o dia 26 de abril de 2017 e ocorreu na sede da ANDC, na cidade de Lisboa. Em um primeiro momento da visita de campo, tivemos a oportunidade de conhecer as instalações da ANDC, onde nos foram apresentados os setores da organização e suas respectivas funcionalidades.

Em seguida, reunimo-nos com o Secretário Geral da ANDC e apresentamos o tema da pesquisa, explicando a sua finalidade e seus objetivos. Algum tempo depois, com a chegada do Gerente Operacional de Microcrédito à sala de reunião, pudemos iniciar os questionamentos e a coleta dos dados. As entrevistas, gravadas com o devido consentimento dos entrevistados, foram feitas com um smartphone. Posteriormente a isso, as gravações foram transcritas para facilitar as suas análises. Outros contatos com a associação foram feitos por e-mail e telefone, nos quais buscamos o esclarecimento de algumas questões que surgiram no decorrer da pesquisa.

A seleção dos beneficiários foi feita após indicação da ANDC. A ideia inicial era realizar entrevistas com beneficiários que foram bem sucedidos e também com aqueles que não haviam obtido sucesso. Em um primeiro momento, a associação indicou-nos uma lista com onze beneficiários de diversas partes do país, com os

quais tentamos obter contato por e-mail e telefone.

Houve algumas dificuldades em agendar entrevista com os onze beneficiários indicados inicialmente. Somente quatro deles responderam. Três recusaram-se a participar da pesquisa e um aceitou participar com questionamentos feitos por telefone. Esses primeiros contatos foram feitos nos meses de maio e junho de 2017.

Posteriormente, buscamos fazer novos contatos com outros beneficiários que foram selecionados a partir de dados disponíveis no site da ANDC. Assim, contatamos mais sete beneficiários durante o mês de junho e julho de 2017. Nessa segunda remessa de contatos, conseguimos marcar mais quatro entrevistas, sendo três realizadas pessoalmente no mês de julho de 2017, uma na cidade de Coimbra e duas na cidade do Porto e a última resposta de entrevista recebemos via e-mail. Com isso, ao todo, entrevistamos cinco beneficiários, sendo quatro casos de sucesso e um de insucesso.

Além e durante as entrevistas, foram realizadas coletas de dados através de informações em documentos disponibilizados pelos entrevistados como relatórios, folhetos, editoriais da ANDC. Foram também consultados materiais encontrados na internet, como por exemplo, informações no site da ANDC e seus parceiros. Essas pesquisas foram focadas no entendimento dos protocolos e acordos firmados pela associação.

Outros dados importantes como textos acadêmicos, artigos científicos, dissertação de mestrado e tese de doutorado foram coletados através de pesquisas avançadas no Google e Google Acadêmico, além de buscas nas plataformas b-on e SciELO.

## **CAPÍTULO III – EMPREENDEDORISMO SOCIAL E MICROCRÉDITO: O CASO ANDC**

Nesse capítulo, vamos caracterizar a forma de atuação da ANDC e seus processos. Em um primeiro momento, vamos analisar como a associação foi criada, quais as parcerias que possui e como funciona o modelo de concessão de microcrédito desenvolvido pela ANDC.

Em um segundo momento, abordaremos a relação de agência fazendo uma caracterização do agente. Para André & Abreu (2006), a relação de agência é uma das principais especificidades da inovação social, e é comumente associada no âmbito do terceiro setor, porém, pode mostrar-se presente nas políticas públicas e entidades privadas. Assim, propusemos, através de uma pequena discussão, o enquadramento da ANDC como um empreendimento social gerador de inovação social, baseando-se nos conceitos existentes.

### **3.1 O papel da Associação Nacional de Direito ao Crédito na promoção do microcrédito em Portugal**

Constituída em dezembro de 1998, a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) é uma instituição sem fins lucrativos com estatuto de utilidade pública, que tem como foco fomentar a inserção social de pessoas com dificuldades financeiras ou em exclusão, através da iniciativa econômica que se propõe desenvolver (ANDC, 2016).<sup>17</sup>

A criação da ANDC está diretamente ligada a um estudo<sup>18</sup> favorável à implementação do microcrédito em Portugal, promovido pela sociedade civil juntamente com instituições sociais e investigadores particulares de atuação no território local, além de entidades bancárias.

---

<sup>17</sup> Artigo 2º estatuto da ANDC Disponível em: [http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/11\\_Estatutos\\_ifh7rh5zd5.pdf](http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/11_Estatutos_ifh7rh5zd5.pdf) - Acessado em: 22/05/2017.

<sup>18</sup> Disponível em: [http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/41\\_SETE%20TESES\\_2vjl1rjuri.pdf](http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/41_SETE%20TESES_2vjl1rjuri.pdf) - Acessado em: 22/05/2017.

O que motivou esse estudo foi a preocupação por parte da sociedade civil com problemas relacionados ao crescimento do desemprego e do aumento da escala da procura pelo setor informal, como uma hipótese para muitas famílias não recaírem na miséria (Wemans & Veloso, 1998).

O caminho percorrido e a experiência acumulada tiveram a sua síntese num Seminário realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, tendo como pano de fundo o documento “As Sete Teses do Microcrédito”. Este evento trouxe pela primeira vez ao nosso país um representante do Grameen Bank, companheiro de caminhada do Prof. Yunus, Dipal Barua. E assim se deu o parto de uma organização a que chamaram Associação Nacional de Direito ao Crédito... (Centeio, 2008, p. 136).

Seu público-alvo compreende pessoas excluídas do crédito bancário, sejam os desempregados, jovens em busca do primeiro emprego e trabalhadores em regime precário. A associação visa a que esses consigam uma melhora de suas vidas, através da criação do seu próprio negócio.

Buscando formas alternativas para a resolução do problema de exclusão financeira e também a criação de novos postos de trabalho, a ANDC apoia pessoas com capacidades empreendedoras, estimulando-as a desenvolver um pequeno negócio, intervindo como intermediária entre quem recorre ao microcrédito e quem o fornece.

O papel da ANDC passa, então, por avaliar possíveis projetos de novos negócios, apoiar a preparação das candidaturas ao microcrédito e responsabilizar-se pelo acompanhamento dos microempresários durante o desenvolvimento de seus negócios.

Segundo a ANDC, o objetivo principal não é o de criar empresários, mas sim o de apoiar a promoção humana, a dignificação e a integração social e econômica de pessoas excluídas, através da inserção econômica do cidadão excluído (ANDC, 2016).

A ANDC cria condições para que as pessoas que não conseguem obter um financiamento para iniciar um negócio tenham acesso ao crédito, desde que sejam capazes de demonstrar a viabilidade do negócio que pretendem lançar.

Através de parcerias estabelecidas com várias instituições financeiras que financiam os projetos propostos pela ANDC, torna-se viável o acesso e a obtenção

do crédito por parte dessas pessoas. Porém, a associação exige dos candidatos ao microcrédito capacidade empreendedora para desenvolver o seu negócio e condições pessoais para levar a cabo os seus compromissos.

Assegurando um acompanhamento gratuito e de proximidade com os candidatos, a ANDC auxilia diferentes fases dos processos de candidaturas, como: I) a construção do plano de negócio; II) a preparação das candidaturas ao financiamento bancário; e III) o acompanhamento durante o desenvolvimento do negócio e período de reembolso do empréstimo (3 a 4 anos) (ANDC, 2016).

Para isso, a Associação conta com o trabalho conjunto de colaboradores, como agentes de microcrédito, pessoal de secretariado, além de voluntários e outras instituições.

A associação possui, ainda, um fundo de garantia - com o qual a ANDC assume 5% do capital em dívida dos microempresários<sup>19</sup> - constituído através da venda de quotas para pessoas que queiram contribuir com a ANDC. Essa é uma maneira de afirmar e comunicar às instituições financeiras a sua confiança naqueles empreendedores e projetos e de manter um fundo que possa cobrir eventuais insucessos dos negócios por eles criados.

### **3.1.1 A forma de atuação da ANDC**

Apesar de contribuir na criação de condições para que as pessoas tenham acesso ao crédito e possam montar seu próprio negócio, não é a ANDC que concede crédito a essas pessoas. Esse papel lhe é vedado pelo Regulamento das Instituições Financeiras.<sup>20</sup> Por ter sido criada por uma iniciativa da sociedade civil, diferentemente de outros países da Europa, como por exemplo a França, onde esse tipo de organização provém do próprio estado, foi necessário encontrar uma forma

---

<sup>19</sup> Os associados da ANDC são pessoas, individuais ou coletivas, que querem dar o seu contributo para o desenvolvimento do projeto do microcrédito por ela protagonizado. Estatutariamente possuem direitos e obrigações de que os mais elementares são o pagamento das quotas e a participação nas suas Assembleias Gerais. Muitos dos associados participam de forma ativa na vida da Associação, assumindo tarefas de forma permanente, através de ações de voluntariado. As quotas anuais dos sócios individuais têm um valor anual de 60€ e a dos sócios coletivos de 100€.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/RegimeGeral.pdf>  
- Acesso em: 15/11/2016.

de atuação conjunta entre a ANDC, Estado e Instituições de crédito.

Sendo assim, a solução encontrada pela organização foi a criação de protocolos de parceria com diferentes instituições bancárias que se comprometem a financiar os projetos que lhes são apresentados através da ANDC. Abaixo, segue a lista de instituições com as quais a associação possui parceria.

- Millennium BCP – desde o ano de 1999.
- Caixa Geral de Depósito – desde o ano de 2005.
- Novo Banco – desde o ano de 2006.
- Crédito Agrícola – desde o ano de 2016.

As parcerias celebradas entre as entidades apresentam um desenvolvimento satisfatório, todas caminham na busca da melhoria do serviço prestado aos candidatos ao microcrédito.

O estado é subsidiário de boa parte dos custos estruturais da ANDC e participa junto à associação da divulgação do microcrédito através do Centro de Empregos. No ano de 2006, foi protocolado um acordo de financiamento entre a ANDC e o IEFPP, proporcional ao número de contratos de empréstimo celebrados, clarificando a contribuição da entidade para a criação de emprego e desenvolvimento da iniciativa por parte das pessoas excluídas do crédito formal.

No protocolo estabelecido entre a ANDC e o IEFPP, estão incluídas as seguintes questões:

- Os microempresários poderão ter acesso às atividades de formação profissional e qualificação empresarial, desenvolvidas pelo IEFPP;
- Proceder-se-á à difusão, junto das instituições dependentes do IEFPP ou cuja atividade com a dele se articule, das virtualidades do microcrédito, promovendo, para o efeito, as atividades de formação ou sensibilização que venham a ser consideradas necessárias.

Dessa maneira, torna-se claro que há múltiplas potencialidades de articulação entre as atividades da ANDC e do IEFPP, tornando assim possível uma

maior eficácia em relação às políticas nacionais de emprego.

A ANDC também mantém parcerias ligadas à prestação de serviços, como: apoio jurídico, Serviços de Sistemas de Informação, Alojamento e Software, além de Serviços de Comunicação e Imagem de empresas parceiras, que consistem em apoiar as atividades da ANDC, bem como as atividades dos microempresários.

Para além destas parcerias, a ANDC estabeleceu protocolos com 24 Câmaras Municipais, visando utilizar a capacidade que as mesmas possuem, através de vários serviços prestados na busca e identificação de eventuais novos candidatos ao microcrédito. Em alguns casos, o envolvimento das Câmaras Municipais vai além da identificação de novos candidatos e passa pelo apoio na preparação de novos projetos para financiamento.

Além das parcerias citadas acima, a ANDC estabelece ainda parcerias com instituições de solidariedade, com objetivos muito semelhantes aos protocolados com as Câmaras Municipais. Deste modo, aproveita o grande conhecimento dessas instituições sobre o território geográfico e social de Portugal, aumentando assim o seu leque de possibilidades e alcance.

Também possui acordos de parcerias celebrados com outras instituições que possuem os mesmos objetivos de dinamização do microcrédito e que podem, também, contribuir para o desenvolvimento econômico regional, como por exemplo:

- Associação Empresarial da Região de Viseu (AIRV)
- Associação Comercial e Industrial da Bairrada e Agueira (ACIBA)
- Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade (APOTEC)
- Banco de Inovação Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (BIS)
- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES)
- Associação Empresarial (SEMA)

A associação possui relacionamento internacional com outras instituições semelhantes, sendo essa uma de suas importantes vertentes na realização de seu trabalho, pois possibilita uma constante atualização de suas práticas. Destaca-se a

participação da ANDC na Rede Europeia de Microfinanças, que conta com mais de 50 instituições parceiras, da qual já fez parte da direção.

Desde a sua fundação, a ANDC valoriza a ligação às dinâmicas e a novos métodos das microfinanças ao redor do globo, principalmente na Europa. É participante ativa e permanente da Organização Europeia de Microcrédito, onde busca experiência, conhecimento e capacidade para correção de seus comportamentos e delineamento de suas ações.<sup>21</sup>

### **3.1.2 Como se processa o programa de microcrédito ANDC**

Nesse tópico, procuramos esclarecer todos os passos necessários e a forma como uma ideia de negócio é concretizada através do processo de concessão de microcrédito intermediado pela ANDC.

Como já referido no enquadramento teórico, o público-alvo dessa associação são pessoas em situação de vulnerabilidade social, que reúnam o desejo, condições e competência para desenvolver um pequeno empreendimento que lhes permita criar uma fonte de renda.

Para os gestores da ANDC, os financiamentos através do microcrédito só devem ter início a partir de respostas concretas a perguntas direcionadoras, tais como: o que os candidatos pretendem fazer ou vender; de que maneira pretendem fazer isso; e de que forma o produto oferecido se distingue da concorrência? Na visão da associação, quanto mais apto o candidato estiver para responder a estas questões, mais rápido será o processo de concessão de microcrédito (Costa, 2015).

O processo do microcrédito intermediado pela ANDC é composto por cinco fases distintas. A primeira fase é iniciada basicamente pelo contato por iniciativa própria das pessoas de todas as partes do País que descubrem a associação por vias mais diversas como propaganda no rádio, TV e jornais ou através do encaminhamento feito por instituições parceiras como o IEFP, as câmaras municipais e as associações de desenvolvimento local.

---

<sup>21</sup> “O que é a ANDC? ” Disponível em: [www.microcredito.com.pt/sobre-a-andc/a-andc/quem-somos/11](http://www.microcredito.com.pt/sobre-a-andc/a-andc/quem-somos/11) Acessado em: 28/04/2017

A primeira fase do processo é chamada de triagem bancária. Após um primeiro contato do candidato com a ANDC, é feita uma entrevista onde é preenchida uma ficha de candidatura em que serão abordadas informações referentes a antecedentes bancários dos candidatos.

Nessa fase, é abordada a ideia inicial de negócio, é feita a escolha da entidade bancária que concederá o microcrédito, além de uma recolha de documentos pessoais do candidato, de seu cônjuge (no caso de possuir um) e de um fiador. Este último será responsável por 20% do valor a ser emprestado. A exigência de um fiador é feita por parte das instituições bancárias, o que pode vir a afastar possíveis candidatos ao microcrédito que não consigam apresentar um fiador. Essa questão será melhor abordada no capítulo V.

Após a formalização de um cadastro, esse é objeto de consulta pela entidade bancária escolhida para verificar se os vários intervenientes – candidato, fiador e respectivos cônjuges - reúnem os requisitos básicos para a candidatura ao microcrédito. Vale salientar que o processo só avançará após os dados de todos os sujeitos do processo passar por uma consulta bancária.

Se a resposta for positiva, o candidato será informado do prosseguimento de seu processo de candidatura para a fase seguinte. Caso a resposta seja negativa. O candidato é informado sobre o motivo do impedimento, ultrapassáveis ou não a essa possibilidade.

O segundo passo do processo diz respeito à elaboração do projeto de investimento. Nessa fase, um técnico de microcrédito da ANDC acompanhará o candidato na elaboração do um projeto de investimento com a finalidade de criação do seu próprio negócio.

Para a elaboração desse projeto, são levados em consideração alguns fatores fundamentais, como o conhecimento pessoal do candidato, seu enquadramento familiar, suas experiências profissionais e de vida, sua formação e a sua ideia inicial de negócio.

Após esses levantamentos, é elaborado um plano de negócio, de maneira simples e de fácil entendimento. O técnico analisa os elementos repassados pelo

candidato, solicita-lhe as informações que faltam, propõe ajustamentos das previsões e constrói o plano de negócios.

Esse plano é concretizado através de reuniões realizadas entre o técnico de microcrédito e o candidato, onde se abordam questões relacionadas ao nicho de mercado a ser explorado pelo empreendimento, além de o investimento a ser feito, os custos e as receitas. A ANDC aconselha nessa fase uma reunião entre as partes envolvidas - candidato, fiador e técnico de microcrédito - para que todas as questões estejam devidamente esclarecidas.

A terceira fase é a aprovação do projeto. Uma vez finalizado, o projeto é submetido à apreciação de uma comissão de crédito independente que se reúne semanalmente nas instalações da ANDC em Lisboa e no Porto. Formada por seis voluntários e composta de uma maneira diversificada em termos de gênero, idade e profissão, o intuito dessa comissão é que cada membro traga uma visão diferente da viabilidade do projeto que lhes é apresentado.

Caso seja validado, o projeto é enviado à entidade bancária escolhida pelo candidato, a qual terá a palavra final na concessão do microcrédito. Se a resposta da comissão de crédito for negativa, são pedidos esclarecimentos para os técnicos de microcrédito e para o candidato sobre determinadas falhas ou itens incompreendidos. Então, esse projeto é reformulado e reenviado para nova análise da comissão.

O objetivo da comissão vai além de somente auxiliar na formatação do projeto. Para a ANDC, com a comissão é possível passar uma maior credibilidade aos Bancos, facilitando a liberação do microcrédito.

**E.C.** - A taxa de aprovação das propostas apresentadas pela ANDC aos Bancos é de mais de 90%. Uma das coisas de que mais me orgulho é que nossos projetos são muito lineares, simples e objetivos, o que facilita a análise das propostas pelo Banco e agiliza o processo de liberação do microcrédito **(Entrevista com um dos Colaboradores da ANDC)**.

A última parte dessa fase compreende a celebração de um contrato de compromisso entre a ANDC e o candidato, no qual são explicitados direitos e deveres de ambas as partes.

Na quarta fase, as atenções estão voltadas para a abertura das atividades

nas finanças e essa é, sem dúvidas, a parte mais burocrática do processo. Para que os candidatos possam receber o microcrédito liberado, é necessária a abertura de uma atividade financeira, enquadrando o microempreendimento nas legislações legais vigentes.

Depois da aprovação do microcrédito pelo Banco, o candidato é avisado pelo próprio Banco ou pelo técnico de microcrédito da ANDC e deverá efetuar uma abertura de atividades financeiras. Em um segundo momento, o candidato deverá abrir uma conta bancária indicada contratualmente na época da candidatura, de forma específica para o recebimento do microcrédito. Uma vez assinado o contrato, o valor será creditado pelo Banco.

A duração desse processo é variável e depende muito da rapidez do candidato em reunir os documentos necessários e em consolidar a sua ideia de negócio. Isso leva em média cerca de três meses.

A quinta e última fase do processo diz respeito ao acompanhamento do microempreendimento. Durante o processo de amortização, ou seja, do tempo que o empreendedor levará para fazer o pagamento do empréstimo bancário, o negócio é acompanhado pela ANDC no sentido de apoiar o seu desenvolvimento, dando sugestões de melhoria que beneficiem e ajudando a ultrapassar problemas.

Esse acompanhamento varia de empreendimento para empreendimento e depende do prazo acordado com o Banco para devolução do montante emprestado, e pode chegar ao tempo máximo de cinco anos.<sup>22</sup>

Para que o acompanhamento possa decorrer bem, a ANDC determina alguns passos básicos, como ter uma relação de confiança com o técnico de microcrédito responsável pelo acompanhamento, prestar informações de eventuais alterações e eventuais problemas, manter o negócio organizado, cumprir com os prazos das prestações do empréstimo.

Os valores dos montantes emprestados variam conforme os protocolos

---

<sup>22</sup> ANDC (2017), “Quais são as condições” Disponível em: <http://www.microcredito.com.pt/como-obter-um-microcredito/condicoes-de-utilizacao/quais-sao-as-condicoes/7> acessado em: 09/05/2017.

firmados com os Bancos, assim como os prazos de pagamento. Abaixo, construímos uma tabela para tentar facilitar o entendimento.

Tabela 2 – Condições de financiamento.

Entidade Bancária	Montante máximo	Prazo máximo	Taxas de Juro
Caixa Geral de Depósitos	Até 15.000,00 €	Até 60 meses – 5 anos	Euribor a 3 meses + 3%
Millennium Bcp	Até 15.000,00€	Até 60 meses – 5 anos	Euribor a 3 meses + 4,5%
Crédito Agrícola	Até 12.500,00 €	Até 4 ou 5 anos – varia conforme a agência.	Euribor a 3 mese + 2,75% a 3,75% - varia conforme a agência
Novo Banco	Até 12.500,00 €	Até 48 meses – 4 anos	Euribor a 3 meses + 5%

Fonte: Elaborado pelo autor<sup>23</sup>

O valor mínimo de empréstimo estipulado pelos bancos é de €1.000,00 e o valor máximo é de €12.500,00 no primeiro ano do negócio. Após esse período, o candidato poderá solicitar um adicional de €2.500,00, que passará por uma análise da ANDC, para posteriormente ser repassada ao banco que decidirá pela liberação ou não. Esse valor de €15.000,00 (12.500 + 2.500) só é válido nos protocolos estabelecidos com a Caixa Geral de Depósitos, Millennium Bcp e Crédito Agrícola (ANDC, 2017).<sup>24</sup>

A ANDC não está integrada com o Plano Nacional de Microcrédito, gerido pela CASES, operando seu próprio modelo. Porém, devido ao acordo firmado com o IEFPP, além de seu modelo, a associação opera também desde o final de 2013 no âmbito do programa Microinvest.

O Microinvest é uma linha de crédito e faz parte de um conjunto de instrumentos que visam à promoção do empreendedorismo através de apoios à criação de empresas e do próprio emprego no âmbito do Programa de Apoio ao

---

<sup>23</sup> Euro Interbank Offered Rate (2017) “O que é Euribor?” - “As taxas Euribor baseiam-se na média das taxas de juros praticadas em empréstimos interbancários em euros por cerca 25/40 bancos proeminentes europeus” Disponível em: <http://pt.euribor-rates.eu/que-significa-euribor.asp> Acessado em: 29/05/2017.

<sup>24</sup> ANDC (2017) “Quais são as condições” Disponível em: <http://www.microcredito.com.pt/como-obter-um-microcredito/condicoes-de-utilizacao/quais-sao-as-condicoes/7> Acessado em: 09/05/2017

Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego – PAECPE.

Em relação ao Microinvest, este é concedido também pelas entidades bancárias protocoladas com o IEFP e possui uma linha de crédito que possibilita um empréstimo de até 20.000,00€, com sete anos de prazo para pagamento, sendo os dois primeiros anos de carência – o valor do empréstimo deverá ser pago em até sessenta meses (cinco anos com prestações mensais constantes).<sup>25</sup>

Apesar de trabalhar com dois modelos de concessão de microcrédito, nota-se na divulgação do relatório anual de atividades e prestação de contas do ano 2014 que a ANDC consegue um melhor resultado trabalhando com o seu próprio programa.

Segundo os dados colhidos no relatório da introdução, a linha Microinvest obrigou a ANDC a adaptar-se a esse novo processo de candidatura. Em um comparativo do tempo de liberação entre as duas linhas operadas, o microcrédito ANDC demorou em média 66 dias para ser aprovado, enquanto o Microinvest demorou em média 93 dias (ANDC, 2014).

Essa diferença de tempo médio nas aprovações do microcrédito fez com que o microcrédito do modelo ANDC representasse cerca de 91% dos créditos aprovados em 2014, enquanto o modelo Microinvest representou apenas 9%.<sup>26</sup>

Figura 1 – Projetos creditados por Bancos em 2014 e 2015.

BANCO	2014			2015		
	PROJETOS MICRO-CRÉDITO CREDITADOS	PROJETOS MICROINVEST CREDITADOS	TOTAL	PROJETOS MICRO-CRÉDITO CREDITADOS	PROJETOS MICROINVEST CREDITADOS	TOTAL
Millennium BCP	37	3	40	26	5	31
CGD	79	10	89	65	11	76
Novo Banco	16	2	18	11	28	39
CCA Noroeste	7		7	2		2
CCA Távora	17		17	16		16
CCA Coimbra				2		2
CCA Albufeira				4		4
<b>TOTAL</b>	<b>156</b>	<b>15</b>	<b>171</b>	<b>126</b>	<b>44</b>	<b>170</b>

Fonte ANDC (2015).

<sup>25</sup> IEFP (2017) “Empreendedorismo” Disponível em: <https://www.iefp.pt/empreendedorismo> Acessado em 16/05/2017.

<sup>26</sup> ANDC (2014) “Relatório anual de atividades e prestação de contas 2014” Disponível em: [http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/11\\_Relatorio\\_ANDC\\_2014\\_jwtkfjb3zl.pdf](http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/11_Relatorio_ANDC_2014_jwtkfjb3zl.pdf) acessado em 16/05/2017.

### **3.1.3 Compreendendo a ANDC como um empreendimento social**

O empreendedorismo social carrega como uma de suas características a atuação em prol do bem-estar coletivo, procurando soluções para problemas sociais, ressignificando pessoas em situação de exclusão e risco social, diferente do empreendedorismo “tradicional”, que visa a um fim próprio, o de maximização de lucros.

Levando em consideração a dimensão coletiva que é associada ao empreendedorismo social, segundo os autores Dees et al. (2002), podemos identificar a grande contribuição que a sociedade civil, mercado e governo tiveram na criação da ANDC. Tratando-se de uma associação, não é pertinente citar um único indivíduo como o empreendedor social que mobilizou a criação da iniciativa.

Mas como o próprio site da ANDC indica, o nascimento desse empreendimento deu-se através de uma perspectiva de um coletivo de pessoas, além de parcerias público/privadas, uma vez que o empreendedorismo social é “uma atividade que cria valor social e que pode ocorrer dentro ou por meio de organizações sem fins lucrativos, empresas ou setores do governo” (Austin et al. 2006, p. 2).

A ANDC foi criada e é sustentada com base na participação coletiva de diversos atores sociais. É trabalhando de forma não hegemônica, baseada em parcerias que compreendem os três setores do sistema social, que a associação busca seus resultados, onde os impactos sociais criados por essa maneira de trabalhar permitem a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos que participam do programa de microcrédito promovido pela associação. Isso possibilita um novo equilíbrio, abrindo espaço para potenciais competências dentro de um determinado grupo de pessoas, replicando ou criando uma nova realidade social e garantindo um melhor futuro a estas e à sociedade (Martin & Olsberg, 2007).

Mesmo que uma das partes dessa parceria obtenha lucro monetário com o modelo de atuação da ANDC, no caso os bancos comerciais, o que move um empreendimento social deve ser a missão social a que se propôs, e essa:

Não pode ser diminuta comparando com a criação de benefícios privados para as pessoas. Criar riqueza, ter lucro ou condizer aos anseios dos clientes pode fazer parte do sistema, porém como caminhos para um fim

social, não como um fim em si próprio (Dees, 2011, p. 4).

A missão social da ANDC é, “portanto, para através do seu apoio conseguir que as pessoas excluídas do crédito bancário possam mudar a sua vida criando o seu pequeno negócio (ANDC, 2016, p. 1)”<sup>27</sup>.

Como resposta a um problema social, o da exclusão de pessoas do crédito bancário tradicional, criou-se uma associação privada sem fins lucrativos (ANDC), que apesar de ser limitada por políticas nacionais de crédito (tendo que direcionar os candidatos ao microcrédito a bancos), tem sua forma de atuação voltada para atingir um objetivo social.

Os fins a atingir pela ANDC são relacionados à criação de valor social. Assim, seus resultados são mensurados com base nos impactos sociais que cria, no caso, o número de empreendimentos criados através do microcrédito e não por um lucro econômico.

A consolidação da ANDC como empreendimento social tem sido demonstrada ao longo do tempo por meio dos apoios que presta para a sociedade, pois, através do seu programa de microcrédito, essa associação ajuda na criação e acompanhamento de microempreendimentos que geram a inclusão social pela via laboral.

**E.C.** - Ao longo de 19 anos, a ANDC apoiou a criação de mais de 2 mil microempresas, que correspondem a outras tantas pessoas para quem a ANDC “fez diferença”. São números que valorizamos, por significativos, mas que nos interpelam e nos colocam o desafio da sua multiplicação. Temos a pretensão de considerar que o papel da ANDC não se mede apenas pelo número de microempresas que ajudamos a criar. Mas a todos atendemos, trabalhando na análise das suas condições concretas, e a todos prestamos informação sobre as alternativas que têm ao seu dispor **(Entrevista com colaborador da ANDC)**.

Ainda devemos também destacar os seus projetos de parcerias com outras entidades de microcrédito como, por exemplo, a EFIN<sup>28</sup> e a participação da ANDC

---

<sup>27</sup> ANDC (2017), “O que fazemos. O que faz a ANDC?” Disponível em: <http://www.microcredito.com.pt/sobre-a-andc/a-andc/o-que-fazemos/12> acessado em 04/05/2017.

<sup>28</sup> EFIN – European Financial Inclusion Network, A Rede Europeia de Inclusão Financeira (EFIN) é a aliança de instituições financeiras e associações bancárias, redes europeias microfinanças, instituições públicas, sindicatos, ONGs, universidades e institutos de pesquisa, organização de proteção ao consumidor, representantes de profissionais da educação financeira e organizações de aconselhamento da dívida. A EFIN promove a inclusão financeira através de pesquisa, debate, intercâmbio e disseminação.

na Rede Europeia de Microfinanças, que conta com mais de 50 instituições de microfinanças envolvidas na luta contra a exclusão social e financeira, onde a ANDC procura partilhar suas experiências e buscar novos meios de ação.<sup>29</sup>

Apesar de fazer parte dessas redes de parceria, a ANDC não tem sido tão ativa nos últimos anos, conforme relato:

**J.C.** - Da Rede Europeia de microfinanças, fazemos parte desde o início. É uma rede de que fazemos questão de participar, pois há questões históricas ligadas. Já fomos da diretoria, mas a ligação já não é como antes. **(Entrevista com colaborador ANDC)**

O real motivo da diminuição de atuação da ANDC nessa área não está muito claro, mas parece estar ligado com a falta de financiamento:

**J.C.** - Com a EFIN, estamos com o contrato suspenso por falta de financiamento e não temos novas perspectivas de retornar. **(Entrevista com colaborador da ANDC)**

Essa parece ser uma oportunidade que vem sendo mal explorada pela associação. É de suma importância para o sucesso de qualquer empreendimento que esse possua parcerias, principalmente com empresas do mesmo ramo de atuação, para que as ações dessas empresas parceiras possam ser utilizadas como base de comparação entre as suas ações. Isso ajuda a corrigir falhas, traçar ações futuras e desenvolver novas práticas, além de garantir que um empreendimento esteja atualizado as mudanças e novas práticas no mercado onde atua.

Para os autores Dees et al. (2002,) os empreendimentos sociais devem reconhecer novas oportunidades e desenvolver novas práticas contínuas de inovação, e isso pode ser feito por meio de parcerias. Os autores ainda complementam que as parcerias e trocas de conhecimento são importantes para equilibrar os recursos dos quais os empreendimentos dispõem, buscando novos métodos para alcançar suas missões sociais futuras.

No que diz respeito aos empreendimentos criados através da atuação da ANDC, nota-se, por meio dos dados recolhidos, que as pessoas que recorrem ao microcrédito ANDC procuram negócios que atendam suas necessidades de criação

---

<sup>29</sup> Europe Microfinance Network (2017), "About Us" Disponível em: <http://www.european-microfinance.org/index.php?rub=emn-aisbl&pg=about-us> acessado em 08/05/2017.

de emprego, e que sejam capazes de garantir uma geração de renda através do desenvolvimento de um pequeno negócio proporcionando, dessa maneira, a criação de pequenos empreendimentos. As ações da ANDC enquadram-se numa forma criadora de empreendedorismo por necessidade mais do que por oportunidade.

**E.C.** - Como o nome da Associação sugere (Associação Nacional do Direito ao Crédito), o que pretendemos é chegar a todas as pessoas que não têm acesso ao crédito de outra forma, então, prioritariamente trabalhamos com pessoas desempregadas, jovens à procura de um primeiro emprego, ou ainda pessoas que querem iniciar um negócio e ainda não demonstraram ao banco condições de rentabilidade ou sustentabilidade necessárias. Há pessoas que nos procuram porque querem ter acesso ao crédito mais barato! Porém, majoritariamente, trabalhamos com pessoas que buscam o autoemprego e necessitam do microcrédito para iniciar um negócio, pois se encontram em situação de desemprego (**Entrevista com um dos Colaboradores da ANDC**).

Essa informação é confirmada pelos beneficiários (as) entrevistados (as) que, em sua maioria, alegam que a motivação para concorrer ao microcrédito era a criação do seu próprio emprego:

**A.M.** – Queria criar meu próprio negócio e precisava de liquidez para avançar com o projeto. Estava a sair de um estágio e queria criar meu próprio emprego, sem recorrer à ajuda de familiares (**Entrevista com beneficiária do microcrédito | ANDC**).

**S.C.** – Estava desempregada na época e resolvi arriscar e criar meu próprio emprego! Com 40 anos já é difícil achar emprego. Então, resolvi arriscar para criar meu próprio negócio (**Entrevista com beneficiária do microcrédito | ANDC caso de insucesso**).

**M.D.** – Procurei o microcrédito porque queria abrir um negócio para poder trabalhar e que implicava um investimento que não era muito alto, no caso 10.000€, com prazo de pagamento alargado e uma taxa de juros baixa (**Entrevista com beneficiária microcrédito | ANDC**).

**C.L.** – A ideia era implementar um projeto idealizado no decorrer da formação acadêmica para dar resposta a necessidades diagnosticadas. Obviamente, com ele obter independência financeira (**Entrevista com beneficiária microcrédito | ANDC**).

Essa análise também é justificada por Hespanha (2009). O autor afirma que “o indivíduo é empurrado na direção do autoemprego vendo este como um refúgio das condições desfavoráveis do mercado de trabalho (Hespanha, 2009, p. 251)”. Para o autor, o empreendedorismo por necessidade é um caminho encontrado por indivíduos que, por falta de oportunidade ou ausência de vagas de emprego, buscam no autoemprego um meio de sobrevivência (Hespanha, 2009).

Deve-se salientar para o fato de que essa opção feita por muitos indivíduos

não visa à oportunidade de negócio, mas sim a necessidades geradas pela ausência de vagas de trabalho ou pela falta de competência formal desses indivíduos que os impossibilitam de assumir determinados postos de trabalho.

Em vez de existir nessas pessoas uma espécie de preferência pelo informal, o que se verifica é que o informal é a sua escolha mais racional. Para quem tem falta de recursos (não só monetários, mas também educacionais ou sociais), a solução formal pode ser inviável. (Hespanha, 2009, p. 252).

O empreendedorismo por necessidade nasceu associado ao conceito de microempreendedorismo, pois vislumbram para muitos indivíduos a chance de, através de um empreendimento de pequena dimensão, ter uma opção de superar o desemprego e a pobreza (Hespanha, 2009).

**J.C.** - As pessoas que nos procuram se deparam com problemas sociais do mais diversos (...). Ao longo do tempo, o público da ANDC tem se alterado, portanto atendemos desde pessoas que já possuem formação ou que têm experiências profissionais nas mais diversas áreas, e por motivo da crise perderam seus empregos, até pessoas que saíram de uma situação em que sempre dependeram de outras pessoas para sobreviver, e por algum motivo se deparam, hoje, com a necessidade de buscar uma nova fonte de renda (**Entrevista com um dos colaboradores da ANDC**).

Grande parte dos empreendimentos que são criados com o apoio ANDC visa responder a necessidades vivenciadas pelas pessoas e variam conforme a complexidade cotidiana de cada indivíduo. Através das entrevistas, podemos notar que, em sua maioria, têm razões ligadas à inserção ou reinserção no mercado de trabalho, e conseqüentemente à superação de dificuldades financeiras.

## **CAPÍTULO IV – A INOVAÇÃO SOCIAL E SUAS DIMENSÕES NO CONTEXTO DA ANDC**

Nesse capítulo temos a pretensão de analisar a inovação social dentro do contexto de atuação da ANDC. Para isso, tomamos como base as dimensões e os indicadores que foram definidos no “modelo de análise”, segundo os autores André & Abreu (2006).

Na primeira dimensão das discussões, abordaremos a natureza da inovação social da ANDC, seguindo os indicadores já definidos, como a essência da mudança, quais são as barreiras impostas e se essas se manifestam no âmbito político, de processo ou de produto.

Em outra das dimensões que analisamos, foram abordados os estímulos à inovação social. Nesse ponto, os indicadores que guiaram a análise foram as adversidades que se pretende ultrapassar, os riscos que a inovação pretende diminuir, os desafios que pretende responder e as oportunidades que são aproveitadas.

A terceira dimensão a ser analisada foi a dos recursos e das dinâmicas mobilizadas para a inovação social. Destacam-se, aqui, os indicadores como conhecimentos e saberes (qualificação, troca de informações e cultura) e o capital relacional (comunidade local, regional/nacional).

### **4.1 A Natureza da Inovação social no contexto da ANDC**

A inovação social é um processo de transformação dos coletivos sociais, uma forma inovadora de pensar e transformar a sociedade. Essa forma inovadora apresenta-se sempre como uma iniciativa que desfigura a ordem estabelecida, é uma nova maneira de pensar ou de se fazer algo, é uma alternativa ousada e arriscada de se promover uma ruptura nos processos tradicionais (André & Abreu, 2006). A inovação social é uma manifestação dos sujeitos, de forma deliberada, intencional ou voluntária, baseada em um pensamento crítico e no desejo de mudança (Alter, 2000).

A partir das pesquisas documentais e áudios recolhidos durante as entrevistas, foi possível notar que a natureza (contexto) que levou à criação da ANDC nasceu de um debate sobre o papel do microcrédito no quadro de problemas de desemprego e exclusão social de âmbito mundial.

**J.C.** - A Europa e Portugal, de modo particular, confrontam-se ainda hoje com uma situação que, a prazo, pode ser insustentável e ter consequências bastante gravosas para as sociedades. Trata-se da elevada taxa de desemprego dito estrutural, ou seja, que dificilmente será absorvido pelo mercado de trabalho (**Entrevista com um dos Colaboradores da ANDC**).

As atenções iniciais da sociedade civil na criação da ANDC estavam voltadas para a necessidade de incorporação do microcrédito, e se esta ferramenta creditícia traria respostas na busca por ultrapassar os problemas sociais estruturais.

Atuando hoje em um contexto de crise do estado providência, no qual as taxas de risco de pobreza e exclusão social chegaram a alarmantes 25,1%<sup>30</sup> no ano de 2016, a ANDC enxerga nas falhas de mercado uma oportunidade de inclusão através do apoio ao microcrédito e ao empreendedorismo.

Para Mulgan et al. (2007), a inovação social está exatamente associada às falhas de políticas governamentais e de mercado, que ao longo do tempo se mostram ineficazes e criadoras de grande desigualdade. Entre os mais diversos fatores que promovem a exclusão social, o desemprego é, sem dúvidas, um dos fatores de maior relevância no contexto de atuação da ANDC.

Dentre estas novas maneiras de pensar no contexto da ANDC, destaca-se a inclusão dos cidadãos pela via econômica e criação do próprio emprego. Essa perspectiva está de acordo com André & Abreu (2006), para quem o sistema de microcrédito é uma inovação social no domínio da economia.

Segundo BEPA (2011), as inovações sociais correspondem a novas ideias de produtos e serviços, que de maneira simultânea venham a atender às necessidades sociais de um modo mais eficaz do que os modelos existentes,

---

<sup>30</sup> INE (2017) “2,6 milhões de residentes em risco de pobreza ou exclusão social – 2016”. Disponível em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=281091354&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=281091354&DESTAQUESmodo=2) - Acessado em: 17/05/2017.

criando novas relações ou colaborações sociais, promovendo, assim, a capacidade social de agir.

Em concordância com a citação acima feita e buscando adaptar as práticas do Grameen Bank ao mercado Português, a ANDC, desde sua criação, atua em um mercado dominado por instituições bancárias. E é trabalhando nesse segmento que marginaliza uma parte de potenciais empreendedores ao conceder crédito apenas para as pessoas que possuam posse ou garantias, que a associação desenvolve seu próprio programa de microcrédito. Essa discussão será aprofundada no capítulo V sobre o modo como a mudança social é prosseguida.

A essência dessa inovação relaciona-se com a necessidade de buscar uma alternativa de acesso ao crédito para aqueles que pretendam criar um microempreendimento, que por não possuírem bens para dar como garantias reais são excluídos do acesso ao financiamento bancário.

Nas entrevistas de campo, a falta de garantia de bens ou pendências bancárias foram os principais entraves encontrados pelos beneficiários que recorreram ao programa da ANDC:

**S.C.** – Sim, busquei financiamento direto no banco (...), porém, não consegui por falta de condições de dar algo em garantia (**Entrevista com beneficiária do microcrédito | ANDC caso de insucesso**).

**A.M.** – Pesquisei em alguns bancos, mas foi mais oportuno recorrer à ANDC, sem envolver um fiador para a totalidade do investimento e nem bens, até porque não possuía nada! (Risos) (**Entrevista com beneficiária do microcrédito | ANDC**).

**P.C.** – Eu tentei em dois bancos o empréstimo, mas tinha pendências, então, era negado (**entrevista com beneficiária do microcrédito | ANDC**).

Segundo André & Abreu (2006), a falta de acesso ao crédito retira de potenciais investidores a chance da criação de uma atividade de sucesso. Ainda segundo estes autores, mesmo que essas pessoas possuam competências específicas em determinados ramos e domínio de alguns nichos de mercado, são excluídas economicamente por não possuírem bens suscetíveis de garantia ou não possuir a capacidade de receber o apoio de um fiador.

O principal objetivo da associação não diz respeito à criação de empresários, mas sim o de apoiar a promoção humana, a dignificação e a integração social e

econômica de pessoas excluídas, através da inserção econômica desses cidadãos (ANDC, 2016).

## 4.2 Barreiras que se impõem à inovação social

Nesse tópico buscamos observar quais barreiras são ameaças à inovação. A principal barreira imposta à inovação social foi a busca por instituições parceiras dispostas a “comprar” a ideia da ANDC. As grandes dúvidas pairavam sobre dois pontos cruciais para o funcionamento da associação e diziam respeito à sustentabilidade da ANDC e à concessão dos empréstimos de microcrédito.

A solução encontrada foi a construção de um acordo tripartido entre a ANDC, o Estado e uma instituição bancária.

**J.C.** - Após um estudo de mercado detalhado, que durou cerca de dois anos, em conjunto com as associações de desenvolvimento local e comunitário, demos seguimento à ideia. Procuramos um banco disposto a embarcar nessa aventura e chegou-se ao Millenium Bcp – na época era o banco BCP Nova Rede - e quando se levantou a questão de quem poderia financiar nossas atividades logo pensamos no IEFP, pois a ideia poderia se enquadrar nas políticas de emprego (**Entrevista com colaborador da ANDC**).

Isso possibilitou a criação de uma associação que trabalhasse de forma exclusiva com o microcrédito, desempenhando um papel de verdadeira inclusão, disponibilizando a pessoas excluídas do mercado de crédito tradicional uma oportunidade de começarem ou refazerem suas vidas profissionais.

O secretário geral da ANDC divide a evolução do microcrédito em Portugal em três fases. Para ele, a primeira fase compreende o período de tempo entre os anos de 1999 e 2005. Nesse período, através das várias iniciativas desenvolvidas em âmbito mundial pela ONU visando à promoção do microcrédito, houve um despertar em Portugal que permitiu o reconhecimento do microcrédito como uma ferramenta de inclusão social, e foi a partir disso que as mídias e as instituições financeiras demonstraram um maior interesse em apoiar a associação.

A segunda fase, segundo o secretário, ocorre já no ano seguinte, em 2006, com a então indicação e conseqüente distinção do Professor Muhamad Yunus e o Grameen Bank ao prêmio Nobel da Paz. A partir de então os olhos, não só em Portugal, mas no mundo, voltaram-se ao microcrédito.

A terceira fase é identificada com a publicação da Portaria 985/2009 que cria o programa Microinvest, e que mais tarde reestruturaria a CASES, dando origem ao Programa Nacional de Microcrédito. A partir disso, foram publicadas outras legislações como a DL12/2010, Portaria 1315/2010, Portaria 59/2011, as quais visavam, sobretudo, a criações e definições das Sociedades Financeiras de Microcrédito.

Vale aqui salientar que a ANDC obteve reconhecimento de seu trabalho por vias legais somente no ano de 2004, quando consideradas suas funções como de “utilidade pública”. A associação passou, então, a dispor do Estatuto de Utilidade Pública (DR, II Série, nº 272, de 19/11/04).

Desde que o microcrédito foi introduzido em Portugal no ano de 1998, nota-se uma evolução positiva no sentido da sensibilização da sociedade de modo geral e de algumas entidades. Entre os anos de 1998 e 2015, o número de empreendimentos criados através do apoio da ANDC foi de 2.112, os postos de trabalho criados nesse mesmo período foram de 2.332, já o montante de crédito concedido foi de 11.749.831,00€.<sup>31</sup>

A nosso ver, absorção do empreendedorismo pelas camadas mais vulneráveis da sociedade, uma maior visibilidade do microcrédito nos meios de comunicação e propaganda e a própria apropriação dessa ferramenta creditícia por outras instituições bancárias também são exemplos de que os propósitos da ANDC vêm sendo alcançados.

Entretanto, apesar de aparentar uma evolução, o microcrédito ANDC, contrariando o que inicialmente se imagina, não ganhou escala e mantém-se em níveis muito abaixo das expectativas. Segundo dados oficiais da ANDC, no período que compreende os anos de 1998-2015, são criados, em média, apenas 118 empreendimentos a cada ano.<sup>32</sup>

André & Abreu (2006) alertam que as principais objeções à inovação social

---

<sup>31</sup> ANDC (2017) “Relatório de atividades e contas – 2016” Disponível em: <http://www.microcredito.com.pt/noticias/noticia.aspx?id=155> - Acessado em: 18/05/2017.

<sup>32</sup> ANDC (2017) “Relatório de atividades e contas – 2016” Disponível em: <http://www.microcredito.com.pt/noticias/noticia.aspx?id=155> - Acessado em: 18/05/2017.

estão ligadas à sustentabilidade e que situada de fora do âmbito mercantil uma inovação raramente se autossustenta. O aprofundamento dessa questão que diz respeito, a dificuldade da ANDC em ser autossustentável, será abordada e discutida no Capítulo V da dissertação.

#### **4.3 Âmbitos da inovação – a análise da ANDC segundo política, produto e processo.**

Desde seu início, a ANDC está ancorada nos territórios, já que um dos motivos inerentes à metodologia do microcrédito está na criação de relações de proximidade com o seu público-alvo, o que é considerado como fundamental para a adaptação do instrumento à diversidade de situações de pobreza e exclusão social presentes em um determinado local (Mendes, 2007).

O âmbito da **política** da inovação social, segundo André & Abreu (2006), é manifestado através da inclusão de pessoas ou coletivos de base territorial, criando redes locais de cooperação, visando à troca de informação, à otimização de recursos e à aprendizagem contínua.

Ao longo de sua trajetória, a relação da ANDC com o território continental de Portugal vem ganhando forma, seja através dos protocolos firmados, seja através da colaboração informal por ligação de interesses entre as partes envolvidas e a preocupação mútua na busca de soluções conjuntas para inclusão econômica de pessoas socialmente vulneráveis.

É fato que a solidez dessas parcerias depende da boa relação entre os técnicos da ANDC no terreno e os técnicos das instituições locais – Bancos, Câmara Municipais, Instituições de Solidariedade Social - com quem se estabeleceu parcerias. A presença da ANDC no território português tem como objetivo uma relação de proximidade, dar apoio a possíveis candidatos ao microcrédito na concretização de suas propostas de negócio.

Moulaert et al. (2007, *apud* Ferreira, 2016) observam que, no contexto das relações entre território e inovação social, é necessário conectar uma visão de desenvolvimento socialmente inovadora, através de uma rede de agentes com recursos de diversas escalas espaciais e diferentes configurações institucionais.

Para os autores, o foco dessa articulação está na melhoria da qualidade de vida das comunidades baseadas em determinado local.

A melhoria das práticas das dinâmicas territoriais e as mudanças nas configurações de atores – como, por exemplo, as novas instituições que atuam com o microcrédito – ecoam a necessidade de a ANDC descobrir novas fórmulas de parcerias que criem plataformas de participação onde a ANDC, por mais que não seja sediada em diversos lugares, consiga se fazer presente na elaboração de soluções para o território onde atua.

Na nossa visão, os protocolos de parceria recém-firmados com a Câmara Municipal de Viana do Castelo, Caixa de Crédito Agrícola Noroeste e ANDC são um exemplo de como é possível criar dinâmicas de terreno que possam objetivar novas iniciativas.

**E.C.** - Os protocolos com as Caixas de Crédito Agrícola firmados em 2016, tendo estas uma relação de maior proximidade com novas áreas do território e sua população, podem desencadear um incentivo territorial envolvendo outras entidades (**Entrevista com colaborador da ANDC**).

Os programas territoriais - sejam de estratégia de desenvolvimento local de base comunitária ou contratos locais de desenvolvimento social, sejam programas de ação integrados para as comunidades em situação de inclusão - são um palco privilegiado para a construção de parcerias de proximidade. Esse contexto demanda novos desafios e mudanças de atuação, e cria espaços propícios para o reforço da efetividade e utilização do microcrédito.

Quando falamos de microcrédito, seja onde for, estamos falando em questões de problemas sociais. Partindo desse pressuposto no âmbito de **produto**, a ANDC oferece o apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade social que possuam uma capacidade empreendedora no desenvolvimento de seus negócios.

Além disso, a associação apoia quem não tem acesso a financiamento bancário normal, através de parcerias com instituições financeiras, e realiza, ainda, um acompanhamento de proximidade desde a preparação de um plano de negócios até o final do reembolso do empréstimo.

É comum associar a inovação social a um **produto ou serviço** devido à analogia com a inovação tecnológica (André & Abreu, 2006). No caso estudado,

esse âmbito é representado por um produto e pela criação de uma instituição que o oferece, a ANDC.

Portanto, foi necessário desenvolver um modelo de serviço, relatórios e técnicas apropriadas para ofertar o microcrédito a populações socialmente vulneráveis. Uma inovação social pode ser representada por apenas um produto, mas no caso foi necessário construir uma instituição através de uma parceria para prestar um serviço.

André & Abreu (2006) caracterizam a ANDC como um produto da inovação social, quando afirmam que “o que está em causa na avaliação da associação é a extensão do acesso ao microcrédito por parte de um grupo previamente excluído (André & Abreu, 2006 p. 139) ”.

A inovação no âmbito do **processo** é apontada por André & Abreu (2006) como o mais relevante, uma vez que a ideia de mudança social transformadora das relações de poder é associada ao processo.

A constituição da ANDC e a relação tripartida, complementada pelo mercado e Estado, devem ser destacadas como uma mudança nas relações de poder, visto que a ação foi pioneira em Portugal. Foi a mobilização de diversos atores que permitiu a constituição de uma associação que trabalhasse exclusivamente com o microcrédito.

Interpretamos e entendemos no contexto estudado que a maneira de atuar da ANDC criou uma mudança nas relações de poder de forma institucional, o que é exemplificado com a criação de um Plano Nacional do Microcrédito e com a apropriação da ferramenta e criação de linhas de microcrédito por outras entidades bancárias.

Além dessa transformação no domínio institucional, devemos destacar também a transformação e capacitação dos agentes mais fracos. Através dessa parceria que visa ao fomento do microcrédito, a associação estimula e auxilia as pessoas em situação de exclusão social, pois dá oportunidade a pessoas de terem acesso ao crédito que não teriam por vias tradicionais.

Ao apoiar o desenvolvimento da ideia de um pequeno empreendimento ou a melhoria de um que já existe, sempre valorizando e respeitando a ideia de negócio de cada indivíduo, a ANDC cria um ambiente de troca de conhecimento, entre o candidato e a associação, ambiente este em que ambas as partes possuem voz ativa, e por meio de um ambiente de partilha trocam experiências, desenvolvem novas ideias e promovem a capacitação dos agentes “mais fracos” (*empowerment*).

#### **4.4 As adversidades, os riscos, as oportunidades e os desafios associados a promoção da inovação social pela ANDC.**

A necessidade de ultrapassar adversidades e riscos alavanca possibilidades de aproveitar as oportunidades e responder aos desafios que incentivam a inovação social (André & Abreu. 2006).

Após a constituição da ANDC, uma das grandes adversidades confrontadas nos primeiros anos de atuação foi a respeito da concessão do microcrédito e o risco de não retorno deste para as entidades que o concedem (Bancos). Em um primeiro momento, um único banco – o BCP Nova Rede atual Millennium Bcp – aceitou conceder crédito sem garantias reais.

Como adequar o modelo Grameen Bank ao contexto de Portugal? Devido às diferenças culturais de mercado e às diferenças de níveis de desenvolvimento entre a Índia e Portugal, o grande desafio foi adequar a ideia de “risco moral”<sup>33</sup>. A importação do modelo de microcrédito para o contexto português fez emergir a necessidade de se introduzirem ajustamentos ao programa em que a ANDC se baseava.

**J.C.** – (...) é evidente que as condições não eram as mesmas (que as do Grameen Bank), enfim, só os bancos ou as instituições financeiras podiam e continuam podendo emprestar dinheiro. Portanto fez-se um estudo durante um tempo... conjunto com associações de desenvolvimento local comunitário, para um estudo de mercado. Assim demos seguimento a ideia, buscando outras experiências de sucesso (...) **(Entrevista comum dos colaboradores da ANDC).**

Enquanto o Grameen Bank ultrapassou essa via através da constituição de grupos e da promoção da lógica da solidariedade entre seus membros, em Portugal

---

<sup>33</sup> Risco moral é segundo André & Abreu (2006) a possibilidade do devedor não envidar os esforços necessários ao cumprimento do contrato, em virtude de não recaírem sobre si a totalidade das consequências. (André & Abreu, 2006 p. 134).

a maneira encontrada foi criar, por meio da figura do Técnico de Microcrédito - um acompanhamento de proximidade no desenvolvimento do negócio do microempresário durante o período em que este está pagando o empréstimo - uma relação de confiança (André & Abreu, 2006).

Além disso, para sustentar a sua convicção no microcrédito como ferramenta de inclusão social e, conseqüentemente, atrair mais bancos que liberem crédito a pessoas que não possuam garantias reais, a ANDC assume um percentual do risco do empréstimo. A associação se responsabiliza pelo valor de 5% e exige um fiador que assuma – no caso de insucesso do microempreendimento - outros 20% do valor que é concedido pelos bancos para cada proposta apresentada.

**J.C.** - Garantir 5% do que é emprestado pelo Banco é uma maneira de afirmarmos nossa confiança no trabalho que desenvolvemos em conjunto com os microempreendedores! Isso facilita... Passa confiança ao banco na hora da liberação do microcrédito (**Entrevista com colaborador da ANDC**).

Vale deixar claro que se não existissem as garantias por parte da ANDC e do fiador, as instituições bancárias não concederiam os empréstimos.

Outra questão que se coloca em relação aos riscos e adversidades é o fato de, após um período inicial de a ANDC ter demonstrado a eficácia do microcrédito, essa ferramenta ter sido apropriada por outros atores institucionais. O que começa com uma inovação, com o passar do tempo pode vir a se tornar um produto, um serviço ou até mesmo uma instituição de replicação (André & Abreu, 2006). Nesse ponto, referimo-nos à criação das políticas e programas nacionais de microcrédito e às linhas de microcrédito ofertadas pelos bancos comerciais.

Em relação à avaliação dos estímulos no que se refere aos desafios e às oportunidades, identificamos que a inovação, no caso da ANDC, nasceu da preocupação por parte da sociedade civil com problemas relacionados ao crescimento do desemprego e do aumento da escala da procura pelo setor informal, como uma hipótese para muitas famílias não recaírem na miséria (Wemans & Veloso, 1998).

As atenções voltaram-se ao fato de como essas pessoas achariam meios e recursos para a construção de seus negócios. Frente ao sistema bancário tradicional, os pobres são vistos como maus pagadores, pouco empreendedores,

porém a experiência de instituições vocacionadas para o microcrédito que trabalham com excluídos do sistema de crédito tradicional demonstravam o contrário (Wemans & Veloso, 1998).

ANDC, desde sua constituição, importa-se com a criação de condições necessárias para potencializar o papel do microcrédito no apoio às pessoas excluídas social e economicamente pelas dinâmicas de competitividade e busca possibilitar que todos os indivíduos possuam o direito à cidadania econômica.

É nessa perspectiva que a associação contribui para que pessoas com boas ideias de negócio viáveis e sem acesso ao crédito possam concretizar os seus projetos e sair de uma situação de vulnerabilidade econômica, encontrando um caminho para a sua sustentabilidade.

#### **4.5 Recursos e dinâmicas: Os conhecimentos e saberes, o capital relacional da Inovação social e a absorção da ideia por outras instituições.**

No entendimento de André & Abreu (2006), em um primeiro momento, para o desenvolvimento de uma inovação social é essencial que haja a presença de elementos como qualificação, informação e a comunicação por parte do agente inovador.

Esses autores ainda se baseiam nos estudos de Putnam (2000) para definir a importância do capital relacional na inovação social, que derive de uma atuação da proximidade geográfica nas comunidades locais, baseado em laços de cooperação, confiança e relações pessoais. Ou um capital relacional mais voltado para a comunidade, seja nacional ou regional, que é baseado em relações sociais ou culturais de proximidade, que vinda de quadros institucionais criam um espaço-rede (André & Abreu, 2006 *apud* Ferreira, 2016:74)

É evidente, no caso estudado, que o processo de criação da associação teve início por meio de um estudo de iniciativa da sociedade civil. Foram realizadas observações diretas no terreno, em que se levaram em consideração as experiências de instituições e de particulares que possuíam conhecimento em

âmbito local, e foram envolvidos diversos agentes como, dirigentes de programas sociais públicos, cientistas sociais e responsáveis por instituições bancárias.<sup>34</sup>

**J.C.** - A associação de duas pessoas de canais diferentes, uma jornalista e outra ligada a cooperativas, que tomaram conhecimento da filosofia do Yunus ao lerem um artigo no Jornal Economy. A ideia inicial foi: por que não trazer isso a Portugal? Fez-se um estudo conjunto com a associação de desenvolvimento local, associações de desenvolvimento comunitário para um estudo de mercado. Assim, demos seguimento à ideia buscando experiências de sucesso também na Europa, aonde chegamos a ADIE - Association pour le Développement de l'Initiative Economique – na França e conseqüentemente procuramos um banco e o Estado (IEFP) **(entrevista com colaborador da ANDC)**.

Nota-se que, em um primeiro momento, a estruturação da ideia não contou com a participação dos beneficiários, pois foi realizada por organizações públicas e pela sociedade civil. Portanto, o projeto foi implantado de uma forma “de cima para baixo”.

Apesar disso, a constituição da ANDC aponta para o caráter dinâmico da inovação social, pois o desenvolvimento da ideia inovadora contou com diversos participantes no processo. O grupo de trabalho formado por diferentes representantes de diversos campos e contextos sociais criou um campo de ação multipartidário e plural propício para a troca de conhecimento e aprendizagem.

A construção de um grupo de trabalho multidisciplinar vai ao encontro da ideia de Mulgan et al. (2007), para quem as organizações sociais são auxiliadas por redes de profissionais, participação política e por organizações da sociedade civil. Segundo os autores, dessa maneira é mais fácil aprender lições e compartilhar ideias, tomando diferentes direções e aproveitando as relações de colaboração com parceiros multidisciplinares.

Apesar de, em nossa opinião, não possuir destaque em um momento inicial na inovação social identificada, os conhecimentos e saberes dos beneficiários do microcrédito também são importantes para que a forma de atuação da ANDC dê resultados, pois, como já relatado anteriormente, a ideia inicial dos negócios apresentados a entidades bancárias é provinda dos candidatos ao microcrédito.

---

<sup>34</sup> Ver tópico “O papel da Associação Nacional de Direito ao Crédito na promoção do microcrédito em Portugal”.

André & Abreu (2006) ressaltam a importância do capital relacional na inovação social. Para os autores, a adaptação da inovação social às especificidades de cada local facilita as relações transacionais e de rede, sendo isso parte decisiva na efetiva implementação da inovação social.

Foram parcerias fundamentais para a criação da ANDC os protocolos com o IEFP e com os bancos comerciais, que permitiram desenvolver em Portugal um modelo distinto de microcrédito, numa conjugação entre o setor público, privado e o terceiro setor.

Na forma de atuação da ANDC, a ideia de parceria parece obter contornos precisos do que é trabalhar de forma colaborativa. O programa Pro Bono – que visa dar acesso à justiça e serviços jurídicos de qualidade e de forma gratuita para aqueles que não podem arcar com as custas judiciais - por exemplo, é desenvolvido pelo escritório jurídico Vieira de Almeida & Associados – VdA - em parceria com organizações do terceiro setor.

O trabalho desenvolvido no âmbito desse programa está de acordo com a lógica de trabalho em rede, onde se privilegia o desenvolvimento de parcerias de instituições/atores relevantes dos mais diversos setores com entidades que partilhem as preocupações e valores, tendo como finalidade a criação de impacto/mudança social.

**E.C.** - Há uma série de soluções e organizações que podem não significar muito hoje! Mas combinadas umas com as outras podem vir a ter determinada importância para a mudança no futuro. Nesse sentido, o trabalho da ANDC pode e contribui para uma mudança. Mas um futuro melhor e uma mudança leva tempo. É preciso acreditar (**Entrevista com colaborador da ANDC**).

Os trabalhos desenvolvidos pela ANDC e VdA são complementares, visto que ambas as instituições trabalham apoiando pessoas com capacidades empreendedoras para desenvolver um pequeno negócio. A primeira apoia no sentido da obtenção do crédito e a segunda na estruturação jurídica dos projetos, o que resulta em um acompanhamento gratuito e de proximidade na preparação dos negócios.

Outros trabalhos de parceria que merecem destaque dizem respeito aos protocolos firmados com as entidades de locais, nomeadamente, câmaras

municipais e instituições de solidariedade. A exclusão social é um fenómeno multidimensional, e as suas características variam dependendo do contexto pessoal de cada um, e também conforme o território onde se manifesta. A atuação de proximidade, juntamente com essas instituições, permite que a ANDC consiga agir por meio do auxílio de seus técnicos de microcrédito em territórios marginalizados.

Aqui devemos salientar que quando usamos a definição “territórios marginalizados” não definimos apenas periferias urbanas onde existem fenómenos como a guetização. Referimos-nos aos diferentes espaços de territórios de baixa densidade como, por exemplo, os problemas encontrados na matriz rural que vive um problema de desertificação humana e uma crescente perda do significado económico<sup>35</sup> (Portugal2020, 2014).

Os espaços de baixa densidade expõem importantes desafios de coesão social, visto que esses são caracterizados pela escassez de atividades com características de base económica, fraca capacidade de atração de novos investimentos, reduzido leque de oportunidades de emprego oferecido, entre outros. Faz-se necessário pensar qual seria a efetividade da utilização do microcrédito nesse contexto.

Não podemos esquecer que o microcrédito não é apenas um instrumento de combate à pobreza e à exclusão, mas pode ser utilizado e adaptado no combate ao despovoamento e à desqualificação de condições de vida, com a valorização das produções de pequena escala e a preservação dos serviços de proximidade.

O desenvolvimento de novos serviços junto a populações deve ser articulado com o apoio do microcrédito, visando ao exercício da cidadania económica por parte daqueles que são excluídos do mercado de trabalho, o que

---

<sup>35</sup> “A população das zonas rurais diminuiu 1,7%, entre 2000 e 2012, em contraste com a das zonas urbanas, que aumentou 5,3%, apresentando um agravamento do índice de envelhecimento que tem aumentado nos últimos dez anos (141,8 em 2001 e 177,2 em 2011) - (Portugal 2020, 2014 p.14) - Disponível em: [https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/VERSOES%20CONSULTA/PDR%202020\\_integral.pdf](https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/VERSOES%20CONSULTA/PDR%202020_integral.pdf) Acessado em 25/05/2017.

parece estar sendo feito pela ANDC, como exemplificado pelo protocolo firmado em 2016 com a CA Credito Agrícola e Câmara municipal de Viana do Castelo.

As parcerias com instituições internacionais de microcrédito também fazem parte do contexto de atuação da ANDC. A associação, desde a sua fundação, valoriza as parcerias com outras instituições de microcrédito como, por exemplo, com as suas parceiras atuais - Rede Europeia de Microfinança e European Financial Inclusion Network - onde busca novas dinâmicas voltadas para a troca de experiência e conhecimento.

**J.C.** - Isso ajuda ANDC a corrigir seus comportamentos e perspectivas para outras ações futuras. Possuímos participação ativa na Rede Europeia de Microfinança, em que estão envolvidas mais de 50 instituições parceiras e na qual a ANDC já participou, por algumas vezes, de sua Direção.  
**(Entrevista com colaborador da ANDC)**

Apesar de ainda manter algumas dessas parcerias, como já referido acima, a associação não tem participado delas de forma tão ativa, o que, em nossa opinião, parece ser uma oportunidade de troca de experiências e novas práticas mal exploradas pela ANDC.

#### **4.5.1 A absorção do microcrédito por outras instituições.**

Para André & Abreu (2006), a busca por explicar como se produz uma inovação social abrange mais do que apenas recursos, e diz respeito às dinâmicas da inovação. Para esses autores, uma inovação social pode ser reconhecida por sua institucionalização, o que demonstra a eficácia do produto ou do processo no combate à exclusão social.

Percebemos que, através do sucesso do programa de microcrédito ANDC, houve um grande reconhecimento por parte do Estado e das entidades bancárias, relativo à eficácia dessa ferramenta frente à inclusão social pela via econômica.

Isso é comprovado pela inclusão do microcrédito<sup>36</sup> nos mais diversos programas, seja em escala social, com políticas do estado voltadas para o

---

<sup>36</sup> “A oferta de microcrédito em Portugal é constituída por uma multiplicidade de esquemas distintos que coexistem em paralelo e que aqui propomos agrupar da seguinte forma: 1) microcrédito da ANDC, organização pioneira na implementação do conceito em Portugal; 2) microcrédito bancário, composto por linhas de crédito criadas e geridas por entidades bancárias com interesse neste setor, em alguns casos em parceria com entidades da administração local ou do setor social; 3)

autoemprego na tentativa de fomento do empreendedorismo através do microcrédito, seja pelo viés privado, no qual se constata a apropriação dessa ferramenta por instituições bancárias que atuam de forma paralela aos protocolos estabelecidos com a ANDC e possuem, hoje, suas próprias linhas e maneiras de operar o microcrédito no âmbito das suas estratégias de responsabilidade social.

No nosso entendimento, a apropriação da inovação por outras instituições pode ser vista por duas vertentes. A primeira, de forma positiva, é o reconhecimento da importância do trabalho desenvolvido pela ANDC e a eficácia do microcrédito frente ao problema da exclusão social e financeira.

A segunda vertente, vemos não como negativa, mas como uma forma de alerta para a associação. A apropriação do microcrédito por outras instituições, nomeadamente a criação de linhas autônomas de microcrédito pelos bancos, fatia um mercado que já sofre com o problema de escala.

Os problemas de escala relativos ao microcrédito em Portugal parecem estar ligados à excessiva formatação e exigências por parte dos Bancos nas análises das propostas. Mesmo a ANDC, dispondo de um processo de microcrédito ágil, é refém das instituições bancárias, pois são essas quem dão a palavra final na concessão do microcrédito.

Quando os bancos exigem, por parte dos beneficiários, a apresentação de um histórico de crédito sem restrições, abre-se margem para a exclusão de uma grande parcela dos potenciais tomadores de crédito. Uma vez que as pessoas que recorrem ao microcrédito já vêm de uma situação econômica desfavorecida, a chance de possuírem pendências bancárias é considerável.

Outra preocupação que temos é com relação aos custos operacionais na busca por novos beneficiários e com o acompanhamento de microcrédito. Esse custo é assumido de maneira exclusiva pela ANDC, que se utiliza do financiamento recebido por meio do protocolo estabelecido pelo IEFP para pagar as despesas dos técnicos de microcrédito com deslocamento e outros. Os bancos, que são

---

Microinvest, linha de crédito específica no âmbito das políticas públicas de emprego e inclusão social”(APDES, 2014, p.55).

beneficiados através dos juros das operações, não arcam com qualquer despesa dos processos encaminhados pela ANDC.

**E.C** - A ANDC não consegue ser autossustentável por um problema de escala. Arcamos com todo custo operacional do processo de acompanhamento, e mesmo as pessoas contribuindo com certa porcentagem para a manutenção da ANDC, necessitaríamos de uma escala maior. Quando se envolve lucro, todo processo fica mais complicado **(entrevista com colaborador da ANDC)**.

Concorrer pelo mesmo nicho de mercado em desvantagem frente a instituições que não necessitam exclusivamente do fomento ao microcrédito para a continuidade de suas atividades é um risco à sobrevivência da ANDC. Isso é alarmante, já que a contratualização de alguns bancos com o programa de microcrédito ofertado pela ANDC parece não se tratar de uma responsabilidade ou preocupação social, mas de uma oportunidade de novos negócios.

A exemplo disso, analisamos alguns dados do programa de microcrédito do banco Millennium Bcp, que possui uma linha própria de microcrédito e também estipula uma parceria com a ANDC. Segundo dados recolhidos no site do banco<sup>37</sup>, os valores das taxas de juros para quem recorre diretamente ao seu programa autônomo de microcrédito podem chegar a 16,4% ao ano. Enquanto que quem recorre ao programa intermediado pela ANDC e escolhe o mesmo banco como opção de submissão de sua candidatura consegue empréstimos com taxa máxima no valor de 4,5%.

Essa diferença grande nas taxas de juro parece-nos estar ligada ao fato de que o valor pago pelos beneficiários no programa de microcrédito autônomo do Millenium Bcp compreende não apenas o valor do crédito (e o risco de um empréstimo sem garantias reais) que é concedido, mas também o pagamento do acompanhamento de proximidade que também é feito pelo banco, algo que por intermédio da ANDC é oferecido de forma gratuita.

Isso nos leva a crer que, ao contrário do que a filosofia do microcrédito propõe - responsabilidade social, inclusão social, etc. - o banco mencionado, ao invés de cobrir os gastos do seu programa de microcrédito através de outros

---

<sup>37</sup> Millennium Bcp - "Operação de crédito" (p. 6) Disponível em: [https://ind.millenniumbcp.pt/pt/Articles/Documents/precario/SECCAO\\_18.pdf](https://ind.millenniumbcp.pt/pt/Articles/Documents/precario/SECCAO_18.pdf). Acessado em: 12/07/2017.

produtos bancários que pode vir a ofertar, deixa a cargo dos próprios beneficiários os custos de operação e risco do microcrédito que oferta.

Isso nos faz questionar quais são os fins de uma linha própria de microcrédito. Será apenas mais um empréstimo pessoal com fins lucrativos? Transformar um produto que nasceu com fins sociais em um projeto lucrativo não nos parece uma prática justa e acertada. Sem mencionar que isso levanta dúvidas sobre o papel dos bancos nas parcerias - ou na concorrência - celebradas com a ANDC.

Esse cenário delinea mais um novo e determinante desafio a ser enfrentado pela ANDC. Tornar-se financeiramente independente pode vir a ser essencial para que a associação consiga fazer frente às mudanças que vêm ocorrendo no cenário do microcrédito em Portugal. Isso possibilitaria à ANDC uma maior liberdade na execução e planejamento de estratégias para o cumprimento dos seus objetivos.

## **CAPÍTULO V – AS MUDANÇAS GERADAS PELA ANDC**

Nesse capítulo, abordaremos as mudanças sociais trazidas com a criação da ANDC. Em concreto, pretendemos analisar quais as novas configurações sociais que a inovação traz, seja por meio de novas relações institucionais, seja pela ressignificação da vida dos beneficiários do microcrédito através da inclusão pela criação do próprio emprego.

### ***5.1 A mudança e as novas configurações sociais observadas no contexto de atuação da ANDC***

A ANDC é um agente inovador promotor da mudança social, que atua como mediador, apropriando-se de um conceito já existente subjacente à inovação, mobilizando os recursos locais necessários para a sua adaptação e introdução, aplicando-lhe em um contexto local, promovendo, assim, seu reconhecimento local como uma resposta às necessidades por se satisfazer (André & Abreu, 2006).

Observou-se, no caso estudado, que das características para que a inovação social ocorra, destacadas por André & Abreu (2006), todas são cumpridas na forma de ação da ANDC; (I) a satisfação das necessidades humanas; (II) a promoção da inclusão social e (III) capacitação de agentes ou sujeitos excluídos socialmente, desencadeando uma mudança nas relações de poder.

Outra questão que deve ser destacada é a mudança gerada através da participação social no processo de inovação. Moulaert et al. (2005) afirmam que a inovação social deve envolver a satisfação das necessidades humanas, através da promoção de mudanças nas relações sociais, mais especificamente no que concerne à governança.

Segundo os autores, desta maneira são aumentados os níveis de participação dos membros de uma sociedade e a capacidade sociopolítica dos seus cidadãos, bem como o acesso aos recursos necessários para atender às necessidades humanas quanto à participação social (Moulaert et al., 2005).

Na análise desse caso, podemos identificar pelo menos três tipos de mudança nesse sentido. O primeiro diz respeito à oferta de crédito e a ajuda na montagem do plano de negócios do microempreendimento aquelas pessoas que

não possuíam outro meio de receber tal benefício, o que pode ajudar estes a ultrapassar barreiras e auxiliar na criação de novas possibilidades.

**C.L.** - Muito boa! O apoio da ANCD foi e é excelente. (...) Todo o tipo de apoio. Desde a criação do plano de negócio até a sua implementação **(Entrevista com beneficiária do microcrédito | ANDC)**.

**P.C.** – Eu sabia o negócio que gostaria de montar... Mas não sabia por onde começar (...). Eu levei o que tinha de ideia, o local, os produtos, e aí eles (ANDC) foram montando junto e dando dicas **(Entrevista com beneficiária do microcrédito | ANDC)**.

Ao se dispor a atender as necessidades dos candidatos ao microcrédito, a ANDC satisfaz as necessidades das pessoas que não tem acesso ao crédito e que se encontram em situação de desemprego ou situação de emprego precária.

Desde o ano 2000, observou-se que a taxa de desemprego em Portugal entre os jovens de 15 a 24 anos aumentou de forma contínua, chegando no ano de 2015 a 32,0% da população que compreende essa faixa etária<sup>38</sup> (INE, 2015). Nos dias atuais, esse não é o único grupo atingido pelos níveis de desemprego. As pessoas que compreendem a faixa etária entre 55 e 64 também enfrentam dificuldade para buscar vagas de emprego. Entre os anos de 1998 e 2010, por exemplo, a procura por trabalho por parte desse grupo de pessoas chegou a 70%. Já no período compreendido entre os anos de 2011 a 2013, esse grupo de pessoas foi o mais atingido pelos níveis de desemprego, marcando o número de 23,7% (Valadas, 2016).

Os indicadores de atividades mais recentes da ANDC, divulgados no ano de 2016, mostram que desde o início de suas atividades a associação já apoiou 2.112 negócios, tendo criado 2.332 postos de trabalho e o montante de crédito concebido por meio do seu programa de microcrédito corresponde a 11.749.831,00€. Esses são números de atuação consideráveis no que concerne à possibilidade de acesso ao crédito a pessoas que não conseguiriam isso por outra via.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> INE (2015) “Portugal em números” Instituto Nacional de Estatísticas, IP: Lisboa, PT (p.17) Disponível em: [https://www.ine.pt/ine\\_novidades/PN\\_2015/index.html#18](https://www.ine.pt/ine_novidades/PN_2015/index.html#18) Acessado em: 19/07/2017.

<sup>39</sup> ANDC (2016) “Relatório de atividades e Contas 2016” Disponível em: [http://andcsite.netmais.com.pt/folder/galeria/ficheiro/11\\_2016Relatorio%20Atividades%20Contas\\_mxas740uju.pdf](http://andcsite.netmais.com.pt/folder/galeria/ficheiro/11_2016Relatorio%20Atividades%20Contas_mxas740uju.pdf) Acessado em: 25/05/2017.

Os tipos de negócios criados são divididos nas seguintes áreas: comércio por grosso e a retalho e reparação de automóveis representam 38% dos processos; restauração e alojamento representam 15%; atividades de consultoria científica e técnica representam 5%; agricultura, produção animal e caça e pesca 7% e outras atividades de serviços representam 10%.<sup>40</sup>

É nesse cenário, apoiando o desenvolvimento de ideias de negócios que tenham o potencial para criação de novos empreendimentos, que a associação aponta um caminho para que essas pessoas consigam ter acesso ao crédito, e através deste, possam vir a gerir suas próprias vidas de uma forma digna e saindo de uma situação de vulnerabilidade social.

Não se trata de caridade, mas de um apoio assistido para que pessoas com boas ideias possam desenvolvê-las de forma adequada e ter acesso a recursos que posteriormente são devolvidos aos bancos. Os microempresários recebem qualificação (informal) e acompanhamento e precisam trabalhar de forma organizada para que possam ser capazes, sozinhos, depois de certo tempo, de gerir e ter retorno sobre seus negócios. Essa é a maneira que a ANDC encontrou para capacitar os microempreendedores.

**J.C.** - Pessoalmente, defendo que o acompanhamento pode – e deve – ser um instrumento de formação à medida, ou seja, ir transmitindo às pessoas alguns conhecimentos e formas de organização que vão ao encontro de suas necessidades e que a pessoa reconheça a utilidade e vantagem **(Entrevista com colaborador da ANDC).**

**E.C.** Das pessoas que passam por aqui, que criam seu próprio negócio e por algum motivo fecham. Muitas delas dizem que essa foi uma experiência importante para depois encontrarem um emprego. O que significa que do ponto de vista da experiência (...) no trabalho da ANDC é perceptível que mesmo as pessoas que não tiveram uma experiência satisfatória com o projeto daqui... Isso lhes permitiu ter maior sucesso em outra caminhada, digamos que isso também é uma espécie de empoderamento! **(Entrevista com colaborador da ANDC)**

Apesar dos problemas no acompanhamento dos microempreendimentos criados referidos acima, os microempresários entrevistados relatam que adquiriram novas competências com a experiência de gerir o próprio negócio:

---

<sup>40</sup> Foram citadas somente as áreas que atingiram 5% ou mais de porcentagem. Disponível em: [http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/57\\_microempresarios\\_ANDC\\_y5tgfold80.pdf](http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/57_microempresarios_ANDC_y5tgfold80.pdf)  
Acessado em: 14/07/2017.

**M.D.** – Aprendi bastante sobre faturação, como gerir o lucro, como trabalhar com os fornecedores.... No início é tudo difícil, mas a gente vai aprendendo e vai ficando mais claro (**Entrevista com beneficiária do microcrédito | ANDC**).

**S.C.** – Tinha muita dificuldade de entender os impostos, mas aí, assim no início, eu até pagava uma moça para me ajudar... porém, depois eu fui conseguindo ajustar as coisas e fazer sozinha (**Entrevista com beneficiária do microcrédito | ANDC caso de insucesso**).

**A.M.** – Há um comprometimento maior e os horários deixam de existir (...). Ter o próprio emprego e criar emprego para outras pessoas vêm acrescido de muita responsabilidade, e aí você vai aprendendo a lidar com tudo isso, salários e outras contas (**Entrevista com beneficiária do microcrédito | ANDC**).

Em segundo lugar, listamos a constituição de uma nova entidade (ANDC), uma associação que representa um novo desenho institucional, oriunda da junção da Sociedade Civil, Mercado e Estado, atores que carregam diferentes visões políticas. Essa associação foi constituída com base em um tipo de governação ainda não conhecida no mercado, que se propôs a atuar viabilizando uma nova maneira de concessão de crédito.

Parente et al. (2011) destacam que, muitas vezes, o empreendedorismo social atua em situações cuja competência de agir deveria ser de órgãos governamentais. Essa falha gera uma oportunidade de desenvolvimento de novas ações que podem gerar um processo de alteração nas estruturas de poder (André & Abreu, 2006). A remodelação do papel de instituições e a criação de novas leis e programas sociais, tendo em vista o bem-estar dos indivíduos, são exemplos das mudanças propostas pela inovação social (Cloutier, 2003).

No caso da ANDC, isso é evidenciado pela mobilização de recursos do Estado, que arca com a maior parte dos gastos para a sustentabilidade da associação. Nota-se, também, uma nova forma de atuação, uma vez que a associação surgiu não para conceder o crédito em si, mas para funcionar como elemento intermediário, com função de mediadora entre o mercado (bancos) e o público-alvo do microcrédito (pessoas em situação de vulnerabilidade social).

No nosso entendimento, a ANDC é um importante mecanismo da mobilização e transformação (mudança) social, surgindo como um híbrido entre as intervenções governamentais e o empreendedorismo tradicional (Dees, 2002). Assumindo esse papel, a ANDC tem como um de seus objetivos encontrar e

negociar as melhores condições de acesso ao microcrédito para as propostas que lhe são apresentadas. Cloutier (2003) entende que a inovação social não pode ser acidental, mas fruto de uma tomada de decisão e de uma ordem predeterminada, que pressupõe atores sociais atuando com objetivos definidos.

O papel desempenhado pela associação, numa lógica compensatória às falhas de mercado e ausência do estado, é estratégico no desenvolvimento socioeconômico da sociedade portuguesa. A ANDC, juntamente com seus parceiros em relação a território, reforça o seu intuito de preencher espaços “esquecidos” por outras esferas da sociedade e desempenha um papel crucial na promoção de inclusão de grupo de pessoas desfavorecidas.

O terceiro tipo de mudança identificado prende-se com o que pode ser mudado na vida dos tomadores de crédito (beneficiários) com essa inovação social. No que diz respeito às mudanças nas relações sociais, os tomadores de crédito são as figuras que precisam ser destacadas, assim, a associação tem um posicionamento não hegemônico, visto que a ideia do negócio parte dos beneficiários.

Além disso, cabe ao beneficiário executar o dia a dia dos empreendimentos criados. Isso faz reestabelecer os vínculos e o esforço das novas formatações sociais, pois apesar do apoio da ANDC, cabe a ele fazer suas ideias funcionarem e conseqüentemente mudar a sua condição social.

Isso é confirmado pelas afirmações abaixo:

**E.C.** - A ideia de negócio parte das pessoas que nos procuram, o que fazemos aqui é a validação da ideia. Se a ideia não se mostra sustentável, nem a apresentamos ao banco. O que buscamos nesse tipo de situação é apresentar sugestões às pessoas, mas sem impor um caminho a ser seguido. Fazemos uma espécie de aconselhamento, mas a decisão do negócio é sempre de quem nos procura. É a pessoa que define o produto e os serviços que pretende prestar ou oferecer (**Entrevista com um dos Colaboradores da ANDC**).

**J.C.** - Estamos a trabalhar com essas pessoas e somos um gabinete de contato! Aqui há uma diferença... ninguém aqui afirma “olha, essa ideia é má!” Ou “olha, essa ideia é ótima”... O que procuramos questionar é: “você acha essa ideia ótima? Então nos diga por quê?” A ideia de negócio é sempre entendida de um acompanhamento efetivo por parte da ANDC que seja capaz de viabilizar o que nos é apresentado (**Entrevista com um dos Colaboradores da ANDC**).

Essa posição não hegemônica é relatada, também, pelos beneficiários do programa de microcrédito ANDC:

**A.M.** – Eu já tinha a ideia clara do que queria fazer e a técnica envolvida acreditou no meu projeto e esteve sempre disponível para ajudar e apoiar na fase de desenvolvimento do projeto de investimento. Fez o acompanhamento e foi verificando que eu fazia uma gestão apertada do orçamento. Não tive ilusões e fui crescendo aos poucos (**Entrevista com beneficiária do microcrédito ANDC**).

**M.D.** – Já tinha o plano de negócios definido. Com a ajuda da técnica, acertamos detalhes. Financiaram o meu negócio! (**Entrevista com beneficiária do microcrédito ANDC**).

**S.C.** – Inicialmente, eu mesma apresentei a proposta de negócio que desenvolvi com a ajuda de um amigo. Depois, a associação me ajudou com a burocracia, a abrir a empresa, fazer aquelas coisas que são exigidas para pagar impostos (**Entrevista com beneficiária do microcrédito ANDC caso de insucesso**).

Moulaert et al. (2007, *apud* André & Abreu, 2006) destacam a importância da capacitação dos agentes, argumentando que o desenvolvimento local é cada vez menos uma questão de rendimentos de capacidade de consumo, passando sobretudo pela promoção de mudanças estruturais que promovam a capacitação individual ou coletiva no sentido de encontrar soluções para problemas sociais.

**J.C.** - Percebermos que sem o microcrédito ANDC muitas dessas pessoas dificilmente encontrariam alternativa. Mas o microcrédito é bem mais do que desafiar as pessoas a criarem o seu próprio emprego, trata-se, sobretudo, de uma pedagogia que estimula as pessoas a serem proativas e a ganharem consciência das suas competências, dos seus saberes e a potenciarem a sua experiência, ou seja, a reganharem a sua autoestima (**Entrevista com colaborador da ANDC**).

Apesar de todo o apoio e acompanhamento prestado pela ANDC, inclusive nos primeiros anos após a criação do micronegócio, entendemos que a associação deve ser mais incisiva na oferta de cursos de qualificação e formação em áreas estratégicas para o desenvolvimento dos negócios fomentados pelo microcrédito

Nas entrevistas recolhidas, houve alguns questionamentos dos beneficiários referentes à forma como ocorre o processo de acompanhamento e a partilha de informações após a primeira fase de criação do negócio:

**A.M.** – Para uma primeira fase, penso que foi a forma mais adequada para ajudar a alavancar o meu projeto, contudo, depois de tudo para, e tendo o negócio corrido bem não prestaram mais apoio nem emprestaram (crédito) para o melhoramento do negócio. Penso que premeiam o fracasso, pois se eu não estivesse pagando certinho e o negócio tivesse corrido mal poderia recorrer novamente. (**Entrevista com beneficiária do microcrédito | ANDC**).

**S.C.** – Eles se preocupavam (em saber) como eu estava, como era a maneira de interagir com os meus fornecedores, se eu estava em dia com o microcrédito... Aí não correu bem (...). Não sei! Acho que faltou um pouco de apoio nessas coisas de gerenciar... Estou a pensar, mas pensar com muita calma, em voltar a recorrer ao microcrédito para um futuro negócio, mas tem que ter bastante cuidado para não me complicar (**Entrevista com beneficiária do microcrédito | ANDC caso de insucesso**).

**C.L.** - Mais ou menos. Dada a dificuldade já referenciada de penetração no mercado, o negócio teve de ser complementado com trabalho por conta de outrem (**Entrevista com beneficiária do microcrédito | ANDC**).

A melhoria no acompanhamento e a oferta de capacitação são uma maneira de empoderar os beneficiários e proporcionar um melhor desenvolvimento das atividades que exercem. Um caminho para isso poderia ser estabelecer protocolos de parcerias com Universidades ou Escolas Técnicas para oferecer, de maneira gratuita, cursos de capacitação em gestão, por exemplo.

Através do protocolo estabelecido com o IEFP, os microempresários que recorrem ao programa de microcrédito da ANDC podem ter acesso aos cursos ofertados pelo estado. Porém, na visão de alguns dos microempresários entrevistados, a capacitação oferecida não é suficiente.

**S.C.** – Eu até fui lá, mas aquilo era... Era uma professora que lia um livro e não se entendia muito bem (**Entrevista com beneficiária microcrédito | ANDC caso de insucesso**).

**M.D.** - Será que se nós tivéssemos, de vez em quando, mesmo dentro de um tempo em que nós estivéssemos completamente empenhados na nossa atividade... fazer uma formação ou outra relativamente à parte de gestão, a parte de... Ou que tenha a ver com as áreas de mercado de trabalho que... Nós temos que contar com... com o nosso próprio empenho e tudo. Será que isso não seria importante, por exemplo, existir? (**Entrevista com beneficiário do microcrédito | ANDC**).

No ano de 2014, a ANDC realizou um inquérito com 1.195 microempresários que apoiou desde 1999 e que terminaram o período de reembolso dos seus empréstimos até final de 2013. Esse estudo mostra que 80% destes considera que o microcrédito que recebeu contribuiu muito, ou pelo menos um pouco, para que a sua vida melhorasse<sup>41</sup>.

Os microempresários entrevistados nessa pesquisa avaliam a contribuição do programa de microcrédito ANDC nas suas vidas da seguinte forma:

---

<sup>41</sup> Disponível em:  
[http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/11\\_Relatorio\\_ANDC\\_2014\\_jwtkfjb3zl.pdf](http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/11_Relatorio_ANDC_2014_jwtkfjb3zl.pdf)  
Acessado em: 02/06/2017.

**S.C.** – Eu avalio como positivo, mas desde 2012, até eu encerrar, não consegui tirar um ordenado para mim! Mas paguei todas as contas, o microcrédito também, mas é isso e pronto... não sei onde eu erre!  
**(Entrevista com beneficiária do microcrédito | ANDC caso de insucesso).**

**M.D.** – Muito boa, senti-me sempre apoiada (...). Trabalho mais horas por dia, mas posso gerir meu horário, tenho mais preocupações (...). Primeiro criei uma loja de produtos portugueses, depois uma loja de moda e hoje tenho meu próprio produto português, mantas em lã portuguesa e vestuário em lã! Me tornei fornecedora desses produtos **(Entrevista com beneficiária do microcrédito | ANDC).**

**A.M.** – Criei meu próprio emprego... era isso... O benefício foi criar o meu próprio emprego e essa era a autonomia que eu procurava... Eu consigo sustentar bem o negócio, mas não tenho, por enquanto, perspectivas de crescimento, por agora está bom! **(Entrevista com beneficiária do microcrédito | ANDC).**

**C.L.** – (...) fundamentalmente a possibilidade de construir de base um plano de negócio sem ter conhecimentos prévios. A experiência de vida que fica... **(Entrevista com beneficiária do microcrédito | ANDC).**

A tentativa de criação de oferta de crédito para a população excluída do sistema de crédito tradicional em Portugal é relatada por um dos colaboradores da ANDC, para quem os bancos “não permitem acesso ao crédito, porque a pessoa não tem o que dar em garantia”. Isso foi ultrapassado com a formatação de uma nova estrutura social e com a criação da ANDC. Para Westley (2008), o delineamento das novas relações de instituição em uma sociedade permite uma oportunidade de retorno aos indivíduos que foram colocados em situação de exclusão pelas estruturas econômicas e sociais existentes.

A mudança necessária para a criação da ANDC exigiu dedicação, esforço e coragem de pessoas durante a construção de todo o processo. Por exemplo, desde seu início a ANDC assumiu riscos ao estabelecer contato com as entidades bancárias e com os órgãos públicos, apresentando uma proposta nova, visto que criava algo que não existia até então. E ainda, exemplo disso, é o fato de que a associação propõe a garantia de 5% dos montantes emprestados pelos bancos aos microempreendedores.

Esses acontecimentos estão de acordo com a ideia de Mulgan et al. (2007) para quem a mudança ocorre por pessoas corajosas, que são persuadidas a abandonar velhas práticas e estejam dispostas a assumir riscos. Porém, para estes autores, a mudança nem sempre acontece de maneira fácil, ainda que haja boa vontade e criatividade.

Seguindo uma linha de raciocínio parecida, Westley (2008) complementa que a mudança não é algo simples e necessita de mobilização de recursos sociais e políticos. Apesar disso, a mudança é possível por meio da substituição de práticas ultrapassadas por novas formas de atuar, a partir de métodos consistentes que possuem um ritmo lento e levam algum tempo para se concretizar.

Apesar de a ANDC sofrer com problemas de escala e de ser elevado o nível de insucesso dos negócios que ajuda a criar (54%<sup>42</sup>) não podemos deixar de levar em consideração que o microcrédito não é somente um instrumento de luta contra o desemprego, mas, sobretudo, de luta contra a pobreza e a exclusão social. Na nossa compreensão, a ANDC, através do seu programa de microcrédito, tem um impacto expressivo, sobretudo no que diz respeito à autoestima e capacitação dos beneficiários.

Deve-se considerar o microcrédito ANDC como um instrumento promotor da mudança. Só o fato de conceder uma nova oportunidade às pessoas que não teriam acesso ao crédito por outro meio, criando um pequeno negócio, onde esses possam desenvolver ou ganhar novas competências, independentemente de ser um sucesso ou não, já é um exemplo de capacitação e inclusão social.

## **5.2 Os problemas e as preocupações verificados no contexto de atuação da ANDC**

Apesar de reconhecer a importância do papel da ANDC para o microcrédito em Portugal, não podemos deixar de expressar nossas preocupações com algumas questões de suma importância para uma boa continuação do trabalho realizado pela associação e o desenvolvimento do microcrédito no país.

Segundo um inquérito realizado pela ANDC com 595 microempresários que receberam apoio do programa de microcrédito da associação entre os anos de 1999 e 2013, apenas 199 (ou 33%) continuam com o microempreendimento aberto,

---

<sup>42</sup> Disponível em:

[http://www.microcredito.com.pt/folder/noticia/ficheiro/32\\_ANDC\\_2013\\_RELAT%C3%93RIO.pdf](http://www.microcredito.com.pt/folder/noticia/ficheiro/32_ANDC_2013_RELAT%C3%93RIO.pdf) - Acessado em: 25/05/2017.

enquanto 396 (ou seja 77%) encerraram suas atividades<sup>43</sup>.

Ao verificar os principais motivos do não sucesso/encerramento dos 396 micronegócios, chegamos aos seguintes motivos: venda insuficiente ou falta de clientes; despesas excessivas; situação econômica do país; atrasos de pagamentos pelos clientes ou fornecedores; melhor oportunidade de trabalho e salário; questões burocráticas como licenças de atividade, além de outros motivos pessoais.

A nosso ver, esse é um número considerável de insucessos. Sendo assim, julgamos necessária a indicação de alguns aspectos que necessitam de reflexão e podem gerar melhorias para futuras ações da ANDC e um número mais equilibrado entre casos de sucesso e insucesso.

Apesar de existirem melhorias na produtividade da ANDC, como exemplificado pelo aumento dos projetos creditados, em que a média no período entre 2010 e 2014 foi de 146 projetos por ano, acreditamos que a associação ainda necessite de um impulso na captação de novos beneficiários e consequente acompanhamento dos projetos que cria. O aumento do número de técnicos de microcrédito ajudaria a melhorar a qualidade e o alcance do trabalho prestado.

Mesmo possuindo parceria com diversas associações locais, deparamo-nos aqui com uma incógnita: será que essas instituições parceiras estão preparadas para contribuir com a ANDC? Não questiono aqui a boa vontade das instituições, mas sim o capital humano. Quando falamos em parcerias, extensões e afins na área de negócio, é necessário analisar a natureza cultural de cada segmento de mercado. A nosso ver, em muitas das parcerias construídas pela ANDC, mais especificamente nas áreas de ação social, existe o predomínio de uma mentalidade mais assistencialista, o que contraria um dos princípios do microcrédito que é a promoção do empreendedorismo e a capacitação dos beneficiários.

Ainda existe a questão da gestão de negócios, o que parece ser um ponto

---

<sup>43</sup> Disponível em:

[http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/41\\_estudo\\_MicroNegocios\\_2014\\_lgyr08q8i9.pdf](http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/41_estudo_MicroNegocios_2014_lgyr08q8i9.pdf). - Acessado em: 13/07/2017.

crítico e de grande problema nos microempreendimentos que são criados. A cultura do empreendedorismo por si só já é um problema. Ser empreendedor ou possuir o perfil empreendedor para pessoas que recebem qualificação formal já é um grande desafio. Como, então, cobrar de quem, muitas vezes, recorre a esse tipo de crédito por pura necessidade?

Nas entrevistas, a dificuldade em empreender foi relatada por alguns dos beneficiários:

**A.M.** – A fase do retorno do investimento é sempre muito preocupante, pois os negócios demoram a arrancar e têm muita concorrência. Às vezes, é difícil até manter a motivação **(Entrevista com beneficiária microcrédito | ANDC)**.

**M.D.** – A principal dificuldade que encontrei foi a abertura de muitas lojas do mesmo ramo na cidade (...). A gestão de fornecedores também é complicada, porque são muitos, no meu caso 30, e são pequenos fornecedores **(Entrevista com beneficiária microcrédito | ANDC)**.

**C.L.** - A inexperiência no mundo empresarial, de certa forma. É complicado encontrar uma forma de atuar perante o mercado já estabelecido **(Entrevista com beneficiária microcrédito | ANDC)**.

Isso é algo que necessita de mais atenção por parte da ANDC. O acompanhamento feito com o microempresário deve receber uma atenção não somente voltada a proteção ou reembolso do valor de crédito cedido, mas sim, visando à continuidade dos micronegócios que são criados.

A criação de redes de compartilhamento de boas práticas, experiências, dificuldades, soluções de problemas entre os próprios microempresários pode ser uma boa saída para aliviar a carga do acompanhamento feito pelos técnicos de microcrédito, podendo criar ainda uma partilha de soluções a partir da experiência de negócios dos próprios microempreendedores.

Essa forma de cooperação entre os microempresários pode ser instigada também na forma de criação, impulso e comercialização de produtos. Através de parcerias com grandes empresas, fundações, etc., pode-se fomentar um mercado para os produtos oriundos do apoio ao microcrédito.

Acreditamos que essa seja uma das principais deficiências de atuação da ANDC. Apesar de possuir uma relevante rede de parcerias em âmbito territorial, o número de técnicos de microcrédito, sete pessoas, se revela insuficiente para o acompanhamento necessário ao número de microempreendimentos que são

criados. Aqui não se põe à prova a qualidade e qualificação dos técnicos de microcrédito, mas sim, a limitação humana de cada um.

Sem deixar de lado o que já foi referido nos parágrafos acima, outra questão que levantamos é sobre o melhor aproveitamento das parcerias que foram celebradas com outras instituições de microcrédito no exterior. Aprender e principalmente colocar em prática o que se capta de diferenciado na forma de atuação de outras instituições é importantíssimo para a melhoria das práticas da ANDC e para a construção do seu futuro.

### ***5.2.1 Implicações da extrema dependência de financiamento do Estado para o funcionamento da ANDC.***

Como ocorre na grande maioria dos países ocidentais no que diz respeito a organizações do terceiro setor, no caso a ANDC, que tem como objetivo central a prestação de serviços de acompanhamento de projetos criados através do microcrédito, o grande desafio é o de gerar capital financeiro para cobrir os custos da sua atuação e garantir a sua sobrevivência (Guérin, 2005).

Nota-se, no caso estudado, que os financiamentos externos à organização (donativos de particulares, empresas, fundações, etc.) são insignificantes e, assim, a ANDC torna-se dependente quase exclusivamente do apoio que recebe do IEFP. Dados do relatório de contas<sup>44</sup> de 2015 da associação mostram que do valor das despesas durante todo ano - 589.059,33€ - a coparticipação do IEFP arcou com 91,8% destes custos, enquanto as doações monetárias representaram 0,19%, e as feitas por meio de serviço (pro-bono) foram de 2,8%, a quotização chegou a percentagem de 1,5%.

---

<sup>44</sup> Disponível em:

[http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/11\\_Relat%C3%83%C2%B3rio\\_Atividades\\_e\\_Contas\\_2015\\_rzbp7pdc74.pdf](http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/11_Relat%C3%83%C2%B3rio_Atividades_e_Contas_2015_rzbp7pdc74.pdf). Acessado em: 13/07/2017.

Figura 2 - Contas ANDC 2015.

DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO 2015	ORÇAMENTO 2015
Quotizações	9 100,00	12 600,00
Donativos	1 111,19	20 000,00
Donativos Pro-bono	16 440,16	0,00
Subsídio IEFP	540 909,09	636 364,00
Vendas	0,00	150,00
Conferência Microcrédito	0,00	15 000,00
Proveitos diversos	21 498,89	0,00
<b>TOTAL DOS PROVEITOS</b>	<b>589 059,33</b>	<b>684 114,00</b>

Fonte ANDC (2015).

Essa grande dependência é algo que deixa a ANDC muito vulnerável e pode gerar dificuldades para o funcionamento da associação, visto que apoios do estado estão sempre ligados a políticas públicas governamentais, o que sempre envolve burocracia e também negociação/conflitos para compatibilizar interesses e a filosofia de cada governo.

Diversificar a linha de produtos que oferece pode representar um meio de captação de fundos para a associação. A adesão às microfinanças<sup>45</sup>, adaptada à realidade de geração de fundos do público-alvo do microcrédito, criando um sistema financeiro que sirva a essas pessoas em situação de vulnerabilidade social, pode possibilitar a melhoria dos microempreendimentos criados pela ANDC. Além disso, é uma saída para aqueles microempreendimentos que, depois de criados, venham a enfrentar dificuldades iniciais nos negócios, protegendo-os dos riscos de mercado.

O que se pode fazer aqui é a divisão de linhas de microcrédito ou outros produtos das microfinanças conforme o público-alvo, ajustando o perfil dos microempreendedores às ofertas. Conhecer as diversas realidades dos nichos de mercado e o perfil de cada pessoa, além de suas necessidades (criar um negócio por necessidade ou oportunidade), pode ajudar nas soluções e direcionamento dos planos de negócio, o que também poderá diminuir os casos de insucesso. Porém,

---

<sup>45</sup> As instituições microfinanceiras (IMFs) subministram créditos, poupanças, seguros e transferências de dinheiro a microempresários para sustentar atividades produtivas, conseguir ativos, estabilizar o consumo e proteger-se contra riscos.

isso exige conhecimento mútuo e articulação entre todos os agentes envolvidos no contexto de atuação da ANDC.

Para caminhar nesse sentido, dando mais ênfase às microfinanças e não somente ao microcrédito, um elemento de suma importância deriva das ações do estado, que por meio de políticas públicas de incentivo fiscal pode vir a contribuir com quem fomenta o microcrédito e também com os microempresários, dando a esses mais fôlego no desenvolver inicial de suas atividades. Deriva também das ações dos bancos, desde que esses estejam dispostos a intervir com responsabilidade social e não interessados somente em uma nova ferramenta creditícia que possa gerar novos lucros.

O que importa aqui é desenvolver um tipo de governança com uma lógica mais horizontal de debate e cooperação entre os entes envolvidos. Levando em conta as diferentes visões e anseios de cada um (sociedade civil, governo e bancos) dos que possibilitaram as ações e o desenvolvimento do programa de microcrédito da ANDC, é necessário um consenso entre eles para se encontrar uma forma de ação que possa trazer benefícios e ganhos para todos.

## **Conclusão**

A inovação social vem se apresentando como um tema de interesse crescente nos estudos acadêmicos. Isso pode ser atribuído às preocupações com os efeitos gerados pelas inovações tecnológicas, como a busca desenfreada por aumento do capital a qualquer custo e o conseqüente crescimento das desigualdades sociais. Nesse estudo, tentamos unir teoria e prática, visando analisar um dos programas de microcrédito português frente a problemas sociais como a vulnerabilidade e a exclusão social e sua potencial eficácia na criação de mudança social.

Essa dissertação buscou, em contexto real, considerar as mudanças que podem ser geradas através de ideias socialmente inovadoras, procurando contribuir de maneira que pudesse unir teorias abordadas e a prática. Assim, detalhando uma instituição fomentadora de microcrédito, confrontando seus objetivos, suas ações e os seus resultados com os conceitos teóricos gerados em estudos anteriores sobre inovação social, essa pesquisa pode ser considerada como uma maneira de entender os reflexos de uma inovação social em um contexto de exclusão social.

O estudo permitiu trazer à luz algumas questões importantes para os estudos sobre inovação social e microcrédito. Em um primeiro momento, expomos alguns fatores que acabam por criar um campo fértil para as ações da ANDC. Assim, reporta-se à questão social e as suas ressignificações, e a nossa preocupação frente a problemas de exclusão social.

O que observamos nesse trabalho, através da ligação dos conceitos trabalhados, foi o grande esforço para gerar algum tipo de inclusão e mudança social por parte da ANDC, o que nos faz frisar a importância das organizações do terceiro setor no combate aos problemas sociais complexos nos mais diversos setores da sociedade.

A análise do caso mostrou que a criação da ANDC é uma ação pioneira de microcrédito em Portugal, que busca auxiliar pessoas que não possuem acesso ao crédito bancário tradicional a desenvolver seus próprios negócios. A ideia, efetivamente, não se manifesta como nova em esfera mundial, pois conforme as

pesquisas documentais feitas e como relatado por seus diretores, foi baseada na criação do *Grameen Bank* da Índia e outros programas de microcrédito que já existiam na Europa como a *Association pour le Développement de l'Initiative Economique* (ADIE) na França.

Porém, na época de sua criação, a ANDC mostrou-se como uma novidade no mercado de crédito local, principalmente pelo fato de suas atividades serem voltadas para o atendimento de necessidades sociais, nomeadamente a inclusão social através do acesso ao crédito bancário. Assim, baseado nas teorias apontadas no referencial teórico, pode-se considerar a ANDC, na forma como foi concebida, como uma inovação social.

O fator novo trazido com a ANDC na oferta de crédito diz respeito à forma de sua constituição, onde ocorreu uma parceria tripartida entre Sociedade Civil, Bancos Comerciais e o Estado, tornando-se a primeira instituição do gênero em Portugal a receber recursos públicos. Sendo constituída desta maneira, a ANDC articula simultaneamente diversos atores sociais, e através da melhoria de processos e ideias cria novas e duradouras relações sociais, elevando a capacidade de agir da sociedade (Murray et al., 2010)

Pode-se afirmar que isso representou uma nova resposta a uma situação julgada insatisfatória, como afirma Cloutier (2003). Outro fator de destaque verificado diz respeito à tentativa de inclusão de pessoas que não tinham acesso ao crédito pela via do mercado tradicional. Conforme destacam Moulaert et al. (2010), a inovação social busca uma realidade mais inclusiva, seja em localidade, região ou em país.

A participação dos diversos agentes do processo, como citado na constituição e práticas de atuação da ANDC, estão de acordo com a definição de inovação social proposto por Bignetti (2011), onde a definição da inovação social é conhecida como o resultado de ideias aplicadas às necessidades sociais, e que abrange a participação e cooperação de todos os atores envolvidos, gerando, assim, soluções novas e duradoras para a sociedade como um todo.

Em relação à mudança como objetivo da inovação social, identificamos três tipos de mudanças. No primeiro momento apontamos o serviço em si, a oferta de

crédito às populações excluídas de tal possibilidade. A segunda mudança diz respeito à construção da ANDC enquanto um empreendimento social, quais as novas configurações e estruturas sociais que viabilizaram a criação dessa inovação social e o desenvolvimento de seus processos. Por último, identificamos a mudança na vida dos tomadores do microcrédito, a inserção ou reinserção desses no mercado de trabalho e a aquisição de novas competências.

Entendemos que o modelo de microcrédito trabalhado pela ANDC tem um impacto na capacitação dos beneficiários e, sobretudo, consegue dar uma nova oportunidade de esperança a essas pessoas, promovendo a inclusão social por via da criação do próprio emprego. Verificou-se nas entrevistas e pesquisas bibliográficas feitas na pesquisa que tanto nos casos de sucesso quanto no de insucesso, os beneficiários avaliaram a oportunidade como positiva e reconhecem que sem esse recurso financeiro não teriam oportunidade de começar um negócio próprio.

Ainda, o microcrédito ANDC proporcionou aos tomadores de crédito a aquisição de novas competências e conhecimentos, tanto no âmbito profissional quanto relacional. A aquisição de competências e conhecimentos, o reforço da autoestima e a melhoria do estatuto social, associados ao processo, minimizam a posição de vulnerabilidade das pessoas perante os mecanismos de mercado, e contribuem para a diminuição da sua dependência em face de terceiros, particulares ou institucionais (André e Abreu, 2006).

Quanto às virtudes do programa de microcrédito ANDC, destacamos o acompanhamento de proximidade prestado pela associação e o apoio gratuito no desenvolvimento das ideias de negócios apresentadas pelos candidatos. A oportunidade criada pelo programa de microcrédito é mais uma de suas virtudes, já que sem sua existência pessoas em situação de vulnerabilidade social teriam mais dificuldade em obter acesso ao crédito bancário.

Após essas reflexões, verificamos a confirmação das hipóteses iniciais dessa pesquisa, ou seja, (H1) através do seu papel de intermediação de acesso ao microcrédito, a ANDC veio desencadear inovação social, contribuindo para a redução da vulnerabilidade social dos tomadores de microcrédito. E, (H2) através do seu programa de microcrédito, a ANDC auxilia a criação de micronegócios,

gerando mudança social.

Não há como negar o grande potencial que o microcrédito tem como instrumento promotor de mudança e inclusão social. Porém, não podemos deixar de olhar para os problemas e fragilidades apresentados pelo programa de microcrédito ANDC. A associação não concede crédito, pelo fato de não ser uma instituição ou entidade financeira. Trabalha de forma intermediária entre o seu público-alvo e os bancos. A ANDC busca negociar as melhores condições para a concessão de crédito, ficando inclusive responsável por uma parcela do que é emprestado.

Porém, sendo refém das políticas de concessão dos bancos, uma grande parte das pessoas que necessitam realmente do microcrédito acabam sendo excluídas do programa de microcrédito ANDC, visto que, segundo o modelo de atuação da associação, pessoas com pendências bancárias ou resolvem essas pendências ou não terão acesso ao microcrédito. Isso faz com que grande parte das pessoas em situação de vulnerabilidade social que teriam interesse no programa sejam impossibilitadas de ter acesso ao microcrédito. Nesse sentido, faz-se necessário uma reflexão e uma busca por alternativas de atuação que possam incluir essas pessoas no programa de microcrédito da ANDC.

Não podemos deixar de mencionar que a quantidade de insucesso nos microempreendimentos criados com apoio da ANDC é alta e sua causa precisa ser revista com atenção pela associação, assim como é necessário buscar uma nova maneira de diminuí-la.

Outra questão que expomos refere-se ao problema de a ANDC não receber qualquer benefício pelos financiamentos que intermedeia com o setor bancário. Os encargos com deslocamentos dos técnicos de microcrédito para a averiguação de propostas, sejam ou não desenvolvidos, e os processos de acompanhamento dos projetos que são criados através do programa de microcrédito ANDC possuem custos e esses custos cabem exclusivamente à associação.

Nesse ponto, parece que os bancos se aproveitam da atuação e da preocupação social da ANDC e vislumbram uma nova oportunidade para lucrar com a concessão de crédito. Além de já possuírem suas próprias linhas de

microcrédito, as instituições bancárias ainda recebem novos contratos vindos da ANDC sem quaisquer encargos e com cálculo de risco compartilhado, visto que a ANDC arca com 5% e o fiador com 20% dos negócios criados através do seu programa de microcrédito.

A nosso ver, o mais justo seria uma política de responsabilidade social compartilhada entre ANDC e os bancos. Os gastos que hoje são assumidos pela ANDC podem ser partilhados ou custeados de forma integral ou parcial pelas instituições bancárias, através das taxas de juros que são praticadas nos empréstimos oferecidos aos tomadores do microcrédito.

Ainda, a dependência da ANDC pelo financiamento do IEFP demonstra uma fragilidade no modo de atuação da associação e um risco a sua sobrevivência. É necessário desenvolver novos meios de geração de capital, visando a autossuficiência financeira da associação, sem que essa perca o foco nos objetivos pelos quais se propôs a lutar.

Apesar de, como mencionado anteriormente, o modelo desenvolvido pela ANDC ser inovador e promotor da mudança social, as políticas públicas de microcrédito em Portugal parecem não ser uma prioridade, visto que na prática esse instrumento de inclusão social parece estar se tornando um novo modelo de negócio para as entidades bancárias.

É importante acrescentar que no decorrer da pesquisa, encontramos muita resistência por parte dos microempresários em participar das entrevistas, o que limitou um pouco o aprofundamento da visão destes sobre a ANDC. Outro fato de muita relevância constatado durante o decorrer do trabalho foi a suspensão/renegociação do apoio prestado pelo IEFP à ANDC. No momento, a associação está sem o apoio do IEFP, culminando no despedimento de 13 funcionários, o que compromete, e muito, o seu futuro.

## Bibliografia

Afonso, Joana S. (2011) *O Microcrédito em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Economia e Gestão das Cidades. Faculdade de Economia do Porto. [http://www.fep.up.pt/repec/por/temoli/files/afonso\\_microcredito.pdf](http://www.fep.up.pt/repec/por/temoli/files/afonso_microcredito.pdf) [14 de junho de 2017].

Albagli, Sarita; Maciel, Maria.L. (2002) “Capital social e empreendedorismo local”. *Projeto de Pesquisa Políticas para Promoção de Sistemas Produtivos Locais de MPME Brasileiras*. Rio de Janeiro: UFRJ/IE – RedeSist – FINEP – SEBRAE.

Alves, Alexandre. R. (2011) *Empreendedorismo*. Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – RS – Brasil. Disponível em [http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo\\_ctrl\\_proc\\_indust/tec\\_autom\\_ind/empreend/161012\\_empreend.pdf](http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_ctrl_proc_indust/tec_autom_ind/empreend/161012_empreend.pdf). [16 de março de 2016].

Alves, Sergio. D.S.; Soares, Marden. M. (2003) *Democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central*. Brasília: Banco Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/democrat.pdf> [14 de junho de 2017].

Alves, Manuel B. (2006) “O microcrédito: mais uma panaceia?”, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 13, APDR.

Alter, Norbert (2000) “L’innovation ordinaire”. *Presses Universitaires de France*, VI42. Paris. Disponível em: [http://www.persee.fr/doc/rfsoc\\_0035-2969\\_2001\\_num\\_42\\_3\\_5386](http://www.persee.fr/doc/rfsoc_0035-2969_2001_num_42_3_5386) [14 de junho de 2017].

ANDC, (2017) *Associação nacional de direito ao crédito* Disponível em: [http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/11\\_ANDC\\_institucional\\_Junho2016\\_tisc5aacsj.pdf](http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/11_ANDC_institucional_Junho2016_tisc5aacsj.pdf) [13 de junho de 2017].

André, Isabel; Abreu, André. (2006) "Dimensões e espaços da inovação social". *Finisterra*, XLI, 81, 121-141.

Araújo, Veronica A. (2010) *Microcrédito – Novo paradigma de financiamento*, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais e Políticas. Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/4387/1/DM->

EJME-2011.pdf [14 de junho de 2016].

Ashoka (2010) *Innovators for the Public*. Disponível: em [www.ashoka.org](http://www.ashoka.org) [27 de março de 2017].

Austin, James; Stevenson, Howard; Wei-Skillern, Jane (2006), "Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both?". *Entrepreneurship theory and practice*, 30 (1), 1-22

Baggio, Adelar F.; Baggio, Daniel, K (2014) "Empreendedorismo: conceitos e definições". *Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia*, 1(1), 25-38. Disponível em: <https://seer.imes.edu.br/index.php/revistas/article/view/612/522>. [24 de abril de 2017].

Barone, Francisco. M; Lima, Paulo F.; Dantas, Valdi; Rezende, Valéria (2002) *Introdução ao Microcrédito*. Brasília. Conselho da Comunidade Solidária. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>. [12 de abril de 2017].

Barone, Francisco M.; Sader, Emir (2008) "Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas". *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, 42(6).

Benevides, Sérgio (2002) *Empreendedorismo: assim se faz o futuro*. Rumos, Brasília.

BEPA (2011) *Empowering people, driving change. Social Innovation in the European Union*. European Communities. Luxembourg Publications Office of the European Union.

Bignetti, Luiz P. (2011) "As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa". *Ciências Sociais Unisinos*, 47(1), 3-14.

Bocchi, João. I (2004) *Monografia para economia*. São Paulo: Ed. Saraiva.

Blais, Roger A.; Doyle, Denzel J.; Gilsig, Toby; Heffernan, Gerald D.; Lamarre, Bernard; Lyrette, Jacques; Maher, Peter; Paradi, Joseph. C. (1997) "Technological Entrepreneurship in Canada", *The Canadian Academy of Engineering*. 19.

Brouard, François; Larivet, Sophie (2009) "Social entrepreneurship: Definitions and Boundaries", in *ANSER-ARES*, Ottawa, Canadá. 27-29.

Centeio, José (2008) *Microcrédito: o papel na responsabilidade social*. Câmara de Comércio e Indústria Luso Francesa.

Ceveiras, Marcos L. (2013) *O microcrédito e inovação: O caso da associação comunitária Portosol*. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade do Vale dos Sinos. Disponível em: <http://www.repositorio.iesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3088/MarcosCerveira.pdf?sequence=1&isAllowed=y> [14 de junho de 2016].

Coutinho, Clara P. (2014) *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Coimbra: Edições Almedina.

Costa, Edgar (2015) “O papel do microcrédito na concretização de ideias de negócio”. *Revista Invest – Lisboa*, Disponível em: <http://www.revistainvest.pt/pt/O-papel-do-Microcredito-na-concretizacao-de-ideias-de-negocio---por-Edgar-Costa/A1022> [9 de maio de 2017].

Cloutier, Julie (2003) “Qu'est-ce que l'innovation sociale?” *Montreal: Centre de Recherche sur les Innovations Sociales*. Document de travail de l'interaxe.

Dess, Gregory; Economy, Peter; Emerson, Jed (2002) “Strategic tools for social entrepreneurs: more tools for enterprising nonprofits”. New York, Chichester, 35, .

Dees, Gregory (2011) “Social ventures as learning laboratories” *Tennessee's Business*. 20 (1), 3-5

Dosi, Giovanni (1988) “Technological paradigms and technological trajectories”. *Research Policy*, North Holland. 11, 147-222

Drucker, Peter (1986) *Inovação e espírito empreendedor (Entrepreneurship): Prática e princípios*. São Paulo: Thomson Pioneira 1ed.

Fagerberg, Jan (2003) “Schumpeter and the revival of evolutionary economics: an appraisal of the literature”. *Journal of Evolutionary Economics*. 13,125–159

Ferreira, Luiza A. (2016) *Governança Territorial, Inovação Social e Turismo Sustentável: uma análise comparativa das Redes Casas Brancas e Aldeias de Xisto*, Dissertação de Mestrado em Intervenção social, inovação e empreendedorismo. Coimbra, Universidade de Coimbra.

- Ferreira, Sílvia (2005) “O que tem de especial o empreendedor social?” *Coimbra: Oficinas do CES*, Nº 223.
- Flichy, Patrice (1995) *L'innovation technique*. Paris, La Découverte.
- Freeman, Christopher. (1982), *The economics of industrial innovation*. 2. ed. London, FrancesPinter.
- Gabor, Dennis (1970) *Innovations: scientific, technological, and social* (New York: Oxford University Press) vi, 113.
- Gil, Antonio C. (2008) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.
- Global Entrepreneurship Monitor (2011) “Global Report” Founding and Sponsoring Institutions: Babson College, Universidad del Desarrollo, Universiti Tun Abdul Razak & London Business School. p.13. Disponível em: [www.gemconsortium.org/report](http://www.gemconsortium.org/report). [14 de junho de 2017].
- Guérin, Isabelle (2005) *As mulheres e a Economia Solidária*. São Paulo: Edições Loyola.
- Hespanha, Pedro (2009) “Micro Empreendedorismo” in Cattani, Antonio; Laville, Jean-Louis;. Gaiger, Luiz Inácio; e Hespanha, Pedro (eds.) *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina.
- Hisrich, Robert. D; Peters, Michael. P. (2004) *Empreendedorismo*. 5a ed. Porto Alegre: Bookman.
- Howaldt, Juergen; Schwarz, Michael (2010) *Social innovation: concepts, research fields and international trends*. Trend Study of the International Monitoring Project (IMO).
- Hulgard, Lars; Ferrarini, Adriane V. (2010) “Inovação Social: Rumo a uma mudança experimental na política pública?” *Revista de Ciências Sociais Unisinos*.
- Lopes, Elvira; Mora, Sofia; Morais, Teresa (2014); “Optimização das políticas públicas de apoio ao empreendedorismo e inclusão social: estudando o acesso dos microempreendedores às medidas de promoção do auto-emprego” in Hespanha, Pedro *APADES* Vila Nova de Gaia: Portugal.
- Luna, Sergio V. (1997) *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo:

EDUC.

Maanen, John (1979) "Reclaiming Qualitative methods for organizational research: a preface, in administrative". *Science Quarterly*, 24 (4).

Maciel, Maria L. (1997) *Inovação e conhecimento, A alavanca de Arquimedes: ciência e tecnologia na virada do século*. Brasília, Paralelo 15.

McClelland, David. C; (1972) *A sociedade competitiva*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.

Martin, Roger J.; Osberg, Sally (2007) "Social Entrepreneurship: the case for a definition". *Stanford Social Innovation Review*, Spring, 29–39.

Mendes, Antônio (2007) "Estudo de Avaliação do Sistema de Microcrédito em Portugal". *Colecção Estudos e Análises*, 43, Lisboa: OEFP.

Miguel, Antônia C. (2011) *Microcrédito e combate à pobreza: Uma perspectiva de organismos internacionais*. Dissertação de Mestrado em Administração. Universidade Federal de São Carlos - Disponível em: <http://www.semecip.ufscar.br/wp-content/uploads/2014/12/Microcr%C3%A9dito-e-combate-%C3%A0-pobreza-sob-a-perspectiva-de-Organismos-Internacionais.pdf> [28 de março de 2017].

Morduch, Jonathan (1999) "The microfinance promise". *Journal of Economic Literature*, 37 (4), 1569-1614.

Moulaert, Frank; Martinelli, Flavia; González, Sara; Swyngedouw, Erik (2007) "Introduction: Social Innovation and Governance in European Cities". *European Urban and Regional Studies*, 14 (3), 195-209.

Moulaert, Frank.; Martinelli, Flavia.; Swyngedouw, Erick; González, S. (2005) "Towards alternative model(s) of local innovation". *Urban Studies*. 42 (11), 1969-1990.

Mulgan, Geoff.; Tucker, Simon; Sanders, Ben. (2007) *Social Innovation: What It Is, Why It Matters and How It Can Be Accelerated*. London, The Young Foundation. Disponível em: [www.youngfoundation.org](http://www.youngfoundation.org) [28 de março de 2017].

Murray, Robin; Caulier-Grice, Julie; Mulgan, Geoff (2010) *The Open Book of Social*

*Innovation*. London, NESTA - The Young Foundation. Disponível em: [www.nesta.org.uk/publications/assets/features/the open book of social innovation](http://www.nesta.org.uk/publications/assets/features/the_open_book_of_social_innovation) [14 de março de 2017].

Nelson, Richard. R; Winter, Sidney G. (1982) *An evolutionary theory of economic change*. Cambridge: The Beknap Press.

Neri, Marcelo C. (2008) *O Mistério nordestino e o Grameen Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Nichter, Simeon; Goldmark, Lara; Fiori, Anita. (2002) *Entendendo o contexto das microfinanças no contexto brasileiro*. PDI/BNDES. 62 p.

OECD, (2010) *Oslo Manual: Guidelines for collecting and interpreting technological innovation*. data. 3. ed. Paris.

Parente, Cristina; Quintão, Carlota. (2014) “Uma abordagem eclética ao empreendedorismo social”. *in Empreendedorismo Social em Portugal*. Porto: Universidade do Porto. Cap. 1. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12398.pdf> [23 de maio de 2017].

Parente, Cristina; Costa, Daniel; Santos, Monica; Chaves, Rosário R. (2011) *Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição*. Lisboa. Anais, Lisboa.

Pires, Antônio. J. D. (2009) *O microcrédito em economias desenvolvidas: Estudo de caso em Portugal*. Dissertação de mestrado Escola de Economia e Gestão - Universidade do Minho.

Phills, James. A. JR.; Deiglmeier, Kriss; Miller, Dale T. (2008) “Rediscovering social innovation”. *Stanford Social Innovation Review, Fall*. Disponível em: [http://www.ssireview.org/articles/entry/rediscovering social innovation](http://www.ssireview.org/articles/entry/rediscovering_social_innovation) [14 de junho de 2017].

Pol, Eduardo; Ville, Simon (2009) “Social Innovation: Buzz Word or Enduring Term?” *The Journal of Socio-Economics*, 380, 878-885.

Portela, José (org.); Hespanha, Pedro; Nogueira, Cláudia; Teixeira, Mário; Baptista, Alberto (2008) *Microempreendedorismo em Portugal: experiências e perspectivas*.

Lisboa: POEFDS – Medida 4.2.2.1. – Estudos e Investigação Projecto nº 87/2006.

Reeler, Douglas (2007) *A Threefold Theory of Social Change and Implications for Practice, Planning, Monitoring and Evaluation*, CDRA (Community Development Resource Association), Cape Town.

Sengupta, Rajdeep; Aubuchon Craig. P. (2008), “The Microfinance Revolution: An Overview”, *Federal Reserve Bank of St. Louis Review*, January/February 2008.

Schumpeter, Joseph A. (1982) *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. (original-1942).

Schumpeter, Joseph A. (1985) *A Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural. (original - 1912).

Servet, Jean-Michel (2009) “Microcrédito”. in Cattani, Antonio; Laville, Jean-Louis;. Gaiger, Luiz Inácio; e Hespanha, Pedro (eds.) *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 243-247.

Silva, Cristina I. M. (2011) *Processo de Capacitação social: O caso do Microcrédito*, Dissertação de Mestrado em Sociologia. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Sivapalan, A.; Balasundaram, N. (2012) “Level of entrepreneurial intention of the management undergraduates in the University of Jaffna, Sri Lanka: scholars and undergraduates perspective”. *South Asian Academic Research Journals*, 2 (10), 24-42.

Taylor, John B. (1970) “Introducing Social Innovation”. *The Journal of Applied Behavioral Science*, 6 (6), 69-77.

Townsend, Peter (1979) *Poverty in the united kingdom – a survey of household resources and standards of living*. London: Pinguin Books.

Valadas, Carla (2016), “Structural unemployment and precarious work in a depressed labour market. Old and new trends in a Southern European country” *Organizações e Trabalho*.

Wemans, Jorge; Veloso, Joana (1998) *Sete teses a favor do microcrédito em Portugal* - documento fundador da ANDC - disponível em:

[http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/41\\_SETE%20TESES\\_2vj1rjuri.pdf](http://www.microcredito.com.pt/folder/galeria/ficheiro/41_SETE%20TESES_2vj1rjuri.pdf) [20 de maio de 2017].

Westley, Frances (2008) *The social innovation dynamic*. Frances Westley Waterloo: SiG@.

Wemans, Jorge (2000). “O contributo do microcrédito para o desenvolvimento local e a afirmação da cidadania”. Seminário Desenvolvimento Local, Economia Social e Cidadania. Santa Maria da Feira: Portugal.

Yin, Robert K. (2001) *Estudo de caso: Planejamento e Métodos*. 2ed. Porto Alegre: Bookman.

Yunus, Muhammad (2002) *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Editora Ática.

Yunus, Muhammad (2007) *Creating a world without poverty: social business and the future of capitalism*. New York, Public Affairs, 296.

Zarpellon, Sérgio. C. (2010) “O empreendedorismo e a teoria econômica institucional”. *Revista Iberoamericana de Ciências Empresariais y Economía*, 1(1), 47-55.

## Apêndice I – Guião de entrevistas

Associação nacional de direito ao crédito (ANDC)	Perguntas	Objetivo
<b>Caracterização do entrevistado</b>	Nome Cargo	
<b>Inovação Social</b>		
<b>Natureza:</b>	Qual o contexto que levou a criação da ANDC?	<p>- compreensão do contexto histórico da associação.</p> <p>- Observar quais os valores e objetivos que guiam associação.</p>
Essência (foco da mudança)	Como foi o processo de crescimento e atuação da ANDC?	
Barreiras (o que será ultrapassado com a inovação social)	Em um primeiro momento como se deram as relações entre o Estado e a ANDC? De que maneira foram definidos os valores e objetivos da ANDC? Quais eram? São os mesmos de hoje?	
Âmbitos (políticas, processos e produtos através dos quais a IS se manifesta)	Qual o público-alvo da ANDC? Quando as diretrizes de política de microcrédito em Portugal foram criadas vocês tiveram participação?	
Domínio (econômico, tecnológico, político, social... onde emerge e se desenvolve a inovação social)		
<b>Estímulos:</b>		
Adversidades (que a inovação visa ultrapassar)	A ANDC enfrenta alguma dificuldade/limitação na sua forma de atuação por parte das políticas de microcrédito existentes em Portugal? Quais? Quais foram os grandes desafios da associação na época de sua fundação? Foram superados?	<p>- Compreender como a inovação social é levada em consideração na criação de empreendimentos através do microcrédito ANDC.</p>
Riscos (que a inovação visa diminuir)	Referente ao desenvolvimento dos empreendimentos criados através do microcrédito ANDC quais as grandes dificuldades enfrentadas?	
Desafios (o que a inovação social pretende responder)	Na análise das propostas para criação dos empreendimentos através do microcrédito, a ANDC leva em consideração o caráter inovador das propostas? Como isso é feito?	
Oportunidades (que a	O modelo de atuação da ANDC desenvolve condições para que seus beneficiários possam	

inovação social procura aproveitar)	conduzir, de forma independente, suas vidas cotidianas?	
<b>Recurso:</b>		
<i>Conhecimentos e saberes (qualificação, informação, comunicação);</i>	Como a associação aproveita o conhecimento/qualificação dos candidatos ao microcrédito?  A associação investe na qualificação e acompanhamento dos microempresários e empreendimentos por ela criados?	- Entender de que maneira são feitas as análises das propostas dos microempreendimentos criados pela associação e como é o acompanhamento destes após sua criação.
<i>Capital relacional (comunidade local; regional/nacional).</i>	De quem parte a ideia de negócio?  Quais os indicadores são levados em consideração na hora de análise das propostas de microcrédito?  Após a criação dos micro empreendimentos por quanto tempos estes recebem acompanhamento?  Como você acredita que a ANDC pode ajudar a solucionar os problemas sociais e econômicos em Portugal?	
<b>Relação de agência:</b>		
Instituições (públicas, privadas, terceiro setor)	Como é a relação da ANDC com as instituições financeiras responsáveis pela liberação do microcrédito?	- Analisar como são feitas as relações intersetoriais com governo, empresa e sociedade.
Organizações; Movimentos Sociais.	Qual a forma de sustentação da associação? A ANDC é financeiramente sustentável ou depende de recursos do governo ou doação para sua sustentabilidade?  Poderia falar um pouco sobre o processo de reestruturação da ANDC?	

Beneficiários microcrédito	Nome, Idade e Profissão.	
<p>Buscar entender o que motivou a busca pelo microcrédito e como avaliam a experiência do serviço prestado pela ANDC e as mudanças que sentem/sentiram em sua vida.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O que motivou a busca pelo Microcrédito e em que circunstâncias?</li> <li>- Como teve conhecimento da ANDC? Por que razões considerou o apoio da ANDC?</li> <li>- Antes do recurso ao microcrédito (e à busca de apoio da ANDC) buscou outro tipo de financiamento e/ou apoio?</li> <li>- Que tipo de apoio recebeu, em concreto, da ANDC na fase inicial de preparação da ideia de negócio, e depois, durante a sua implementação?</li> <li>- A possibilidade e/ou necessidade de desenvolver uma ideia inovadora foi importante no momento de apresentação da candidatura? Em que sentido? Que tipo de orientações específicas foram dadas (e.g. pela ANDC)?</li> <li>- Quais as dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades do seu negócio?</li> <li>- Quais as garantias exigidas pelos bancos e pela ANDC para a concessão do microcrédito?</li> <li>- Quais eram os seus interesses e objetivos com a ideia de criação do seu próprio negócio?</li> <li>- Qual o tipo de empreendimento que criou?</li> <li>- Existiram mudanças na sua vida a partir da criação do próprio negócio? Quais? De que tipo?</li> <li>- Como avalia(m) a experiência com o microcrédito e, em concreto, o apoio prestado pela ANDC?</li> <li>- Quais os benefícios de participar do programa de microcrédito ANDC que foram criados em sua vida pessoal e profissional?</li> <li>- Que dificuldades específicas sentiu na fase inicial e depois ao longo de todo o processo?</li> <li>- Em que fase está hoje o seu projeto? Como vê a sua sustentabilidade no futuro próximo?</li> </ul>	